

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

<http://www.facsur.net.br>

PINHEIRO – MA

2024

DIRIGENTES

Jesusnilson Oliveira Brandão

Mantenedor

Luzinete Pontes Brandão

Diretora Geral

Simone Gomes Cardoso

Diretora Geral Adjunta

Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes

Diretor Acadêmico

Julyandre Pontes Brandão

Diretor Administrativo

Julyandre Pontes Brandão

Diretor Financeiro

Marlon Lemos de Araújo

Coordenador do Curso

Jesusnilson Oliveira Brandão Júnior

Secretário Acadêmico

NDE - Núcleo Docente Estruturante

Coordenador. Dr. Marlon Lemos de Araújo

Dr. João Francisco Silva Rodrigues

Me. Eliana Cardoso Lápis

Dr. Nivaldo de Jesus Silva Soares Junior

Me. Raphael Furtado Marques

SUMÁRIO

1	CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	7
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	7
1.2	DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA	7
1.3	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	7
1.4	DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA	7
2	HISTÓRICO INSTITUCIONAL	7
2.1	MISSÃO INSTITUCIONAL	8
2.2	VISÃO INSTITUCIONAL	9
2.3	VALORES	9
2.4	OBJETIVOS	9
3	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	11
3.1	DENOMINAÇÃO	11
3.2	MODALIDADE DE ENSINO	11
3.3	MODALIDADE DE OFERTA	11
3.4	VAGAS ANUAIS	11
3.5	TURNOS DE FUNCIONAMENTO	11
3.6	NUMERO DE ALUNOS POR TURMA PARA AULAS TEÓRICAS	11
3.7	NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA PARA AULAS PRÁTICAS	11
3.8	INTEGRALIZAÇÃO	11
3.9	CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO	12
3.10	REGIME DE MATRÍCULA	12
3.11	REGIME DO CURSO	12
4	DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
4.1	CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	12
4.1.1	<i>Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: A Região de Inserção do Curso</i>	17
4.1.2	<i>Educação no Estado do Maranhão</i>	24
4.1.3	<i>O Estado do Maranhão: perspectivas gerais acerca da saúde</i>	27
4.1.4	<i>Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação</i>	29
4.2	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	30
4.3	OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACSUR	35
4.3.1	<i>Objetivo Geral do Curso</i>	35
4.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	36
4.3.3	<i>Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional</i>	37
4.3.4	<i>Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso</i>	38
4.3.5	<i>Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais</i>	39
4.3.6	<i>Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso</i>	40
4.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	40
4.4.1	<i>Perfil Profissional: o Egresso do Curso de Educação Física da FACSUR e as considerações às DCNs</i>	40
4.4.2	<i>Competências e Habilidades Específicas</i>	41
4.4.3	<i>Áreas de Atuação</i>	42
4.4.4	<i>Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais</i>	43
4.4.5	<i>Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho</i>	45
4.5	FORMAS DE ACESSO	45
4.6	ESTRUTURA CURRICULAR	46
4.6.1	<i>Estrutura Curricular: Flexibilidade</i>	47

4.6.1.1	Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades de Complementação Profissional	47
4.6.1.2	Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos	48
4.6.2	<i>Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação</i>	49
4.6.2.1	<i>Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: As Práticas Integradas</i>	49
4.6.2.2	<i>Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso</i>	50
4.6.2.3	<i>Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado</i>	51
4.6.3	<i>Estrutura Curricular – Práticas de Extensão</i>	51
4.6.4	<i>Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária</i>	52
4.6.5	<i>Estrutura Curricular – Elementos Inovadores</i>	52
4.6.6	<i>Estrutura Curricular: Da etapa comum e específica conforme às DCNs</i>	54
4.6.7	<i>Estrutura Curricular: Matriz Curricular do Curso de Graduação em Educação Física</i>	55
4.6.8	<i>Conteúdos Curriculares</i>	61
4.6.9	<i>Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso</i>	61
4.6.10	<i>Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias</i>	62
4.6.11	<i>Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica</i>	62
4.6.12	<i>Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental</i>	63
4.6.13	<i>Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores</i>	65
4.6.14	<i>Conteúdos Curriculares: As Ementas e Bibliografia do Curso</i>	66
4.6.15	<i>METODOLOGIA</i>	125
4.6.16	<i>A Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores</i> ...	125
4.6.17	<i>O Estágio Curricular Supervisionado</i>	128
4.6.18	<i>Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio</i>	130
4.7	<i>Atividades Complementares (Atividades De Complementação Profissional)</i>	131
4.7.1	<i>Aderência das Atividades de Complementação Profissional à Formação Geral e Específica</i>	131
4.7.2	<i>Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades de Complementação Profissional</i>	161
4.8	<i>Trabalho De Conclusão De Curso – TCC</i>	133
4.8.1	<i>O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC</i>	134
4.9	<i>Apoio ao Discente</i>	135
4.9.1	<i>Centro de Apoio ao Estudante – CAE</i>	136
4.9.2	<i>Ouvidoria</i>	137
4.9.3	<i>Núcleo de Atendimento Psicopedagógico</i>	137
4.9.4	<i>Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento</i>	140
4.9.5	<i>Núcleo de Estágio e Carreira</i>	141
4.9.6	<i>Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria</i>	142
4.9.7	<i>Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental</i>	145
4.9.8	<i>Núcleo de retenção</i>	146
4.9.9	<i>PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso</i>	146
4.9.10	<i>Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos</i>	147
4.9.11	<i>Núcleo de Mobilidade Acadêmica</i>	148
4.10	<i>Gestão Do Curso E Os Processos De Avaliação Interna E Externa</i>	149
4.10.1	<i>As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica</i>	150

4.10.2	As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica	151
4.11	Tecnologias De Informação – Tic’s – No Processo De Ensino Aprendizagem	152
4.12	Procedimentos De Acompanhamento E De Avaliação Dos Processos De Ensino- Aprendizagem	153
4.12.1	A Avaliação e a Autonomia do Aluno	154
4.12.2	A avaliação e a disponibilização de informações aos discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem	155
4.13	Número de Vagas	155
4.13.1	Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente.....	156
4.13.2	Os Estudo Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas à infraestrutura Física e Tecnológica.....	157
4.14	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM OS SISTEMAS LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER	158
4.15	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE.....	158
4.15.1	Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde: Os Laboratórios Multifuncionais.....	160
5	DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	160
5.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	160
5.1.1	NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC.....	162
5.1.2	NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte	163
5.2	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	163
6	OS INDICADORES QUE SUBSIDIAM A GESTÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACSUR	164
6.1	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	167
6.2	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	175
6.3	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	176
6.3.1	Plano de Carreira Docente	177
6.3.2	Qualificação do Corpo Docente	177
6.4	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	177
6.5	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	178
6.6	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	180
7	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	182
7.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	182
7.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	182
7.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	182
7.4	SALAS DE AULA	183
7.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	184
7.6	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	185
7.7	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	185
7.8	LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE	185
7.9	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR.....	186
7.10	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	188
7.10.1	Periódicos	188
7.11	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	190
8	ANEXOS	195
8.1	REGULAMENTO DAS PRÁTICAS INTEGRADAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	195
8.2	NORMAS PARA ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL	203
8.3	REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	221
8.4	REGULAMENTO DA OUVIDORIA.....	238
8.5	REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO.....	243
8.6	REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO PAE.....	249

8.7	REGULAMENTO DO NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL E NIVELAMENTO.....	253
8.8	REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO E CARREIRA.....	258
8.9	REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	263
8.10	REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO FINANCEIRO E MONITORIA.....	280
8.11	REGULAMENTO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	283
8.12	PROGRAMA PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS DA FACSUR.....	287
8.13	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA FACSUR.....	297

1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

FACULDADE SUPREMO REDENTOR LTDA – EPP CNPJ:
22.026.526/0001-83

Situada à Rua Floriano Peixoto, nº 604, Centro, Pinheiro - MA, CEP
652000-00.

1.2 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

Jesusnilson Oliveira Brandão

1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA

FACULDADE SUPREMO REDENTOR - FACSUR

Situada à Rua Floriano Peixoto, nº 604, Centro, Pinheiro - MA, CEP
652000-00.

Endereço agrupador: Rua Américo Gonçalves, bairro São Benedito,
cidade de Pinheiro Estado do Maranhão.

Endereço eletrônico: <http://www.facsur.net.br/>

1.4 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA

Luzinete Pontes Brandão

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A história da Faculdade Supremo Redentor está alicerçada na experiência acumulada de seus idealizadores que sempre tiveram como norte a impossibilidade de desenvolvimento de suas regiões de inserção senão por meio da educação. Nesse contexto, desde o ano de 2006 os mesmos mantenedores ofertaram para a região de Pinheiro – MA educação técnica de nível médio.

Porém, inquietos e cientes da possibilidade de se alçar voos mais altos, em 2016 os idealizadores da IES protocolaram junto ao MEC o pedido de credenciamento de uma Faculdade para o município de Pinheiro, no Estado do

Maranhão, visando ofertar serviços educacionais com qualidade e, principalmente, oportunizar uma mudança de paradigma para inúmeras famílias que em várias gerações, pela primeira vez, poderiam ter um membro com ensino superior em seu círculo familiar, haja vista não existir até então uma outra Faculdade Privada em toda a região.

Então, finalmente, no dia 2 de março de 2018 foi publicada no DOU – Diário Oficial da União a Portaria nº 260 que credenciou a Faculdade Supremo Redentor - FACSUR para o início de suas atividades, juntamente com a autorização do seu primeiro curso de graduação, mais precisamente o de Bacharelado em Enfermagem.

Diante da mobilidade política e econômica que assolou o país nos últimos anos, os idealizadores da FACSUR em consonância com o Conselho Superior da IES decidiram reconfigurar suas metas e no mesmo ano de 2018 a IES iniciou a constituição de sua infraestrutura e plano pedagógico para o credenciamento também na modalidade EaD.

Finalmente, no ano de 2021, a IES teve publicada a sua portaria de credenciamento institucional para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, tendo autorizados os cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis.

Atualmente, a IES possui autorização para oferta dos seguintes cursos em Modalidade Presencial: Bacharelado em Odontologia, Bacharelado em Psicologia, Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Farmácia, Bacharelado em Direito.

Diante desse percurso histórico recente, considerando que é uma IES nova e alinhada às expectativas tecnológicas do mercado educacional, a IES tem como anseio principal a intervenção positiva na educação brasileira, centrada em construir uma IES que ofereça cursos de graduação e pós-graduação às diversas classes de cidadãos brasileiros, em especial na sua sede em Pinheiro – MA, para que se insiram e/ou retornem ao mercado de trabalho, cientes de seus papéis como cidadãos, ou seja, seres capazes de mudar as suas histórias, bem como da sociedade em que se inserem.

2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade Supremo Redentor tem por Missão: ***"Formar profissionais competentes voltados para a atuação no mercado de trabalho e no desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural a nível regional e nacional. "***

2.2 VISÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade Supremo Redentor tem como missão formar profissionais competentes voltados para a atuação no mercado de trabalho e no desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural a nível regional e nacional.

2.3 VALORES

- Liberdade
- Democracia
- Responsabilidade
- Justiça
- Consciência Ética
- Educação e Respeito
- Identidade
- Comprometimento Social
- Cidadania
- Pluralidade
- Integração
- Inovação e Criatividade.

2.4 OBJETIVOS

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - Promover pelo ensino, pesquisa e extensão a procura do saber, nas diferentes áreas do conhecimento humano e em áreas técnico profissional, preservação, ampliação e transmissão do saber;

III - Formar diplomados qualificados a nível de graduação aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

IV - Desenvolver metodologias diversificadas de aplicação didático-pedagógicas que sirvam ao alunado para desenvolver o espírito crítico e aumentar a criatividade;

V - Propor reformulação curricular constante dos cursos de graduação existentes conforme exigências das Diretrizes Curriculares de cada curso;

VI - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VII- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VIII - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

IX - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

X - Promover a extensão, aberta a participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

XI - Promover e desenvolver cursos de Pós-Graduação para a formação de professores, para treinamento profissional e como instrumento de integração da FACSUR com a comunidade;

XII- Proporcionar uma infraestrutura adequada em termos de instalações, laboratórios, equipamentos e bibliotecas;

XIII. Promover de maneira indissociável a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão em consonância com o Empreendedorismo, a Inovação e a Sustentabilidade, anseios da sociedade moderna;

XIV – Contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais desenvolvendo ações afirmativas que promovam a igualdade de condições com vistas à inclusão social;

XV - Promover a integração e o intercâmbio com instituições congêneres públicas e privadas nas diversas áreas de atividade.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1 DENOMINAÇÃO

Curso de Bacharelado em Educação Física

3.2 MODALIDADE DE ENSINO

Bacharelado

3.3 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial

3.4 VAGAS ANUAIS

120 (cento e vinte) vagas anuais, com uma entrada anual.

3.5 TURNOS DE FUNCIONAMENTO

Matutino: 60 (sessenta) vagas anuais

Noturno: 60 (sessenta) vagas anuais

3.6 NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA, PARA AULAS TEÓRICAS

60 (cinquenta), alunos por turma

3.7 NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA, PARA AULAS PRÁTICAS

30 (Trinta), alunos por turma, com 06 (seis) grupos de no máximo 05(cinco) alunos por grupo

3.8 INTEGRALIZAÇÃO

Mínimo de 08 (oito) semestres e máximo de 16 (dezesesseis) semestres.

3.9 CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

3400 (três mil e quatrocentas) horas – 08 semestres

3.10 REGIME DE MATRÍCULA

Semestral

3.11 REGIME DO CURSO

Seriado Semestral

4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHAREL E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Inicialmente, há que se destacar que a solicitação específica de autorização do Curso de Educação Física advém da forte convicção dos gestores da FACSUR de que ele se faz permanentemente necessário para o desenvolvimento não apenas social e econômico da região de inserção da IES, mas, por tratar-se de um profissional que se destaca no contexto da promoção à saúde, esporte, cultura e lazer. Assim, trata-se de um egresso que trará à IES e à sociedade a perspectiva de ser um dos agentes capazes de auxiliar a dirimir as mazelas sociais do seu contexto, além, é claro de se fazer premente entre as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE de estabelecer uma política de expansão do ensino superior que diminua as desigualdades de ofertas educacionais existentes entre as diferentes regiões do país.

Nesse contexto, há que se destacarem as diferenças marcantes no número de Profissionais de Educação Física formados nas regiões sul, sudeste e centro-oeste em relação ao norte e nordeste, uma relação que ultrapassa quatro vezes a diferença do número de formados entre esses dois parâmetros de regiões, enquanto, por outro lado, a situação promoção as atividades relacionadas a atividade física, à saúde, esporte, cultura e lazer nos Estados do Norte e Nordeste

possui uma deficiência muito maior do que ocorrem nos Estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Vale destacar também, que se reitera o discurso da democratização para justificar a implantação do Curso de Educação Física, na cidade de Pinheiro, Baixada Maranhense - região pobre do Maranhão, como referenciado no Plano Nacional de Educação - PNE

E destaca ainda que com o redesenho do sistema representado pela quase universalização do ensino fundamental e pela progressiva democratização do acesso ao ensino médio, também sugere o aumento de mais vagas no ensino superior, na região Norte e Nordeste. E, de acordo com os dados fornecidos pela OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico no ano de 2019 tornaram o cenário supracitado visível para o todo o mundo, sendo cobrado de nossos governantes, ações que dirimam o déficit em médio prazo.

Assim, a busca pela implementação do curso ultrapassa os limites da demanda por profissionais da área de Educação Física e adentra na busca da melhoria da qualidade de vida e da saúde da população da Região Nordeste do país, região está conhecida nacionalmente pelos baixos índices de acesso à atenção básica à saúde do SUS Sistema Único de Saúde e de outras mazelas sociais que se fazem permanentes em estados menos desenvolvidos do Brasil.

Afinal, em regiões em que o Sistema Público de saúde possui sistema deficitário, a prevenção de doenças se torna a arma mais eficaz de desenvolvimento social, logo o profissional de Educação Física está no centro dessa expectativa de anseios pela melhoria da qualidade de vida da população nordestina.

Dessa forma, este Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física pressupõe o conhecimento da realidade local e regional enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da FACSUR, voltada à prestação de serviços educacionais da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

O curso observa os indicativos das Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja proposta curricular atual do Curso está (inter) relacionada aos indicadores dos padrões de qualidade almejados pelo MEC, CONFEF-Conselho Federal de

Educação Física e as necessidades da saúde da população regional, bem como os propósitos da FACSUR em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Assim, o curso se justificava inicialmente por características regionais da região de inserção da IES, bem como de sua expectativa diferenciada de formação visando atender a carência qualitativa de profissionais da área da saúde, esporte, cultura e Lazer, para promoção de qualidade de vida da população.

Da mesma forma, é inegável a amplitude de espaço de trabalho para o graduado em Educação Física Bacharelado, haja vista a prática de promoção à saúde no Brasil, que até há algumas décadas foi negligenciado. Nesse sentido, coloca-se em evidência a necessidade de instituições formadoras articular os conhecimentos da Educação Física com os eixos/setores da saúde, do esporte, da cultura e do lazer e os da formação de professores, adequando o perfil do profissional a ser formado às novas práticas de trabalho, produzindo respostas aos problemas da sociedade e considerando as determinações sociais da promoção à saúde, aspecto que é incorporado ao perfil do Curso de Educação Física da FACSUR aqui delineado.

ABAIXO AS 7 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA:

1. TREINAMENTO DESPORTIVO

Intervenção: Identificar, diagnosticar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar, executar, programar, ministrar, prescrever, desenvolver, coordenar, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem, aperfeiçoamento, orientação e treinamento técnico e tático, de modalidades desportivas, na área formal e não formal.

2. PREPARAÇÃO FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar e aplicar métodos e técnicas de avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas, objetivando promover, otimizar, reabilitar, maximizar e aprimorar o funcionamento

fisiológico orgânico, o condicionamento e o desempenho físico dos praticantes das diversas modalidades esportivas, acrobáticas e artísticas.

3. AVALIAÇÃO FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, identificar necessidades, desenvolver coleta de dados, entrevistas, aplicar métodos e técnicas de medidas e avaliação cineantropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal, em laboratórios ou no campo prático de intervenção, com o objetivo de avaliar o condicionamento físico, os componentes funcionais e morfológicos e a execução técnica de movimentos, objetivando orientar, prevenir e reabilitar o condicionamento, o rendimento físico, técnico e artístico dos beneficiários.

4. RECREAÇÃO EM ATIVIDADE FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar e aplicar atividades físicas de caráter lúdico e recreativo, objetivando promover, otimizar e restabelecer as perspectivas de lazer ativo e bem-estar psicossocial e as relações socioculturais da população.

5. ORIENTAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS

Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar, aplicar métodos e técnicas motoras diversas, aperfeiçoar, orientar e ministrar os exercícios físicos, objetivando promover, otimizar, reabilitar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, condicionamento e o desempenho fisiocorporal, orientar para: o bem-estar e o estilo de vida ativo, o lazer, a sociabilização, a educação, a expressão e estética do movimento, a prevenção de doenças, a compensação de distúrbios funcionais, o restabelecimento de capacidades fisiocorporais, a auto-estima, a cidadania, a manutenção das boas condições de vida e da saúde da sociedade.

6. GESTÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

Intervenção: Diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, prestar consultoria, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de avaliação na organização, administração e/ou gerenciamento de instituições, entidades, órgãos e pessoas jurídicas cujas atividades fins sejam atividades físicas e/ou desportivas.

Assim, a região de Pinheiro, em que se situa a FACSUR, formada por vários municípios que serão descritos a seguir, possui as características necessárias para a oferta do curso, bem como é incontestável a relevância do curso de Educação Física para o próprio Estado do Maranhão que teve um grande crescimento econômico nos últimos anos, mas se manteve com índices alarmantes de problemas na área da saúde, inclusive no que tange à saúde física, índices estes que foram ainda mais agravados devido à pandemia do COVID-19 que afastou alunos/pacientes que frequentavam centros de treinamentos esportivos, ou até mesmo lugares públicos para a prática de esportes ou atividade física, uma vez que temiam pela contaminação pelo vírus.

Considerando o cenário mesmo antes da Pandemia, há que se destacar que serão muitas as oportunidades geradas continuamente pela oferta de cursos de graduação na área de saúde pela FACSUR, incluindo fortemente o curso de Educação Física, pois representarão a grande inserção e importância de sua existência institucional, levando tais oportunidades para a formação de profissionais que tendem a permanecer e contribuir principalmente nas diversas áreas da saúde pública e privada, em variados níveis de complexidade, além da imensurável contribuição para a população por meio dos projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por estudantes e professores da IES nos Ginásios, na Clínica Escola e espaços do fazer profissional em Educação Física.

Assim, a busca pela autorização do curso ultrapassa os limites da demanda por profissionais da área do curso e adentra na busca de proteção de direitos e garantias individuais e sociais fundamentais da população da Região Nordeste, região está conhecida nacionalmente pelos altos índices de exclusão social e de falta de acesso aos Direitos básicos e de constituição da cidadania plena.

Dessa forma, este Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da FACSUR, voltada à prestação de serviços da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

Pelas características do Estado do Maranhão, o curso buscará atender a uma vocação de servir à comunidade, ao promover a extensão e proporcionar o permanente e efetivo envolvimento de professores e acadêmicos, através de programas e atividades desenvolvidas junto à comunidade.

Assim, o Curso de Educação Física da FACSUR transita pelas instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando as linhas básicas de ação da IES e orientando-se por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e interesses materiais; reconhecendo a saúde da população como meta permanente.

4.1.1 DEMANDAS DE NATUREZAS SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E AMBIENTAL: A REGIÃO DE INSERÇÃO DO CURSO.

O desenvolvimento da FACSUR está diretamente associado ao desenvolvimento local, uma vez que se trata de uma Instituição genuinamente maranhense, comprometida em atender às necessidades locais e regionais, e está projetada para ser uma das principais referências em Ensino, Iniciação Científica e Extensão, no Estado do Maranhão.

Desta forma, a oferta educacional do curso de Bacharelado em Educação Física contribuirá com as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural, do respeito e preservação ambiental em sua área de abrangência. De fato, a instituição propõe uma missão que traduz bem o sentimento e a inserção regional pretendida pela FACSUR, qual seja: formar profissionais competentes voltados para a atuação no mercado de trabalho e no desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural a nível regional e nacional.

A FACSUR oferecerá educação de qualidade para um público que notadamente apresenta uma faixa de renda considerada baixa, bem como oferecerá bolsas de estudos, o que permite o acesso ao ensino superior de alunos de baixa renda.

Destaca-se que a implantação dos cursos superiores de graduação se estabelece considerando as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE que prevê uma política de expansão do ensino superior que diminua as desigualdades de ofertas existentes entre as diferentes regiões do país e preencher lacunas sociais nas regiões atendidas pela IES.

A FACSUR apresenta-se à sociedade Pinheirense e aos outros municípios onde estão como opção de ensino superior que contribui para melhorar a oferta de conhecimentos técnicos e científicos para os alunos oriundos do ensino médio, por meio de cursos de nível superior reconhecidos pelo MEC e outras atividades acadêmicas associadas à extensão e à pesquisa, abrangendo as diversas áreas do conhecimento.

Entre os 217 municípios maranhenses, Pinheiro é um dos 12 mais populosos do Maranhão, tem uma área de 1.513Km², onde vive uma população estimada em 84.160 habitantes. (IBGE, 2021).



FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO-MA

O município de Pinheiro está localizado entre as latitudes 3°12'00"S e 3°20'00"S e longitudes 45°00'00"W e 45°36'00"W, fazendo parte da Mesorregião Norte Maranhense e de sua subdivisão denominada Microrregião da Baixada Maranhense (UEMA, 2002). Está situado a uma distância de 240 km de São Luís, apresentando uma altitude média de 14m. Tendo sido criado no ano de 1856, o Município possui uma área total de 17.579.366 km², com uma densidade demográfica de 43,5 hab./km² (IBGE, 2006) e principal via de acesso a MA 014.

O município de Pinheiro, dentre os 19 municípios que integram a região, dada a sua condição como centro econômico e de foco de atração dos principais investimentos comerciais,

Agrícolas e pecuários na região da Baixada Maranhense, se configura como um ambiente privilegiado para a análise dos problemas ambientais decorrentes das atividades agrícolas sobre o bioma Amazônia no estado do Maranhão. O município de Pinheiro apresenta topografia variável. Com campos altos e baixos e cobertura vegetal de matas, cerrados, campos, chapadas e matas de cocais.

O clima do Município é tropical, quente e úmido, sendo que a zona da chapada oferece clima mais ameno. As estações do ano são apenas duas – inverno- vai de janeiro a junho e o verão – de julho a dezembro. O rio principal de Pinheiro é o Pericumã. Suas águas são utilizadas para o abastecimento da população após serem tratadas pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, e delas são tirados os pescados, fonte principal de alimentação Pinheirense. A população ribeirinha o utiliza como meio de transporte de forma diária, lanchas motorizadas, com horário de chegada e saída para diversas localidades circunvizinhas.

A Baixada Maranhense tem uma população rural superior à população urbana (IBGE, 2006) e isso contribui para que grande parte dessa população esteja ligada a alguma atividade produtiva na zona rural. Tais atividades assumem importante papel socioeconômico no município de Pinheiro, mas também contribuem para o surgimento de diversos problemas ambientais. Além das atividades rurais, as atividades urbanas também mantêm íntima relação com o meio rural, sendo que algumas atividades tipicamente rurais (como é o caso da pecuária) são realizadas por habitantes da cidade.

As pastagens naturais formadas nos campos da Baixada após a redução do nível das águas dos lagos atribuem características ao ambiente que proporcionam a criação de animais de grande porte como bovinos, bubalinos e equinos (SILVA *et al*, 2006).

As características dos ambientes lacustres da Baixada fazem com que parte expressiva dos habitantes dos municípios dessa Microrregião se dedique à pesca ou a alguma atividade que tenha relação direta com os rios (MARANHÃO, 2006). Em função disso, a pesca assume grande importância social e econômica no contexto regional, pois, além de suprir grande parte do alimento que compõe a dieta

da população diretamente envolvida, ainda é uma das atividades que gera parte da renda e importantes postos de trabalho nas comunidades rurais de todos os municípios que compõem a aludida Microrregião (GUTMAN, 2005).

Considerando que a população é eminentemente rural, cerca de 60% dos indivíduos economicamente ativos está ligada à agricultura (CAMPANHOLA; SILVA, 2000). Com exceção da capital do Estado, a agricultura predomina com uma das principais atividades econômicas. Destaca-se que, a maior parte das lavouras permanentes e temporárias é desenvolvida por agricultores familiares cuja produção está voltada para suprir o autoconsumo e venda do excedente produzido.

O extrativismo vegetal desenvolvido nas comunidades rurais de Pinheiro baseia-se na exploração de produtos oriundos do babaçu e não se difere muito do de outras localidades da Baixada. Dentre esses produtos destacam-se: a amêndoa para o fabrico e de azeite e de leite para uso como condimento; as palhas, para cobertura de casas e para a fabricação de utensílios de uso diário como abanos, esteiras (utilizadas na secagem de grãos e de peixes), cofos ou paneiros (utilizados na embalagem e armazenamento de farinha e gêneros alimentícios em geral) dentre outros; a casca do coco, utilizada em forma de carvão para o consumo doméstico e; talos, utilizados na construção de cercas e de casas.

Além da extração do babaçu, a retirada de madeira para a construção de cercas e de casas é também notável, especialmente pelos impactos ambientais que tem provocado nos ecossistemas locais, notadamente nos ecossistemas de várzea.

As manifestações culturais de Pinheiro são: Carnaval, Réveillon, Festejos de Santo Inácio, Regata do dia de Ramos, Exposição Agropecuária, Desfiles de 07 de setembro, Jogos Escolares (JEPS), Festas Juninas, Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Tambor de Mina, Tambor Grande, Pajelança, Capoeira, Festa do Divino Espírito Santo, Paixão de Cristo, Cacuriá, Festival de Músicas Pinheirense (FESMAP) e o Aniversário de Pinheiro.

O município de Pinheiro teve as seguintes denominações: Lugar de Pinheiro, Vilade Pinheiro, e até os dias atuais Pinheiro, tudo por causa de seu fundador o Capitão-Mor Inácio José Pinheiro.

No quadro 3 apresentam-se os dados sociodemográficos do Município de Pinheiro.

TABELA 1 - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO

POPULAÇÃO	83.777 HABITANTES
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	55,4 HAB./KM²
ANALFABETISMO	3,1%
MORTALIDADE INFANTIL	1,69%
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) – 2010	0.642
POSIÇÃO NO RANKING ESTADUAL (2012)	12
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2008)	71,4
PROPORÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO (2008)	6,3
RAZÃO DE SEXO - Nº DE HOMENS POR 100 MULHERES (2007)	104
TAXA DE TRABALHO INFANTIL (2007)	16,4

Fonte: IBGE, IDB 2007 / RIPSa.

Em relação à educação, conforme dados obtidos no IBGE, referentes ao ano de 2010, no município de Pinheiro/MA existiam 20 escolas de ensino médio, sendo 16 (dezesesseis) públicas e 4 (quatro) privadas. Nestas escolas e instituições os números de matrículas estavam distribuídos da seguinte forma: 5.532 (cinco mil quinhentos e trinta e dois) alunos matriculados no ensino médio, sendo 4.735 (quatro mil setecentos e trinta e cinco) na pública e 648 (seiscentos e quarenta e oito) na privada.

TABELA 2 - ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO (2010)

PÚBLICA ESTADUAL	13
PÚBLICA MUNICIPAL	03
PRIVADA	04
TOTAL	20

TABELA 3 - MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO (2010)

PÚBLICA ESTADUAL	4.087
PÚBLICA MUNICIPAL	648
PRIVADA	797
TOTAL	5.532

Como tentativa de elevar a preparação profissional para o desenvolvimento regional, FACSUR trabalha com o intuito de servir à comunidade da Baixada Maranhense provendo conhecimento e gerando recursos importantes para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural de Pinheiro e dos outros municípios da Baixada maranhense.

Com uma extensão de 331 937,450 km², o Estado do Maranhão ocupa 3,90% do território brasileiro sendo o 7º em extensão do país e o 2º em extensão do Nordeste, em cuja região ocupa 21,31% da área. Segundo estimativas do IBGE - 2021 tem uma população de 7 153 262 habitantes, é o 11º estado mais populoso do país.

As divisas territoriais que determinam o Estado do Maranhão fazem com que neste território se processe o encontro de dois Ecossistemas: o Ecossistema Floresta também conhecido como Ecossistema Amazônico, que se manifesta do Noroeste até o sertão do Estado e do Ecossistema Cerrado, distribuído em duas partes: do Leste para o centro, e do extremo sul para o centro.

A presença desses ecossistemas proporciona ao Estado uma diversidade ambiental específica e também de transição, fazendo com que até 1969 o IBGE regionalizasse o Maranhão e o Piauí como Meio Norte e a partir de 1970 como Nordeste.

O Maranhão é considerado um dos Estados mais carentes do país, além de ter o pior índice do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Possui uma população de 7 153 262 habitantes, segundo estimativas do IBGE (IBGE, 2021). O estado do Maranhão possui 1.879 unidades básicas de saúde em funcionamento, das quais 266 localizam-se na Baixada Maranhense.

Estas informações permitem concluir que há uma concentração de profissionais mais bem qualificados (instrução de nível superior) nas regiões mais

desenvolvidas como Sul e Sudeste, em detrimento das regiões menos desenvolvidas como Norte e Nordeste, sendo que a região Centro-Oeste possui índices mais próximos da média nacional.

A Educação Básica no Estado do Maranhão pode ser compreendida, em parte, por meio dos indicadores educacionais que expressam a realidade das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino, tais como: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2011, a média nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB atingiu 5,0 nos anos iniciais e 4,1 nos anos finais do ensino fundamental e 3,7 no ensino médio. Na Rede Estadual de Ensino do Maranhão, esses indicadores estão abaixo das médias nacionais, como pode ser constatado na tabela abaixo:

TABELA 4 - IDEB DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO MARANHÃO

IDEB TOTAL	IDEB OBSERVADO				METAS PROJETADAS				
	2006	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
BRASIL	3.4	1.6	1.8	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
NORDESTE	3.0	3.1	3.3	3.3	3.0	3.1	3.3	3.6	4.9
MARANHÃO	2.7	3.0	3.2	3.1	2.8	2.9	3.0	3.3	4.6

Fonte: INEP/MEC

Em relação ao Ensino Médio estadual, apesar de alcançar a média estipulada, os resultados para o Maranhão precisam avançar mais em direção à meta nacional. A rede privada que oferece o ensino médio é bastante estratificada em seus resultados, apesar de algumas terem nível de proficiência que eleve seu IDEB em torno de 7,0 a grande maioria do ensino médio privado tem desempenhos baixos na avaliação nacional, chegando assim a um IDEB que não alcançou a meta para 2011.

No Maranhão, período de 2000 a 2014, observou-se a expansão da matrícula no Ensino Médio, com destaque determinante da rede pública estadual como líder no atendimento nesta etapa de ensino com, aproximadamente 90% das matrículas.

Desde o ano 2004 há estabilidade no valor absoluto da matrícula estadual, oscilando em torno dos 300 mil alunos. A matrícula na rede privada vem

sendo reduzida, mostrando tendência de queda no atendimento, que chegou em 2012, amenos de 5% do atendimento nessa etapa de ensino.

Em 2010, segundo o censo do IBGE o Maranhão tinha uma população de 15 a 17anos de 417.388 pessoas. Nesse mesmo ano, foram atendidos no Ensino Médio, o total de 317.385 alunos. Considerando-se tais dados, o Maranhão tinha uma taxa de atendimento de 76,04% da população na faixa etária do ensino médio.

Em relação ao desempenho dos estudantes desta etapa, os dados do SAEB/INEP em 2011 despertaram uma preocupação com a qualidade do ensino revelado na aprendizagem dos alunos. O Programa Todos Pela Educação demarcou uma pontuação mínima na escala do SAEB para os alunos de terceiro ano do ensino médio: em Língua Portuguesa acima de 300 pontos e em Matemática acima de 350 pontos. Considerando este parâmetro, apenas 3,30% dos alunos maranhenses alcançaram o nível desejado em Matemática e 15,30% em Língua Portuguesa, logo, qualificar o ensino e a aprendizagem tornaram-se urgentes no quadro educacional maranhense.

4.1.2 EDUCAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO

Em 2019, o Maranhão foi o estado brasileiro que apresentou o maior percentual de pessoas sem instrução: 16,6% da população do estado com 25 anos ou mais de idade. Ao todo, foram contabilizados 661 mil maranhenses sem instrução. O estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou o menor percentual: 2,3%. Para Brasil, esse percentual era de 6,4%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nível de instrução foi avaliado levando em conta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados.

Segundo a pesquisa do IBGE, no Maranhão, em 2019, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – foi de 36,8%.

O cenário pós-pandemia ainda não foi medido pelo IBGE, o que nos leva a crer que teremos números ainda mais negativos, haja vista o atraso educacional causado pelo afastamento dos jovens na escola nos anos de 2020 e 2021.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, além dos 16,6% sem instrução, 34,3% tinham o ensino fundamental incompleto, 7,4% tinham o ensino fundamental completo e 4,9%, o ensino médio incompleto. Por outro lado, o percentual de pessoas com o ensino superior completo aumentou. O número passou de 8,6%, em 2018, para 9,1%, em 2019. No entanto, entre as Unidades da Federação, o Maranhão apresentava o menor percentual de pessoas de 25 anos ou mais com nível superior completo.

A unidade federativa do Brasil com o maior percentual de pessoas que completaram o ensino superior foi o Distrito Federal, com 33,8% da população com 25 anos ou mais formada. Para o Brasil, esse percentual foi de 17,4%.

ANALFABETISMO

No Maranhão, em 2019, havia 823 mil pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 15,6%. Essa é a 4ª maior taxa de analfabetismo dentre as Unidades da Federação, menor apenas que as taxas apresentadas pelos estados de Alagoas (17,1%), Paraíba (16,1%) e Piauí (16%). A taxa de analfabetismo do Brasil era de 6,6%. Mas, comparando com 2018, houve uma redução de 0,7 pontos percentuais (p.p.) no número de analfabetos no Maranhão, o que corresponde a uma queda de 21 mil analfabetos em 2019.

De acordo com a pesquisa, no Maranhão e no Brasil, de forma geral, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram pouco mais de 400 mil analfabetos maranhenses com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 45,9% para esse grupo etário.

Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo:

- A taxa entre as pessoas com 40 anos ou mais é de 29,2%;
- Entre aquelas com 25 anos ou mais é de 20,2%;
- Entre a população de 15 anos ou mais é de 16,9%.

Os resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo mais acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado,

os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população.

NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2019, no Maranhão, foi 7,6 anos. Essa média vem crescendo ao longo dos anos, passando de 7,0, em 2016, a 7,6, em 2019.

No entanto, a média maranhense foi a 2ª mais baixa do Brasil em 2019, ao lado do estado do Piauí, que apresentou a mesma média (7,6 anos), e maior somente que a média do estado de Alagoas (7,5 anos). A média mais alta do país foi do Distrito Federal, 11,5 anos. A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais no Brasil foi de 9,4 anos.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO

Segundo o IBGE, a taxa de escolarização é utilizada para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro. Ela retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária.

No Maranhão, em 2019 a taxa de escolarização foi:

- Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa foi de 30,5%. De 2016 a 2019, a taxa de escolarização nessa faixa etária aumentou 3,2 p.p.;
- Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 96,7% em 2019, apresentando diminuição em relação aos 97,3% em 2018;
- Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, o resultado aponta para uma aproximação da universalização, passando de 98,9%, em 2018, para 99,5%, em 2019;
- A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2019, foi de 86,4%, 0,7 p.p. acima do percentual registrado em 2018.
- Entre as pessoas de 18 a 24 anos, a escolarização diminuiu 0,7 p.p. de 2018 (28,7%) para 2019 (28,0%);
- Quanto às pessoas com 25 anos ou mais, 4,7% frequentavam a escola em 2019, percentual maior que o nacional de 4,5% para essa faixa de idade.

Isso demonstra que em alguns números ainda estão longe do desejado nas metas do Plano Nacional de Educação, bem como ainda deixam o Maranhão atrás de muitos outros estados.

4.1.3 O ESTADO DO MARANHÃO: PERSPECTIVAS GERAIS ACERCA DA SAÚDE

Antes da Pandemia do COVID – 19, dados do Conselho Federal de Medicina divulgados no ano de 2018 revelaram que o Maranhão tem o 2º pior investimento em saúde do Brasil. De acordo com o estudo, o estado gastou na saúde, por dia, pouco mais de R\$ 2 por pessoa.

De acordo com o levantamento divulgado, o estado gastou durante todo o ano de 2017 apenas R\$ 750, 45 por pessoa, o que dá R\$ 2,05 por dia. Desses R\$ 750, R\$ 203,54 vem do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo do Estado e a prefeituras arcam com o restante. No Brasil, em média, as despesas com a saúde, de cada pessoa custam R\$ 1.271 por ano, o que equivale a R\$ 3,48 por dia. No ranking do Conselho Federal de Medicina, o Maranhão perde apenas para o estado do Pará.

Isso revelou de forma clara que é preciso investir na qualidade da saúde no estado, pois caso contrário a população sempre deixará de receber os serviços que são essenciais para o seu bem-estar. Ressalte-se que, além dos problemas relacionados ao baixo investimento em saúde, essa área no Maranhão é precária também no que diz respeito às minorias como as comunidades quilombolas e indígenas, por exemplo, pois dentro do estado há inúmeras comunidades quilombolas, inúmeras comunidades indígenas, distritos sanitários indígenas que precisam de um atendimento específico.

Desse modo, em seu contexto regional mais imediato, a FACSUR tem como nortepreponderante o auxílio na alteração de paradigma estadual a partir da educação superior, haja vista não ser apenas o número de pessoas com ensino superiorque são beneficiadas por uma Faculdade, mas toda a população dada a relação entre a IES e sociedade por meio de atividades extensionistas e a inserção de novos profissionais no mercado de trabalho

Considerando problemas que vão da má assistência de saúde, esporte, recreação, lazer e má distribuição de renda, ao descaso na área educacional, as regiões norte e nordeste se distinguem das demais regiões por concentrarem os piores indicadores educacionais do país, estando o MA nesse contexto conflitante, concentrando déficits educacionais e de saúde que precisam ser enfrentados.

Sendo o segundo maior estado em extensão do Nordeste, 331.937,450 km², com uma população de mais de 6.851 milhões, distribuída em 217 municípios, o estado do Maranhão retrata uma triste realidade de taxas de longevidade, renda e educação características de países subdesenvolvidos.

Somente quatro municípios, dos seus 217, atingem o IDH acima de 0,699 (médio). A necessidade de formação na saúde e educação está fundamentada na carência de profissionais com competências e habilidades específicas, sobretudo no Interior do Estado.

Considerando a cidade de Pinheiro, onde no ano de 2020, ocorreram 13.146 óbitos, no estado do Maranhão, devido a Doenças Cardiovasculares (DCVs), que corresponde a 184,6 mortes/1000 habitantes. (SBC/CARDIÔMETRO, 2021). O sedentarismo é um potente fator de risco cardiovascular que aumenta as chances de óbito entre 20% a 30% por DCVs. Estudo realizado em Pinheiro (MA) avaliou o nível de atividade física e correlacionou com comportamento sedentário e índices antropométricos como fatores de risco para doenças cardiovasculares. O estudo envolveu estudantes entre 10 e 14 anos.

A pesquisa revelou maior percentual de comportamento sedentário em alunos de escolas públicas. As meninas apontaram alta prevalência de estado insuficientemente ativo em relação aos meninos. E, um estudo realizado com pais e filhos em Pinheiro (MA) que buscou verificar o a relação entre Fatores de Risco Cardiovascular, obesidade, Sedentarismo e Comportamento Parental, revelou que existe correlações entre medidas antropométricas dos pais e filhos, bem como associações relacionadas aos níveis lipídicos e atividade física. A promoção de hábitos saudáveis e a conscientização sobre os fatores de risco cardiovascular no seio familiar devem ser enfatizadas para prevenir doenças nesse contexto. Evidenciando a importância da Implantação do Curso de Educação Física na Cidade de Pinheiro, na FACSUR.

4.1.4 DEMANDAS DE NATUREZAS SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E AMBIENTAL: CONTEXTO LOCAL E O CUMPRIMENTO DO PNE-PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Conforme já destacamos, é inegável que a iniciativa de manter a oferta do Curso de Bacharelado em Educação Física na região da FACSUR, advém, a priori, da perspectiva de diminuir as diferenças marcantes entre os números de formados entre as regiões brasileiras, em especial de regiões Norte e Nordeste que estiveram durante décadas atrasadas em termos de acesso ao Ensino Superior e ausência de políticas públicas de inclusão universitária.

Trata-se, portanto, das prerrogativas da democratização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A ampliação da oferta de cursos de graduação é importante porque possibilita uma maior visão política e cidadã, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, consequentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área da iniciativa pública, os investimentos na criação de cursos de Bacharelado em Educação Física em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de ampliação da oferta do ensino superior que cresceu muito na última década, estamos ainda bem longe da meta de 40% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançado pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 21%).

Assim, pode-se afirmar que o curso de Educação Física da FACSUR tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais especializados da área

relegados apenas às determinadas regiões do país, mas viabilizar a oportunidade de acesso ao campo de trabalho, como um direito à cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de Educação Física entre as diferentes regiões do país.

Por fim, vale ressaltar também a consciência plena da IES acerca do perfil do seu ingressante no Curso de Educação Física sediado em uma região de claras desigualdades sociais, o curso de Educação Física da FACSUR não se constitui apenas como um instrumento para formar educadores físicos, mas como um meio pelo qual se é possível diminuir a distância entre os cidadãos e a saúde e interferir positivamente na sociedade e no ambiente em que se constitui o próprio curso, efetivando assim o Estado Democrático de direito e o acesso à educação superior a todas as profissões e cargos, a que todos os cidadãos almejam e têm igual direito.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Inicialmente, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FACSUR, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o escolar definindo ações, estabelecendo o que alcançar criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com

outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que sustenta o cumprimento da missão institucional e social da FACSUR.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde *"todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer"*. Assim, o futuro Bacharel em Educação Física, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz. Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC deverá prever situações didáticas em que seus futuros profissionais egressos coloquem em uso o que aprenderam ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO:

A interação, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação de força de trabalho na área de saúde, esporte, cultura e lazer, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere ao uso de recursos tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, praticas integradas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, bem como desenvolvimento de visitas técnicas aos locais de interesse dos estudantes, programas de iniciação científica, estudos complementares e programas de extensão, jornadas acadêmicas, dentre outras atividades.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação do Profissional de Educação Física, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação no contexto da Educação Física deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação dos profissionais, reverter-se também na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO PARA O CURSO:

Assim, além da oferta de cursos superiores abordada no PPI e devidamente planejada no PDI, dos objetivos norteadores de firmar-se junto com instituição como centro de excelência no ensino de graduação em suas diferentes categorias programas e de relacionar-se produtivamente com a comunidade, por meio de ações que levem a ela, em formas relevantes para o seu bem-estar e desenvolvimento, o saber resultante de suas atividades pedagógicas e acadêmicas, o principal princípio dialógico entre este Projeto Pedagógico de Curso e Plano Macro da IES dá-se a partir da política/princípio institucional de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Logo, ao conceber e promover o processo formativo do seu curso de Educação Física, a FACSUR almejou atender aos mais elevados padrões de ensino, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações constantemente promovidas no âmbito do curso, este Projeto Pedagógico tem o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que permita o uso de ferramentas inerentes à atividade profissional, para ser um gestor nos estágios iniciais de profissionalização e naqueles que, já tendo vencido as barreiras inerentes ao mercado, despoem para um novo patamar de competitividade.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica escolar para construir um rol de conhecimentos úteis ao Profissional da Área.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e apreender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal trata-se da construção do homem como ser social e histórico com capacidade de intervir na sua própria realidade. Além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da FACSUR, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade e região. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil. Observa-se, ainda, a existência de normas específicas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos simpósios de iniciação científica promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

A extensão universitária, como anteriormente apontada, é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade. As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento e PDI;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As obrigações financeiras e as responsabilidades de cada envolvido;

- As orientações gerais para apresentação de proposta de curso de extensão.

As atividades de pesquisa e extensão, bem como seus coordenadores, devem andar integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares estabelecidas em lei, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágios, Atividades de Complementação Profissional, etc.;
- b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;
- c) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e relação teoria e realidade;
- d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- e) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- f) Respeito à ética profissional;
- g) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso pretende adotar a concepção da formação profissional que interagem teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos;
- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma *práxis* social nas dimensões técnica e ético-política;
- d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

Há que se destacar que o curso já está adequado à Resolução nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 – PNE– Plano Nacional de Educação. Dessa forma, já faz parte da matriz curricular do curso as atividades de extensão em Educação Física e serão privilegiadas as atividades extensionistas que auxiliem a comunidade na melhoria da qualidade de vida e que ao mesmo tempo capacitem os futuros profissionais ainda em formação.

4.3 OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACSUR

4.3.1 OBJETIVO GERAL DO CURSO

Antes de adentrar mais precisamente na explicitação dos objetivos geral e específicos do curso, ressaltamos que o NDE estabeleceu uma análise que considera vários fatores como o contexto educacional, perfil do egresso, demandas do mundo do trabalho, etc, conforme se descreve nos tópicos a seguir.

Também se faz necessário que inter-relacionemos os aspectos que apontamos na concepção do curso que descrevemos anteriormente e os próprios objetivos institucionais, ou seja, os objetivos não limitam apenas a reproduzir as estruturas e valores vigentes, mas abrem-se as possibilidades que só são possíveis a partir do acolhimento das novas ideias, das novas realidades e da visão de corresponsabilidade com a sociedade e com a história, ou seja, como apontamos em vários momentos de nosso projeto: na construção de seres humanos sociais e históricos, cientes da construção do seu futuro e de outrem.

Nesse contexto, o curso propicia ao aluno o desenvolvimento de competências que consolidem a capacidade crítica e reflexiva para a formação de um profissional empreendedor e gerenciador da própria carreira, com condições de compreender a complexidade e a ética, assim como se posicionar na e da sociedade, valorizando o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento social a partir da busca pela qualidade de vida da população.

Assim, o Curso de Bacharelado em Educação Física da FACSUR tem como objetivo principal formar Profissionais de Educação Física generalistas, com sólida formação técnico-científica, humanística e ética, orientada para a promoção da saúde, esporte, cultura e lazer, com ênfase na promoção, proteção e reabilitação em saúde física, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população, além da busca contínua por aperfeiçoamento em suas áreas.

4.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A Objetivo Específico para a formação do Bacharel em Educação Física, é a qualificação para a intervenção profissional em treinamento esportivo, orientação de atividades físicas, preparação física, recreação, lazer, cultura em atividades físicas, avaliação física, postural e funcional, gestão relacionada com a área de Educação Física, além de outros campos relacionados às prática de atividades físicas, recreativas e esportivas; visando a aquisição e desenvolvimento dos conhecimentos, atitudes e habilidades profissionais, previstas na Diretriz Curricular do curso de Educação Física, alinhado com as demandas locais da Região de Pinheiro – MA, sendo:

- Formar profissionais que compreendam a motricidade humana em todas as suas dimensões, fundamentando sua atuação no campo da Educação Física
- Formar profissionais de educação física que entendam o contexto histórico e social em que estão inseridos, buscando um papel ativo na transformação social. Esses profissionais devem utilizar as técnicas e conhecimentos científicos adquiridos ao longo do curso, assim como a cultura corporal do movimento humano, como ferramentas de intervenção para melhorar a qualidade de vida da população;
- Formar profissionais conscientes de seus papéis nas necessidades de saúde, socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais da sociedade em que estão inseridos.
- Proporcionar uma formação abrangente em Educação Física, alinhada com outras áreas do conhecimento, para desenvolver competências e habilidades suficientes para o trabalho em equipes multidisciplinares.
- Formar profissionais que dominem a gestão da força de trabalho em sua área, além dos recursos físicos, materiais e da informação;

- Garantir a plena defesa dos Direitos Humanos e da responsabilidade socioambiental;
- Prestar serviços na área da Educação Física à comunidade local, visando a melhoria da qualidade de vida;
- Formar profissionais com capacidade de liderança, autonomia de aprendizagem e compreensão da importância da Formação Continuada;
- Assegurar o domínio das ferramentas de comunicação;
- Fornecer ferramentas para o empreendedorismo, planejamento de carreira e posicionamento profissional no mercado de trabalho da Educação Física;
- Formar profissionais com habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, comprometidos com os valores e princípios norteadores da profissão;
- Desenvolver profissionais conscientes da finalidade da Educação Física como instrumento de transformação social, construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

4.3.3 OBJETIVOS DO CURSO: RELAÇÕES COM O CONTEXTO EDUCACIONAL

Ao delinear os aspectos gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

Qualidade da Educação Básica: é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresenta índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos. Assim, foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos como o déficit de linguagem, tópicos básicos de biologia e conhecimentos gerais da área sociológica e filosófica. Assim, objetivos como “domínio das ferramentas de comunicação”, “aprendizado autônomo e contínuo” e “formar profissionais cientes de seu papel frente às necessidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais” foram perspectivas estabelecidas como objetivos do curso

Educação Básica Pública: o contexto educacional brasileiro e regional, em geral, apresentam cenários de inversão de papéis: alunos egressos do ensino médio particular se inserem nas vagas de IES públicas e os alunos egressos do ensino médio da rede pública se inserem nas vagas de IES particulares.

Porém, há sempre a heterogeneidade desses ingressantes em cursos de graduação de IES particulares e, portanto, deve ser prevista. Dessa forma, esse cenário também foi considerado para o estabelecimento dos objetivos do curso, sendo que “a educação continuada” ou “a capacidade de autonomia” inserem-se nos objetivos do curso como forma de suplantando as diferenças de ambos os ingressantes, tudo a partir de ferramentas que no decorrer do PPC e da matriz curricular serão claramente delineados, em especial nas expectativas de disciplinas de cunho orientado;

As diferenças marcantes entre as comunidades: a FACSUR receberá alunos advindos não apenas de Pinheiro, mas de toda uma região composta de vários municípios. Assim, objetivos que lidam com a análise das realidades sociais foram introduzidos no curso, bem como outros aspectos generalistas foram constituídos considerando a singularidade do contexto educacional em que se situa a IES. Para garantir o cumprimento disso se estabelecem também ferramentas de nivelamento que serão delineadas nos próximos capítulos do documento, em especial no que se refere ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

4.3.4 OBJETIVOS DO CURSO: RELAÇÃO COM O PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE estabeleceu que não é possível estabelecer qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaquem-se aspectos como “formação humana e generalista” e “consciência da finalidade da Educação Física como instrumento de transformação social e melhoria da qualidade de vida da população” que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a matriz curricular.

O perfil do profissional egresso da FACSUR tem por fim atender critérios educacionais, sociais e da carreira do profissional. No que diz respeito às questões educacionais, estão previstos nos objetivos deste PPC que o egresso detenha as capacidades pontuadas pelas Diretrizes Curriculares, além de atingir os objetivos do curso e seu posicionamento no mercado.

A FACSUR pretende garantir a entrega de um profissional autônomo e consciente em suas decisões na carreira e junto à comunidade, capaz de utilizar o meio e suas ferramentas a seu favor e para o melhoramento da sociedade local.

Além da concepção do curso em si, este PPC e as ações da IES garantem o acompanhamento do egresso e seu possível retorno para o estímulo do estudo contínuo e especializado através da própria instituição sanando as ausências de mercado que existem na região e ampliado às possibilidades e posicionamento para crescimento e evolução da mesma em colaboração com a melhoria social.

O egresso da FACSUR estará ciente da necessidade de um olhar transdisciplinar acerca da sua profissão, possuindo as devidas capacidades para gerenciar sua carreira com a percepção das necessidades e oportunidades da região em que se insere. Assim, esse profissional utilizará de sua vocação assim como do seu aprendizado para integrar teoria e prática e determinar a sua formação plena.

Seguindo princípio da educação continuada, o aluno egresso da FACSUR terá meios para prosseguir na pós-graduação da IES atendendo as efetivas demandas de seu próprio desempenho profissional.

4.3.5 OBJETIVOS DO CURSO: CARACTERÍSTICAS LOCAIS E REGIONAIS

Conforme apontamos nas relações entre os objetivos do curso e o contexto educacional, a FACSUR se constitui em uma região de complexa heterogeneidade.

Aspectos como as diferenças marcantes entre os bairros que compõem o município de Pinheiro, bem como a região metropolitana e suas diferentes realidades foram considerados nos objetivos do curso, em especial na configuração de um profissional generalista, haja vista a carência na área da saúde na região de inserção, afinal os egressos serão absorvidos por um mercado de trabalho amplo, de demanda reprimida e, conforme já destacamos muito heterogêneo.

Além disso, na configuração das expectativas locais e regionais, o NDE considerou também a oportunidade a partir do número de atividades empreendedoras e necessárias ao desenvolvimento local como os grandes centros

populares de Educação Física ou centros especializados em serviços em Educação Física em atividade na região de Pinheiro.

Assim, objetivos como “Formação Generalista”, “Ciência de sua responsabilidade frente a sua realidade social” e “empreender em sua área”, foram delineados considerando a realidade local e regional e para tal foram estabelecidas também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

4.3.6 OBJETIVOS DO CURSO: CONSIDERAÇÃO ÀS PRÁTICAS EMERGENTES NA ÁREA DO CURSO

Ao delinear objetivos como relacionados à autonomia de aprendizado e à educação continuada, o NDE demonstra já no início da construção do curso que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é “fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional para o mercado de trabalho na área de Educação Física”.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e ao mercado de trabalho, bem como a sua capacidade analítica do contexto profissional em que se insere.

A garantia de realização desses objetivos poderá ser vislumbrada nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.

4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

4.4.1 PERFIL PROFISSIONAL: O EGRESSO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACSUR E AS CONSIDERAÇÕES ÀS DCNS

Considerando os objetivos delineados para o curso, a realidade da região de inserção e as perspectivas político-pedagógicas da IES, o egresso do curso de Educação Física da FACSUR visa formar um profissional para a “atuação na área de educação física, com competências e habilidades que lhe possibilitem ser responsável pela promoção da saúde e o bem-estar das pessoas através de uma

grande diversidade de ações relacionadas à prática de atividades físicas, sendo estas individuais ou coletivas”.

Neste sentido, o profissional de Educação Física egresso da FACSUR deve atuar preferencialmente nas áreas esportiva, do lazer e da saúde, com conhecimento profundo da estrutura e função do corpo humano, suas possibilidades de movimento, expressão e interação social., desenvolvendo habilidades e capacidades de reflexão e crítica, tornando-se agentes transformadores de seu meio, devendo possuir sólida formação teórica, histórica e qualitativa; formação cultural ampla, que possibilite a compreensão das questões da sua área. profissional no seu contexto social e ambiental; capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas, numa realidade diversificada e em constante transformação; capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; capacidade de comunicação e expressão oral e escrita; e consciência de que o senso ético de responsabilidade social deve nortear o exercício da profissão Neste sentido, foi configurado como perfil do egresso da FACSUR, a partir dos aspectos relacionados ao atendimento das DCNs, bem como as singularidades loco-regionais e outras expectativas supracitadas:

Um Bacharel em Educação Física com conhecimentos científicos, capacitação técnica e habilidades múltiplas para desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde física, tanto em nível individual quanto coletivo; participação no avanço da ciência e tecnologia; atuação em equipes multidisciplinares, em todos os níveis de atenção à saúde física, esporte, recreação e lazer.

4.4.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS

Segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física a formação profissional deve possibilitar habilidades e competências que permitam ao Profissional de Educação Física decidir e atuar com segurança e propriedade na promoção da saúde e na prevenção para atender às necessidades sociais, de modo a não ser um profissional com mentalidade puramente tecnicista. Que seja um profissional capaz de interagir com a sociedade e que tenha capacidade de liderança e sensibilidade social. Que possua técnicas sofisticadas de cura sustentada por uma sólida base em ciências básicas. Considerando as exigências de qualidade e de ética profissional nas intervenções, o Profissional de Educação Física deverá estar capacitado para:

1 - Compreender, analisar, estudar, pesquisar (profissional e academicamente), esclarecer, transmitir e aplicar os conhecimentos biopsicossociais e pedagógicos da

atividade física e desportiva nas suas diversas manifestações, levando em conta o contexto histórico cultural;

2 - Atuar em todas as dimensões de seu campo profissional, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento da Educação Física e das práticas essenciais de sua produção, difusão, socialização e de competências técnico-instrumentais a partir de uma atitude crítico-reflexiva e ética;

3 - Disseminar e aplicar conhecimentos práticos e teóricos sobre a Educação Física (Atividade Física/Motricidade Humana/Movimento Humano), analisando-os na relação dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente;

4 - Promover uma educação efetiva e permanente para a saúde e a ocupação do tempo livre e de lazer, como meio eficaz para a conquista de um estilo de vida ativo e compatível com as necessidades de cada etapa e condições da vida do ser humano;

5 - Contribuir para a formação integral de crianças, jovens, adultos e idosos, no sentido de que sejam cidadãos autônomos e conscientes;

6 - Estimular e fomentar o direito de todas as pessoas à atividade física, por vias formais e/ou não formais;

7- Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades de indivíduos e grupos, atuando como agente de transformação social;

8- Conhecer e utilizar os recursos tecnológicos, inerentes à aplicação profissional.

4.4.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO

1 - TREINAMENTO DESPORTIVO

Intervenção: Identificar, diagnosticar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar, executar, programar, ministrar, prescrever, desenvolver, coordenar, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de aprendizagem, aperfeiçoamento, orientação e treinamento técnico e tático, de modalidades desportivas, na área formal e não formal.

2 - PREPARAÇÃO FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar e aplicar métodos e técnicas de avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas, objetivando promover, otimizar, reabilitar, maximizar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, o condicionamento e o desempenho físico dos praticantes das diversas modalidades esportivas, acrobáticas e artísticas.

3 - AVALIAÇÃO FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, identificar necessidades, desenvolver coleta de dados, entrevistas, aplicar métodos e técnicas de medidas e avaliação antropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal, em laboratórios ou no campo prático de intervenção, com o objetivo de avaliar o condicionamento físico, os componentes funcionais e morfológicos e a execução técnica de movimentos, objetivando orientar, prevenir e reabilitar o condicionamento, o rendimento físico, técnico e artístico dos beneficiários.

4- RECREAÇÃO EM ATIVIDADE FÍSICA

Intervenção: Diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar e aplicar atividades físicas de caráter lúdico e recreativo, objetivando promover, otimizar e restabelecer as perspectivas de lazer ativo e bem estar psicossocial e as relações socioculturais da população.

5 - ORIENTAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS

Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, desenvolver, prescrever, orientar, avaliar, aplicar métodos e técnicas motoras diversas, aperfeiçoar, orientar e ministrar os exercícios físicos, objetivando promover, otimizar, reabilitar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, condicionamento e o desempenho humano e esportivo, orientar para: o bem-estar e o estilo de vida ativo, o lazer, a sociabilização, a educação, a expressão e estética do movimento, a prevenção de doenças, a compensação de distúrbios funcionais, o restabelecimento de capacidades físicas, a autoestima, a cidadania, a manutenção das boas condições de vida e da saúde da sociedade.

6 - GESTÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

Intervenção: Diagnosticar, identificar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, assessorar, dinamizar, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, prestar consultoria, orientar, avaliar e aplicar métodos e técnicas de avaliação na organização, administração e/ou gerenciamento de instituições, entidades, órgãos e pessoas jurídicas cujas atividades fins sejam atividades físicas e/ou desportivas.

4.4.4 PERFIL PROFISSIONAL: NECESSIDADES LOCAIS E REGIONAIS

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade regional e local no que concerne à saúde e às necessidades da área de Educação Física.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar

o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Na configuração do perfil do egresso foram considerados os índices da saúde física local e regional já demonstrados no início do Projeto nas justificativas para implantação do curso. Assim, conforme poderá ser vislumbrado no perfil do egresso do curso de Educação Física da FACSUR, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

4.4.5 PERFIL PROFISSIONAL: FLEXIBILIDADE EM FUNÇÃO DE NOVAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade regional e local no que concerne à saúde e às necessidades da área de Educação Física.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Na configuração do perfil do egresso foram considerados os índices da saúde física local e regional já demonstrados no início do Projeto nas justificativas para implantação do curso.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado no perfil do egresso do curso de Educação Física da FACSUR, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

4.5 FORMAS DE ACESSO

O ingresso no curso de Curso de Bacharelado em Educação Física da FACSUR será realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da FACSUR, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova;

- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso;

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 (três) anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES;

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: A FACSUR poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente credenciadas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;

- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;

- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderão requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;

- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou trancaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;

- Transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na FACSUR. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na FACSUR integra o Regimento Geral Interno da IES.

As vagas para o processo seletivo serão estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior da FACSUR e devidamente homologadas pela Direção Geral.

A efetivação da matrícula será feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.

4.6 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Educação Física da FACSUR é resultante, essencialmente, da reflexão sobre a missão da IES, do curso, da concepção, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso, objetivando, a priori, contemplar ao que dispõem as Diretrizes Curriculares do MEC.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influenciam no processo de intervenção social.

O curso busca introduzir um tratamento interdisciplinar dos conceitos, através da integração das disciplinas, de forma que estudos realizados em um dado setor do conhecimento, desde logo, repercutem nos demais, formando um todo indivisível. Mediante um enfoque interdisciplinar, promovido em sua gênese a partir das Práticas Integradas e das Atividades de Complementação Profissional exigidas a cada semestre, o curso é capaz de inserir a análise dos problemas sociais, políticos e econômicos, propiciando uma formação que respeita os fundamentos técnicos, científicos e morais do conhecimento e apropria as vantagens dos novos campos do avanço científico e tecnológico em prol da saúde e da sociedade.

Não obstante ser o Curso de Educação Física da FACSUR, um curso eminentemente prático dado à realidade de intervenção direta na saúde física da população, é imprescindível para o egresso possuir uma sólida formação teórica,

complementada por um profundo conhecimento das práticas em laboratórios didáticos, e da realidade da saúde pública e privada em que se insere.

Assim, pode se dizer que a proposta pedagógica do curso busca o necessário equilíbrio entre os conteúdos teóricos e práticos na formulação do seu currículo pleno. Neste sentido, promove a harmonia no teor das disciplinas teóricas de formação, de modo a desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um aprendizado interdisciplinar voltado à realidade social, vinculando a prática à teoria, com um currículo mais flexível, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático.

Nesse sentido, o embasamento científico-metodológico aplicado nesta estrutura curricular encontra-se aliado a um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem, na promoção e transmissão de valores calcados nos princípios e valores éticos, filosóficos, políticos e sociais que regem a conduta humana, sempre apoiada no professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem.

4.6.1 ESTRUTURA CURRICULAR: FLEXIBILIDADE

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de Atividades de Complementação Profissional na estrutura curricular. Afinal, o curso implementa a flexibilização curricular também através de atividades das disciplinas Práticas Integradas, atividades de extensão, iniciação científica, disciplinas optativas, monitoria, participação em projetos de extensão, programa interno de capacitação, participação em seminários internos e a promoção de eventos locais e regionais.

Assim, o curso de Educação Física da FACSUR está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

4.6.1.1 ESTRUTURA CURRICULAR – FLEXIBILIDADE: AS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

As Atividades de Complementação Profissional caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam

desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais das Atividades de Complementação Profissional são os de flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como educadores físicos e cidadãos, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, optou-se por constituir as Atividades de Complementação Profissional na formalização de disciplinas/créditos. Dessa forma, em todos os semestres o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados aqueles que aprendem em sala de aula.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais (Vide NORMAS DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL nos anexos deste Projeto).

4.6.1.2 ESTRUTURA CURRICULAR – FLEXIBILIDADE: OS CONTEÚDOS OPTATIVOS

Os conteúdos eletivos, ou seja, de livre escolha do aluno conforme o tema que quer se aprofundar, foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso de graduação.

Vale destacar que, progressivamente este elenco de disciplinas optativas poderá ir sendo ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

A relação inclui diversos componentes curriculares, dentre eles a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - que se constitui em componente curricular optativo em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005.

4.6.2 ESTRUTURA CURRICULAR: INTERDISCIPLINARIDADE E ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um fim, mas um meio, o NDE buscou constituir a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.

Dentre as ferramentas, destaquem-se as Práticas Integradas, o TCC e os Estágios Supervisionados Obrigatórios.

4.6.2.1 ESTRUTURA CURRICULAR – INTERDISCIPLINARIDADE E A ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO: AS PRÁTICAS INTEGRADAS

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, estabelecer-se naturalmente o processo de iniciação científica, conhecer a realidade profissional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teóricos, bem como a inter-relação entre os conhecimentos, e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre serão desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre os conhecimentos apreendidos no curso.

Destaque-se que, além da necessária interdisciplinaridade, esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado. Nos semestres em que se incluem as Práticas Integradas, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

Ressalte-se que as Práticas Integradas são normatizadas por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (VIDE ANEXO).

4.6.2.2 ESTRUTURA CURRICULAR – INTERDISCIPLINARIDADE E A ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO: O TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Profissional de Educação Física quando, no último ano do curso, o discente deverá produzir individualmente um artigo que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional. Por isso, o componente curricular deve ser compreendido como uma ferramenta para compor a interdisciplinaridade e a formação do pensamento crítico-científico, afinal de contas o aluno precisa mover uma gama de conhecimentos apreendidos durante o curso, desde a comunicação contemporânea (Leitura e Produção de Textos) e Metodologia Científica, até os conhecimentos específicos inerentes ao curso de Educação Física.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência nas Práticas Integradas, de estágio, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

- ⇒ Diretrizes Preliminares
- ✓ A elaboração do TCC poderá ser realizada na forma de pesquisa individual acerca de qualquer temática da saúde, desde que seja vinculada à Educação Física;
- ✓ O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Educação Física;
- ✓ Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, será instituída uma Comissão de TCC, composta pelos docentes das disciplinas de Introdução a Educação Física, Filosofia, Ética e Bioética, Metodologia Científica e pela Coordenação de Curso, além de um professor orientador, escolhido pelos pares.

Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES.

4.6.2.3. ESTRUTURA CURRICULAR – INTERDISCIPLINARIDADE E A ARTICULAÇÃO ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é concebido como o momento em que o aluno precisará estabelecer o diálogo entre todos os conhecimentos do curso.

Desse modo, a experiência de estágio na FACSUR deve ser estabelecida como uma forma de evidenciar as potencialidades de formação do Bacharel em Educação Física, com possibilidades de rompimento da prática em que cada profissional transita exclusivamente em seu nicho disciplinar.

O estágio deve ser estabelecido sob um âmbito de trabalho coletivo integrado à vários outros profissionais e conhecimentos, a partir do qual cada um deles leva suas bagagens cultural e de conhecimentos colocando-os em contato com outras práticas, ou seja, trata-se abandonar seu campo disciplinar exclusivo e assumir trocas de conhecimentos, linguagens e práticas nos campos de outros profissionais e essa é a razão pela qual a FACSUR considera o estágio não apenas um momento em que se relacionam teoria e prática, mas um estabelecimento das Práticas Integradas que percorrerão a vida profissional dos egressos.

4.6.3 ESTRUTURA CURRICULAR – ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Como necessidade de atualização, nos últimos anos o tripé ensino-pesquisa- extensão tem sofrido diversas modificações, de forma que possam acompanhar as mudanças socioeconômicas locais, regionais e nacionais, as quais estão interferindo em outros campos, como o cenário da saúde, e que essas alterações neste cenário têm impactado no construto entre fazer intelectual e a prática.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do ingresso da extensão na carga horária nos cursos superiores de graduação, seguindo Diretrizes da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual cumpre o estabelecido pelo PNE 2014-2024, tão logo devem ser desempenhados projetos de atividades extensionistas pelas IES, executando primordialmente ações de maior relevância em seu meio de inserção.

As práticas de extensão, ainda conforme a Resolução irão compor minimamente 10% da carga horária dos cursos de graduação de forma que o conhecimento acadêmico possa dialogar com a sociedade por meio do principal instrumento de transformação da acadêmica, o (a) aluno (a), utilizando-se de uma estrutura que deverá ser planejada de acordo com realidade efetiva e constantemente avaliada de forma que possa assegurar resultados nessa interação dialógica.

4.6.4 ESTRUTURA CURRICULAR – COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA

Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula=60 minutos.

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino serão convertidos em conteúdo programático (específico).

As cargas horárias das disciplinas foram dimensionadas de modo que fossem compatíveis também com centenas de outros cursos no Brasil, assim as transferências dos alunos para a FACSUR e vice versa, poderão ser feitas sem prejuízo ou problemas de adaptação curricular.

Destaque-se que a carga horária mínima para o curso, conforme as DCNs é de 3.200 (Três Mil e Duzentas) horas e o NDE inseriu horas a mais visando que seus projetos inovadores que não fazem parte dos currículos comuns do Educação Física, bem como a adaptação às novas DCN's não causassem prejuízo aos conhecimentos da etapa comum e específica do curso.

4.6.5 ESTRUTURA CURRICULAR – ELEMENTOS INOVADORES

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da cultura simbólica, ou seja, cabe também

à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar.

Esta esfera envolve desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma na FACSUR espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;
2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre a natureza e sobre a própria sociedade;
3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais necessários para inserir-se ética e politicamente em sua sociedade histórica.

Desse modo, ao buscar inovações para o curso a FACSUR estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

a) As Práticas Integradas: Além dos conhecimentos inerentes a formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos.

b) Tópicos Especiais: Não encontrado em outro currículo no Brasil, os tópicos especiais, do modo como são pensados na FACSUR se estabelecem não como um conhecimento ou conjunto de conhecimentos a serem adquiridos, mas um espaço de construção em que alunos e professores poderão mediar as suas necessidades por meio do currículo.

c) Planejamento de Carreira: Presente como tema das Práticas Integradas em todos os cursos de graduação da FACSUR, a disciplina visa com que o aluno não apenas conheça a realidade profissional em que vai se inserir, mas inicie um processo de concepção da sua vida profissional.

A FACSUR tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica, mas também assegurar a formação integral dos seus alunos cabe-lhe uma responsabilidade social da qual decorrem exigências específicas:

a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica.

b) Um compromisso ético-político: o profissional de Educação Física a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolva um complexo investimento e que não se dará unicamente neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

4.6.6 ESTRUTURA CURRICULAR: DA ETAPA COMUM E ESPECÍFICA CONFORME ÀS DCNS

- Em atendimento à Resolução CNE/CES RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências).
- matriz como Atividade de Complementação Profissional e fazem parte da carga horária do curso.
- O Estágio é estabelecido conforme as DCNs em que o mínimo é de 20% da carga horária total do curso e se constitui em práticas profissionais com acompanhamento docente.
- O TCC, Estágio e AC's são normatizados no PPC do Curso
- Disciplina de Libras em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 ;
- Temática Direitos Humanos em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 1/2012;
- Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 1/2004;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em conformidade com a Lei nº

11.645/2008;

- Educação Ambiental em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2/2012;
- Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em conformidade com a Lei nº 12.764/2012.
- Curricularização da Extensão nos termos da Resolução 07/2018 CNE/CES, e que de acordo com seu Art. 4º " as atividades de extensão irá compor no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária de Integralização.

4.6.7 ESTRUTURA CURRICULAR: MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

- **1º SEMESTRE**

DI SCI PLI NA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Introdução à Educação Física	40		40
Anatomia Humana	40	20	60
Bases Biológicas aplicada à Educação Física	20	20	40
Ética e Relação: Princípios, Valores e Legislação	40		40
Metodologia Científica e Bioética em Pesquisa	20	20	40
Tecnologia de Informação em Educação Física	40		40
Práticas Integradas em Educação Física I		40	40
Atividades de Complementação Profissional I			20
Atividades Extensionistas I (Projeto de Extensão Aplicadas às Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		30	30
TOTAL			350

- 2º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Embriologia e Genética	30	10	40
Esportes Individuais I – Atletismo	30	30	60
Esportes Individuais II – Lutas	20	20	40
Sociologia e Antropologia	40		40
Fisiologia Humana e Biofísica	40	20	60
Cinesiologia e Biomecânica	30	30	60
Práticas Integradas em Educação Física II		40	40
Atividades de Complementação Profissional II			20
Atividades Extensionistas II ((Projeto de Extensão Aplicadas as Àreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		30	30
TOTAL			390

- 3º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Esportes Coletivos I – Futebol e Futsal	30	30	60
Esportes Coletivos II – Basquete	30	30	60
Recreação e Lazer	20	20	40
Fisiologia e Bioquímica do Exercício	40	20	60
Psicologia Aplicada à Educação Física	40		40

Crescimento, Desenvolvimento e Desempenho motor	40	20	60
Nutrição Aplicada à Educação Física	30	10	40
Práticas Integradas em Educação Física III		40	40
Atividades de Complementação Profissional III			20
Atividades Extensionistas III (Projeto de Extensão Aplicadas as Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		30	30
TOTAL			450

• **4º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Esportes Coletivos III – Handebol	30	30	60
Esportes Coletivos IV – Voleibol	30	30	60
Aprendizagem Motora	20	20	40
Educação Adaptada	20	20	40
Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física	20	20	40
Saúde Coletiva Aplicada à Educação Física	40		40
Relações Étnicos Raciais e Direitos Humanos	40		40
Práticas Integradas em Educação Física IV		40	40
Atividades de Complementação Profissional IV			20
Atividades Extensionistas IV (Projeto de Extensão Aplicadas as Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		30	30
TOTAL			410

- 5º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Atividade Física para Grupos Especiais	30	30	60
Esportes Individuais III – Ginástica Artística e Rítmica	30	30	60
Fisiologia do Exercício aplicada à clínica	30	30	60
Treinamento Esportivo	30	30	60
Dança aplicada à Atividade Física e Saúde	30	30	60
Atividades de Complementação Profissional V			20
Atividades Extensionistas V (Projeto de Extensão Aplicadas às Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		50	50
TOTAL			370

- 6º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Gestão, Empreendedorismo e Inovação em Educação Física	40	20	60
Esportes Individuais IV – Natação e Atividades Aquáticas	20	40	60
Fundamentos da Musculação	30	30	60
Seminário Temático	20	20	40
Estágio Supervisionado I – Esportes		200	200
Atividades de Complementação Profissional VI			20

Atividades Extensionistas VI ((Projeto de Extensão Aplicadas as Àreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		60	60
TOTAL			500

- 7º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Educação Ambiental e Esportes de Aventura	20	20	40
Urgência e Emergência em Educação Física	20	20	40
Políticas Públicas de Saúde em Atividade Física	20	20	40
Trabalho de Conclusão de Curso I		40	40
Estágio Supervisionado II – Atividade Física e Saúde		240	240
Atividades de Complementação Profissional VII			20
Atividades Extensionistas VII ((Projeto de Extensão Aplicadas as Àreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		60	60
TOTAL			480

- 8º SEMESTRE**

DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
Profissão: Competências e Habilidades	20	20	40
Modalidades Paradesportivas	30	30	60
Trabalho de Conclusão de Curso II		40	40

Estágio Supervisionado III – Cultura e Lazer		240	240
Atividades de Complementação Profissional VIII			20
Atividades Extensionistas VIII ((Projeto de Extensão Aplicadas as Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)		50	50
TOTAL			450

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA ETAPA COMUM

	Carga Horária	CH de Prática Integradoras da Etapa Comum	Percentual da Prática Integradoras da Etapa Comum
<u>Etapa Comum</u>	1600	160	<u>10%</u>

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA ETAPA ESPECÍFICA

	Carga horária	CH de Prática Como Componente Curricular da Etapa Específica	Percentual da Prática da Etapa Específica
<u>Etapa Específica</u>	1800	450	25%

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA GERAL

Módulos	Carga Horária	Percentual
Estágio Supervisionado	680h	20%
Atividades Complementação Profissional	160h	5%
Práticas de Extensão	340h	10%
Disciplinas	2220	65%
CARGA HORÁRIA TOTAL OBRIGATÓRIA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	3400	100%

<u>DISCIPLINAS OPTATIVAS</u>		
Libras	60	
Administração e marketing desportivo	60	
Brincadeiras e e-games	60	
Organização de campeonatos e eventos esportivos	60	
Atividades físicas e envelhecimento	60	
Farmacologia aplicada a educação física	60	
Língua Inglesa	60	
Tópicos especiais	60	

4.6.8 CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso, as Etapas Comum e Etapa Específica, o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

4.6.9 CONTEÚDOS CURRICULARES: DESENVOLVIMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO CONSIDERANDO A ATUALIZAÇÃO DA ÁREA DO CURSO

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional generalista, com capacidade em áreas diversas que compõem o profissional de Educação Física, com anseios sociais e éticos, o NDE buscou a partir de o currículo determinar todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas de modo que os planos de ensino contemplem o ementário como um todo e possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

Neste sentido, ao invés de descrever de maneira minuciosa cada um dos componentes curriculares, o NDE estabeleceu os conteúdos curriculares de maneira mais global, de modo que os professores possam construir conteúdos programáticos menos engessados, mas sempre atentos ao cumprimento do ementário.

Essa prerrogativa é essencial para a construção de conteúdos curriculares novos, ou seja, aqueles que se fazem a partir da atualização da área do curso, pois ao possuir uma ementa (conteúdo curricular) menos descritivo e mais global, o professor tem a possibilidade de ampliar os conhecimentos sempre que necessário.

Destaque também para as Práticas Integradas que podem mudar os seus temas a qualquer tempo e, portanto, poderão também atender às atualizações na área, bem como a configuração do perfil do egresso do curso.

4.6.10 CONTEÚDOS CURRICULARES: ADEQUAÇÃO DAS CARGAS HORÁRIAS E DAS BIBLIOGRAFIAS

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades. No que diz respeito às bibliografias, o NDE reuniu-se e adequou as bibliografias considerando como base o mínimo de títulos da bibliografia básica e complementar. Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras e o esgotamento de alguns títulos.

Foram alinhados clássicos da literatura e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos. Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

4.6.11 CONTEÚDOS CURRICULARES: A ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

No início de cada semestre letivo serão constituídos os Seminários Pedagógicos nos quais os professores poderão juntos construir seus planos de ensino a partir dos conteúdos curriculares disponibilizados no PPC. Desse modo, para cada conteúdo será estabelecida a possibilidade de acesso para cada aluno que tenha algum tipo de necessidade especial, conforme segue:

a) Quando necessário, os professores poderão determinar o aprendizado a partir da gravação dos conteúdos curriculares para os alunos com limitações visuais (áudio), ou, ainda, a transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e o uso do software VOXI ou semelhante.

b) Para os alunos com deficiência auditiva, os conteúdos curriculares deverão ser considerados na perspectiva de um profissional tradutor de LIBRAS e/ou da transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e uso do VLIBRAS ou semelhante.

c) Para os alunos com algum tipo de transtorno, como a dislexia, autismo etc., deverá ser imediatamente acionado o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, de modo a constituir programas de conteúdos especiais para tais alunos, incluindo o reforço em férias etc.

Enfim, a cada semestre, professores deverão se reunir e, conforme as necessidades, determinar a aplicação dos conteúdos curriculares conforme as necessidades dos alunos.

4.6.12 CONTEÚDOS CURRICULARES: OS DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1) Além dos aspectos ligados às expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de conteúdos transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais. Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

2) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA, NOS TERMOS DA LEI Nº 9.394/96, COM A REDAÇÃO DADA PELAS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008 E NA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2004, FUNDAMENTADA NO PARECER CNE/CP Nº 3/2004.

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

a) Disciplina=> **Relações Étnicas Raciais e Direitos Humanos:** Será indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados às relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira; Disciplina=> **Sociologia e antropologia:** Os professores serão orientados a abordar as mudanças sociais e as

relações de trabalho a partir das expectativas de inclusão social e das relações étnico – raciais no cenário profissional;

Obs.* Além dos nortes acima vale destacar que a IES possui um Programa Institucional de Direitos Humanos e Inclusão que traz uma programação de ações voltadas ao debate, estudo e conscientização acerca das diversidades e das relações étnicas, haverá também o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

3) POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME O DISPOSTO NA LEI Nº 9.795/1999, NO DECRETO Nº 4.281/2002 E NA RESOLUÇÃO CP/CNE Nº 2/2012.

Tendo como norte as ações acadêmicas e pedagógicas, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

b) Disciplina=> **Saúde Coletiva Aplicada à Educação Física:** A disciplina traz em seu bojo as expectativas acerca dos cuidados no manuseio e descarte de equipamentos e insumos da área de saúde, eclodindo em discussões acerca da responsabilidade socioambiental como instituição em que todos são partícipes.

c) Disciplina=> **Educação ambiental e esporte de aventura:** Os docentes serão orientados a utilizarem textos e temas de redação voltados às questões ambientais, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios da educação ambiental.

d) Disciplina=> **Ética e relação: Princípios valores e legislação:** a disciplina em questão possibilita que o professor (e assim ele será orientado) aborde a relevância das questões ambientais para o desenvolvimento das ciências. Afinal, já faz parte das bibliografias específicas do curso a abordagem da sustentabilidade, responsabilidade social e o meio ambiente como premissas das perspectivas teóricas;

e) Disciplina=> **Gestão, Empreendedorismo e Inovação em Educação Física:** não há como discorrer sobre o “empreender” sem que se aborde e sensibilize os educandos quanto às questões ambientais.

Obs.* Além das possibilidades acima, a IES possui um Núcleo de Educação Ambiental e Responsabilidade Social (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

4) DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CONFORME O DISPOSTO NO PARECER CNE/CP Nº 8/2012 E NO PARECER CP/CNE Nº 8, DE 06/03/2012, QUE ORIGINOU A RESOLUÇÃO CP/CNE Nº 1, DE 30/05/2012.

Disciplina=> Tecnologia de informação em educação física: os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;

Disciplina=> Sociologia e antropologia, Disciplina Educação Especial e Disciplina de modalidades Paradesportiva : é impossível abordar a disciplina sem tratar dos aspectos relativos aos direitos das pessoas, sejam elas os pacientes ou os próprios profissionais.

Obs.* Além dos nortes acima haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

4.6.13 CONTEÚDOS CURRICULARES: CONHECIMENTOS INOVADORES

Primeiramente, o NDE destaca que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, a já na gênese do currículo o NDE preparou-o de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia na área da saúde. Assim, disciplinas como os Tópicos Especiais I e II já devem ser consideradas inovadoras ao passo que abrem para o curso a flexibilidade de poder inserir sistematicamente novos conhecimentos para os alunos sempre que são divulgados e comprovados na sua eficácia.

Outrossim, deve-se destacar conteúdos inovadores que não são da ordem comum dos cursos de Educação Física tradicionais no Brasil, como a

disciplina Profissão: Competências e Habilidades que visa oportunizar aos alunos em todos os cursos de graduação da FACSUR as perspectivas de uso diverso da sua profissão e dos conhecimentos adquiridos na Faculdade.

Destaque-se também a disciplina Gestão, Empreendedorismo e Inovação em Educação Física que visa atender a uma demanda brasileira de formação de novos negócios na área de Educação Física. E, para atender as expectativas de formação baseada em conteúdos inovadores das referidas unidades curriculares e demais unidades do curso, a FACSUR disponibiliza à comunidade acadêmica, a Sala de Aula Interativa, um espaço de consolidação do conhecimento baseada em atividades que integram os discentes a múltiplos ambientes propícios à formação do conhecimentos, competências e habilidades pertinentes ao curso.

Na Sala de Aula Interativa, os docentes compartilham imagens, cenários práticos e entrevistas com profissionais para exposição de casos práticos, cenários integrados a diferentes componentes curriculares, os quais para a sua futura atuação profissional. Por fim, vale destacar acerca do cuidado na perspectiva da tecnologia nos leva a repensar a inerente capacidade do ser humano em buscar inovações capazes de transformar seu cotidiano, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. Dessa forma, o Profissional de Educação Física não deve buscar apenas se adequar ao surgimento de novas técnicas, mas de novas mudanças sociais que ocorrem com uma velocidade nunca antes vista.

4.6.14 CONTEÚDOS CURRICULARES: AS EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO CURSO

1º SEMESTRE

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Concepções sobre a Educação Física: conceitos, objetivos, princípios, importância e valores. A Educação Física na história. A Educação Física na Idade Moderna: as grandes correntes contemporâneas e suas origens: Sueca, Francesa e Alemã. Os jogos: Fúnebres, Píticos, Nemeus, Ístmicos, Panamericanos e Olímpicos. A Educação Física no Brasil: diferentes concepções e funções. Histórico das principais modalidades coletivas utilizadas na escola. Código de Ética para o profissional de Educação Física.

Bibliografia Básica:

BARBIERI, João Francisco; BULGARELLI, Pedro Luiz. **Primeiros atendimentos em educação física**. Porto Alegre: SAGAH, 01/2018. (BV)

RANGEL, Irene Conceição Andrade; Darido, Suraya Cristina. **Educação Física no Ensino Superior - Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006-10-01. (BV)

VANCE, Patricia de Salles; NASSIF, Vânia Maria Jorge; MASTERALEXIS, Lisa Pike. **Gestão de Esporte - Casos Brasileiros e Internacionais**. Rio de Janeiro: LTC 07/2015. (BV)

Bibliografia Complementar:

BAHIA, Cristiano de Sant'anna et al. (Orgs.). **Formação profissional na educação física e esporte**. Goiânia: Kelps, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Nilton-Formiga/publication/323686164_FORMACAO_PROFISSIONAL_NA_EDUCACAO_FISICA_E_ESPORTE/links/5aa4419d0f7e9badd9a9b02e/FORMACAO-PROFISSIONAL-NA-EDUCACAO-FISICA-E-ESPORTE.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; JR., Lafaiete L O.; Dionizio, Mayara. **História da educação física**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788533500181. (BV)

BARBANTI, Valdir J. **Dicionário de Educação Física e Esporte**. São Paulo Manole, 01/2011. (BV)

LOZADA, Cristiano. **Introdução à profissão: educação física**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 11/2017. (BV)

VALENTINA, Della; Natali, Eduardo. **Fundamentos históricos da educação física e do esporte**. Porto Alegre: SAGAH, 01/2018. (BV)

SILVA, Juliano Oliveira da. **Dimensões histórico-filosóficas da educação física e do esporte**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 09/2018. (BV)

ANATOMIA HUMANA

Ementa: Introdução ao estudo da anatomia humana. Anatomia do movimento e Anatomia muscular funcional. Aparelho locomotores e sistema articulares. Anatomia dos Sistemas Esquelético, Articular, Muscular, Circulatório e Respiratório. Anatomia

do sistema nervoso central e periférico, sistema nervoso autônomo, anatomia da circulação do sistema nervoso central, dos órgãos dos sentidos especiais, do córtex cerebral e dos sistemas digestório, urinário, genitais masculino/ feminino.

Bibliografia Básica:

GOSLING, John A. **Anatomia Humana**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. (BV)

BECKER, Roberta O.; PEREIRA, Gabriela A M.; PAVANI, Kamile K G. **Anatomia humana**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. (BV)

TORTORA, Gerard J.; NIELSEN, Mark T. **Princípios de Anatomia Humana**. 14. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. (BV)

Bibliografia Complementar:

MANOCCHIA, Pat. **Anatomia do Exercício**. São Paulo: Editora Manole, 2009. E-book. ISBN 9788520451946. (BV)

WEINECK, Jürgen. **Anatomia Aplicada ao Esporte**. São Paulo: Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520449851. (BV)

DELAVIER, Frédéric; GUNDILL, Michael. **Aprendendo Anatomia Muscular Funcional**. São Paulo: Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520449615. (BV)

LAROSA, Paulo Ricardo R. **Anatomia Humana: Texto e Atlas**. São Paulo: Grupo GEN, 2024. (BV)

VASCONCELOS, Gabriela Souza de. **Anatomia topográfica, fisiológica e biomecânica do movimento humano aplicadas ao esporte**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021. (BV)

BASES BIOLÓGICAS APLICADA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Noções básicas de citologia. A célula, aspectos gerais e propriedades; organelas celulares; núcleo; divisão celular e diferenciações celulares. Embriologia humana; Período pré-embrionário: fecundação, segmentação e formação das membranas extraembrionárias. Noções básicas de histologia humana. Técnicas histológicas e microscopia. Estudo dos tecidos: Epitelial de revestimento e glandular, Tecido conjuntivo geral frouxo, conjuntivo denso modelado e não modelado, conjuntivo especial cartilaginoso, ósseo, adiposo, hematopoiético e sanguíneo. Tecido muscular liso, estriado esquelético e cardíaco. Estudo do tecido nervoso; cérebro,

cerebelo, medula encefálica e nervo periférico. Estudo dos principais órgãos que compõem o organismo humano, correlação de sua organização com as funções por eles exercidas.

Bibliografia Básica:

PIRES, Carlos Eduardo de Barros M.; ALMEIDA, Lara Mendes de. **Biologia Celular - Estrutura e Organização Molecular**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2014. E-book. ISBN 9788536520803. (BV)

JUNQUEIRA, Luiz Carlos U.; CARNEIRO, José. **Histologia Básica: Texto e Atlas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788527739283. (BV)

GARTNER, Leslie P. Tratado de Histologia. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159003. (BV)

Biblioteca Complementar:

ALBERTOS, Bruce. **Fundamentos da biologia celular**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788582714065. (BV)

GARTNER, Leslie P. **Atlas Colorido de Histologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788527734318. (BV)

MOORE, Keith L.; PERSAUD, TVN; TORCHIA, Mark G. **Embriologia Básica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159020. (BV)

SCHOENWOLF, Schoenwolf. **Larsen Embriologia Humana**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788595151840. (BV)

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, José. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788527739344. (BV)

ÉTICA E RELAÇÃO: PRINCÍPIOS, VALORES E LEGISLAÇÃO

Ementa: Conceitos de Filosofia. Moral e Razão. As reflexões filosóficas. O conhecimento científico, a cultura e a ética. Ética, justiça e liberdade. Código de ética. Conselhos de classe. Consciência e participação. Conceitos básicos de ética filosófica. Caracterização e problemática das éticas profissionais. Conduta profissional e áreas de intervenção em educação física. Código de Ética e deontologia da educação física. Fundamentação filosófica: princípios fundamentais da autonomia,

beneficência, justiça e não-maleficência. A vida humana, começo do ser individual, o direito à vida. Integridade do ser humano: pessoal, psicológica, corpórea e axiológica. prevenção do uso de meios ilícitos e danosos à saúde no cotidiano das práticas corporais, especialmente nas de caráter competitivo ou que visem ao desenvolvimento físico de crianças e adolescentes.

Biblioteca Básica

GOMES, Bruna P.; Azevedo, Eduardo B. **Ética, bioética e humanização**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2021. E-book. ISBN 9786553560345. (BV)

FURROW, Dwight. **Ética**. Porto Alegre: SAGAH Grupo A, 2007. E-book. ISBN 9788536309637. (BV).

Descartes, René. **Discurso do método**. São Paulo: Grupo Almedina, 2018. (BV).

Bibliografia Complementar

CRISOSTOMO, Alessandro L.; Varani, Gisele; Pereira, Priscila S.; et al. **Ética**. Porto Alegre: SAGAH Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024557. (BV)

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021653. (BV)

BARSANO, Paulo R. **Ética Profissional**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2014. E-book. ISBN 9788536514147. (BV)

DIONIZIO, Mayara. **Filosofia contemporânea**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (BV)

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. v.4. São Paulo: Cortez, 2022. (BV)

KOHAN, Walter. **Ensino de filosofia – perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (BV)

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E BIOÉTICA EM PESQUISA

Ementa: Identificação e construção do problema de pesquisa. Pressupostos, características e potencialidades das estratégias tradicionais (levantamento, experimento, estudo de caso, grupo focal, estudos observacionais) e alternativas para a pesquisa em Educação Física; Desenvolvimento e validação de instrumentos de coleta de dados; Amostragem e Seleção; Técnicas tradicionais e alternativas para a

análise de dados em pesquisas “quantitativas” e “qualitativas”. Bioética Aplicada à Pesquisa em Saúde. Diretrizes e Normas em Pesquisa em Saúde Pesquisa clínica. Estudo de princípios e procedimentos de biossegurança. Equipamento de proteção individual e coletivo. Procedimentos de biossegurança.

Bibliografia Básica

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. *E-book*. ISBN 9788597008821.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026580. (BV)

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788502636552. (BV)

Biblioteca Complementar

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**. 1 ed. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2017. *E-book*. ISBN 9788547214975. (BV)

SORDI, José Osvaldo de. **Elaboração de pesquisa científica**. 1 ed. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2013. *E-book*. ISBN 9788502210332. (BV)

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788502088788. (BV)

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia Científica ao Alcance de Todos**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2018. *E-book*. ISBN 9786555762174. (BV)

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; CAYRES-SANTOS, Suziane U.; SILVA, Juliano Vieira da; et al. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786556900667. (BV)

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. São Paulo: Almedina, 2021. *E-book*. ISBN 9786586618518. (BV)

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Análise dos conceitos e ferramentas da tecnologia da informação e comunicação no contexto do ensino da Educação Física. Aspectos gerais da tecnologia da informação e comunicação. A função educacional dos produtos da tecnologia da informação e comunicação. Uso de softwares como produtos didáticos pedagógicos da tecnologia da informação e comunicação no contexto do ensino da Educação Física.

Bibliografia Básica

SANTOS, Pricila K.; RIBAS, Elisângela; OLIVEIRA, Hervaldira B. **Educação e tecnologias**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021099. (BV)

BUENO, W. C. (Org.). **Estratégias de comunicação nas mídias sociais**. Série Comunicação Empresarial. 1.ed. Barueri: Manole, 2015. (BV)

MARQUES, Vasco. **Redes Sociais 360**. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. E-book. ISBN 9789896946555. (BV)

Bibliografia Complementar

BACICH L, TANZI-NETO A, TREVISANI, F. M. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**; Porto Alegre: Penso, 2015. (BV)

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. (Comunicação). Porto Alegre: Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788563899316. (BV)

CARMO, Valéria Oliveira do. **Tecnologias Educacionais**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123490. (BV)

MUNHOZ, Antonio S. **Tecnologia educacionais**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2016. E-book. ISBN 978-85-472-0095-4. (BV)

RADDATZ, Vera Lucia S. **Comunicação, Cultura e Fronteiras**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2015. E-book. ISBN 9788541903080. (BV)

PRÁTICAS INTEGRADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA I

Ementa: Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: Mercado de Trabalho para o Profissional em Educação Física. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos,

seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de entrevista com profissionais de educação física, pesquisadas bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: Conhecendo a profissão. O profissional de Educação Física. O Mercado de Trabalho na Região de Inserção da Faculdade. As práticas profissionais e as dificuldades do ambiente de trabalho. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.

Bibliografia Básica:

CANO, Marcio Rogerio de O. **Educação Física**. São Paulo: Blucher, 2012. (BV)

MARCONI, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (BV)

CIAMPA, Amábile de Lourdes. **Marketing pessoal e empregabilidade: do planejamento de carreira ao networking**. [et al.]. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. (BV)

Biblioteca Complementar:

ZACCARELLI, Sérgio Baptista. **Estratégia e sucesso nas empresas**. [2. ed.]. São Paulo: Saraiva, 2012. (BV)

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de carreiras: a pessoa, a organização e as oportunidades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (BV)

BRANCO, R.; KEELING, R. **Gestão de projetos: Uma abordagem global**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (BV)

AQUINO, Ítalo de Souza. **Como ler artigos científicos: da graduação ao doutorado**. São Paulo: Saraiva, 2010. (BV)

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (BV)

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa**. 4. ed. [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019. (BV)

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL I

Ementa: As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

Bibliografia Básica:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL.

Biblioteca Complementar:

Regulamento das atividades e práticas de extensão da IES.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS I (Projeto de Extensão Aplicadas às Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)

Ementa: O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não se confundir com as Atividades de complementação profissional ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem. As atividades desenvolvidas devem sempre ter relação com a área do curso para estabelecer o vínculo entre ensino-pesquisa-extensão.

Bibliografia Básica:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2017. *E-book*. ISBN 9788547214975. (BV)

SORDI, José Osvaldo de. **Elaboração de pesquisa científica, 1ª edição**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2013. *E-book*. ISBN 9788502210332. (BV)

Biblioteca Complementar:

Regulamento das atividades e práticas de extensão da IES.

2º SEMESTRE

EMBRIOLOGIA E GENÉTICA

Ementa: O código genético. Estrutura do gene. Regulação da ação gênica. As etapas do desenvolvimento embrionário humano desde a fecundação até o nascimento, bem como suas principais malformações. O desenvolvimento embriológico e os aspectos relacionados. Desenvolvimento dos tecidos e órgãos.

Biblioteca Básica:

SADLER, T. W. Langman. **Embriologia Médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. (BV)

SCHAEFER, G B.; Thompson, James. **Genética médica**. Porto Alegre: Grupo A, 2015. *E-book*. ISBN 9788580554762. (BV)

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2022. (BV)

Bibliografia Complementar:

MOORE, Keith L.; Persaud, T.V.N; Torchia, Mark G. **Embriologia Básica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9788595159020. (BV)

NUSSBAUM, Robert L. **Thompson & Thompson Genética Médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. (BV)

MOORE, Keith M.; Persaude, T. V N. **Embriologia Clínica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788595157811. (BV)

JORDE, Lynn B. **Genética Médica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788595151659. (BV)

BECKER, Roberta O.; Barbosa, Bárbara L F. **Genética básica**. Rio de Janeiro: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595026384. (BV)

ESPORTES INDIVIDUAIS I – ATLETISMO

Ementa: Aspectos históricos e evolução do atletismo. Institucionalização e análise das regras da modalidade. Fundamentos técnicos, táticos e treinamento do atletismo. Metodologia de ensino do atletismo. Características fisiológicas e aspectos energéticos da modalidade. Estudo da dimensão social do atletismo. Adaptação do atletismo à educação inclusiva. Gestão de eventos relacionados à modalidade em âmbito escolar e no alto rendimento. Atividades de experiência prática de ensino e treinamento na modalidade.

Bibliografia Básica

SILVA, Juliano V.; PRIESS, Fernando G. **Metodologia do atletismo**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595028807. (BV)

MATTHIESEN, Sara Q. **Fundamentos de Educação Física no Ensino Superior - Atletismo - Teoria e Prática, 2ª edição**. Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788527731065. (BV)

PULEO, Joe; MILROY, Patrick. **Anatomia da Corrida: Guia Ilustrado de Força, Velocidade e Resistência para Corrida**. São Paulo: Manole, 2011. E-book. ISBN 9788520447611. (BV)

Bibliografia Complementar:

MUJICA, Iñigo. **Polimento e Maximização para um Ótimo Desempenho Físico**. São Paulo: Manole, 2012. E-book. ISBN 9788520444177. (BV)

SILVA, Eduardo V. M.; DARIDO, Suraya C. O atletismo nos cursos de graduação em Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.17 n.3, p.525-532, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/6cL55C9YLw39NshkznSTfFr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

LOPES, Charles R.; SANTOS, Sandro Rodrigues dos. **Treinamento de força e periodização para modalidades de resistência:** corrida, natação, ciclismo e triatlo. São Paulo: Manole, 2023. E-book. ISBN 9786555767964. (BV)

SILVA JUNIOR, Marcos André Rodrigues da. **Atletismo:** conceitos e regras básicas. Alagoas: IFA, 2012. Disponível em: <http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/ATLETISMO%20-%20CONCEITOS%20E%20REGRAS%20B%C1SICAS.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Regras Oficiais de Competição.** CBA, 2023. Disponível em: https://www.cbat.org.br/repositorio/cbat/documentos_oficiais/regras/RegrasdeCompeticaoRegrasTecnicasEdicao2022-final.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

ESPORTES INDIVIDUAIS II – LUTAS

Ementa: Conhecimentos históricos, filosóficos, regras e técnicas das lutas esportivas, com abordagem da iniciação, ao treinamento físico e competições. Estudos teórico-práticos sobre Luta e suas relações com o Esporte. Noções de Cultura Afrobrasileira e Capoeira. Noções de Boxe. Noções de judô e jiu-jitsu lutas e procedimentos pedagógicos para o seu ensino e aperfeiçoamento e treinamento.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA JUNIOR, Lafaiete Luiz de. **Metodologia das lutas.** 1ª ed., Porto Alegre: Sagah, 2018. (BV)

RUFINO, Luiz G B.; DARIDO, Suraya C. **O ensino das lutas na escola.** Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290437. (BV)

FRANCHINI, Emerson. **Judô:** desempenho competitivo. 2010. (BV)

Bibliografia Complementar

PEREIRA, Ericson. **Iniciação esportiva esportes individuais e coletivos.** Porto Alegre SAGAH, 2019. (BV)

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física escolar, tema transversal saúde e livro didático: possíveis relações durante a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 21, n. 3, p. 21-34, 2013.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-733854>. Acesso em: 15 maio 2024.

SAMULSKI, Dietmar Martin; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano Sales (Ed.). **Treinamento esportivo**. São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520448649. (BV)

DE ARAÚJO, Paulo Coêlho; JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. A luta da capoeira: reflexões acerca da sua origem. **Antropolítica**, p. 88, 2009. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/423/233. Acesso em: 15 maio 2024.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime et al. **Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura**. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321890027_Lutas_capoeira_e_praticas_corporais_de_aventura/link/5a384db2aca272a6ec1e8424/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uliwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn 19. Acesso em: 17 maio 2024.

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Ementa: A sociedade capitalista e suas transformações. Estado e sociedade civil na sociedade contemporânea. Sociedade e organizações no século XX. Fundamentos sociológicos; as organizações como instituições sociais, as classes sociais; a mobilidade social; modernização na Sociologia Clássica; teoria da ação social. Abordagem da Sociologia do Trabalho; relações sociais e relações de trabalho; a organização do processo de trabalho e as relações de trabalho. Crises Sociais e Multiculturalismo. Perspectivas Antropológicas. As relações sociais contemporâneas. Relações Sociais e Étnicas. História e Cultura Afro-brasileiras: as relações de poder.

Biblioteca Básica:

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (BV)

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Sociologia**. Porto Alegre: Grupo A, 2023. E-book. ISBN 9786559760237. (BV)

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. São Paulo: Grupo Almedina, 2015. E-book. ISBN 9789724422534. (BV)

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002. (BV)

BES, Pablo et al. **Sociedade, cultura e cidadania**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (BV)

METCALF, Peter. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2015. (BV)

KOTTAK, Conrad Phillip. **Espelho para a humanidade**: uma introdução concisa à antropologia cultural. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. (BV)

SCHAEFER, Richard T. **Sociologia**. Porto Alegre: AMGH, 2014. (BV)

FISIOLOGIA HUMANA E BIOFÍSICA

Ementa: Introdução à Fisiologia Humana; Fisiologia celular, Transporte através da membrana, Homeostasia, Visão global do corpo humano e de seus sistemas, e dos muitos processos que contribuem para que os sistemas corporais trabalhem de forma coordenada e integrada. Conhecimento básico acerca dos fenômenos biológicos através das leis e princípios da física, bem como, estudo das membranas, funcionamento dos sistemas e fundamentos de radiobiologia.

Bibliografia Básica:

MOURÃO JR., Carlos Alberto; ABRAMOV Dimitri Marques. **Biofísica Conceitual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. (BV)

TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788527739368. (BV)

HALL, John E.; HALL, Michael E. **Guyton & Hall**: Fundamentos de Fisiologia. 14. ed. Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788595159518. (BV)

Bibliografia Complementar:

MOURÃO JR., Carlos Alberto. **Fisiologia Humana**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788527737401. (BV)

COSTANZO, Linda. **Fisiologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. (BV)

VALLE, Paulo Heraldo Costa D. **Fisiologia do Exercício**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. (BV)

HEWITT, Paul G. **Física Conceitual**. 13. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2023. (BV)

PRESTON, Robin R.; WILSON, Thad E. **Fisiologia Ilustrada**. Porto Alegre: Grupo A, 2014. E-book. ISBN: 9788582710937. (BV)

CINESIOLOGIA E BIOMECÂNICA

Ementa: Estudo dos diversos movimentos do corpo humano com ênfase na estrutura e função das articulações, dos ossos e dos grupos musculares. Estudo do movimento humano numa perspectiva teórico-prática da ludomotricidade, da ergomotricidade e da prática desportiva. Estudo anatômico, fisiológico e mecânico do movimento do homem e de seus segmentos corporais. Prática de ensino, sob orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino.

Bibliografia Básica:

MANSOUR, Noura R.; FAGUNDES, Diego S.; ANTUNES, Mateus D. **Cinesiologia e biomecânica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595028616. (BV)

McGINNIS, Peter M. **Biomecânica do Esporte e do Exercício**. Porto Alegre: ArtMed, 2015. (BV)

SACCO, Isabel de Camargo N.; TANAKA, Clarice. **Cinesiologia e Biomecânica dos Complexos Articulares**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788527739429. (BV)

Biblioteca Complementar:

LIMA, Cláudia Silveira; PINTO, Ronei Silveira. **Cinesiologia e Musculação**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. (BV)

KAPANDJI, Adalbert I. **O que é Biomecânica**. São Paulo: Manole, 2013. (BV)

HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. **Bases Biomecânicas do Movimento Humano**. São Paulo: Manole, 2016. (BV)

OKUNO, Emico; FRATIN, Luciano. **Desvendando a Física do Corpo Humano: Biomecânica**. São Paulo: Manole, 2017. (BV)

FAGUNDES, Diego Santos; MANSOUR, Noura Reda. **Cinesiologia e fisiologia do exercício**. Porto Alegre: SAGAH, 01/2019. (BV)

HALL, S. **Biomecânica Básica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. (BV)

PRÁTICAS INTEGRADAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA II

Ementa: Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: Educação Física e Sociedade. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de entrevista com gestores públicos da área de esportes, pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: Os programas públicos de melhoria da qualidade de vida da população a partir da atividade física comunitária na Região de Inserção da Faculdade. As políticas públicas de esporte, lazer e educação física. O profissional de Educação Física. O Mercado de Trabalho no setor público para o Profissional em Educação Física na Região de Inserção da Faculdade. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.

Bibliografia Básica:

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2021. E-Book. ISBN: 9786555597417. (BV)

NERI, Lenycia de Cassya L.; MATTAR, Larissa Baldini F.; YONAMINE, Glauce H.; Nascimento. **Obesidade Infantil**. Barueri, SP: Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520454428. (BV)

MENDES, Gilmar. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Saraiva, 2017. E-Book. ISBN: 9788547218515. (BV)

Biblioteca Complementar:

ORDONEZ, Ana Manuela; Paiva, Andrei Valerio. **Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (BV)

VANCE, Patricia de Salles; NASSIF, Vânia Maria Jorge; MASTERALEXIS, Lisa Pike. **Gestão de Esporte - Casos Brasileiros e Internacionais**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (BV)

CARREIRO, Eduardo Augusto. **Educação Física no Ensino Superior - Gestão da Educação Física e Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. (BV)

BARBOSA, Vera Lúcia Perino. **Prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Manole, 2009. (BV)

LOZADA, Cristiano. **Introdução à profissão: educação física**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (BV)

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL II

Ementa: As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem 93 atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

Bibliografia Básica:

Normas para ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II ((PROJETO DE EXTENSÃO APLICADAS AS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)

Ementa: O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de

Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades de complementação profissional ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem. As atividades desenvolvidas devem sempre ter relação com a área do curso para estabelecer o vínculo entre ensino-pesquisa-extensão.

Bibliografia Básica:

Regulamento das atividades de extensão da IES.

3º SEMESTRE

ESPORTES COLETIVOS I – FUTEBOL E FUTSAL

Ementa: Aspectos históricos e evolução do Futebol e Futsal. Institucionalização e análise das regras da modalidade. Fundamentos técnicos, táticos e treinamento do Futebol e Futsal. Metodologia de ensino do Futebol e Futsal. Características fisiológicas e aspectos energéticos da modalidade. Estudo da dimensão sociocultural do Futebol e Futsal. Adaptação do Futebol e Futsal à educação inclusiva. Gestão de eventos relacionados à modalidade em âmbito escolar e no alto rendimento. Atividades de experiência prática de ensino e treinamento na modalidade

Biblioteca Básica:

MACHADO, Costa. **Barcelona: O Melhor Futebol do Mundo e o Superado Futebol Brasileiro**. São Paulo: Editora Manole, 2013. (BV)

GONÇALVES, Patrick S. **Metodologia do futebol e do futsal**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595028753. (BV)

GONÇALVES, Patrick S.; Franke, Rodrigo A. **Esporte I (futebol de campo)**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788533500006. (BV)

Bibliografia Complementar:

POLITO, Luis Felipe T.; JÚNIOR, Aylton José F.; BRANDÃO, Maria Regina F. **Manual de treinamento do futsal contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2019. E-book. ISBN 9786555768527. (BV)

GOMES, Antonio Carlos; SOUZA, Juvenilson de. **Futebol: Treinamento desportivo de alto rendimento**. Porto Alegre: Grupo A, 2011. (BV)

KIRKENDALL, Donald T. **Anatomia do Futebol: Guia Ilustrado para o Aumento de Força, Velocidade e Agilidade no Futebol**. São Paulo: Manole, 2014. (BV)

NASCIMENTO, Antonio Rodrigues do. **Futebol & Relação de Consumo**. São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520449295. (BV)

CRUZ, Luis Carlos F. **Treinador de futebol: profissão perigo - o mercado**. Santa Catarina: CREF3-SC. Disponível em: <https://www.crefsc.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Livro-Treinador-de-Futebol-Profissao-Perigo-O-mercado-IMPRESSAO-compressed.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

ESPORTES COLETIVOS II - BASQUETE

Ementa: Transmitir conhecimentos sobre origem histórico-social do basquetebol mundial e brasileiro. Capacitar os acadêmicos com conhecimentos teórico-práticos sobre a modalidade de basquetebol no contexto profissional; Reconhecer as características do jogo de basquete com atualizações as regras e súmulas oficiais pertinentes a modalidade. Jogos e vivências sistematizadas e informais na aprendizagem do basquete. Fundamentos do basquetebol. Táticas e sistemas do jogo. Regras oficiais.

Bibliografia Básica:

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETEBOL; FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASKETBALL (FIBA). **Regras oficiais de Basquetebol**. 2022. Disponível em: <https://www.cbb.com.br/wp-content/uploads/Regras-Oficiais-Basketball-2022-ALTERACOES-OUTUBRO-2022-Final.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE BASQUETEBOL. **Regras oficiais de basquetebol: manual dos Árbitros**. São Paulo: FPB, 2004. Disponível em: <https://www.fpb.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Arbitros.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

GONÇALVES, Patrick da Silveira. LOZADA, Cristiano Rodrigues. **Metodologia do esporte I: vôlei e basquete**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (BV)
Bibliografia Complementar:

COLE, Brian; PANARIELLO, Rob; ROSE, Derrick. **Anatomia do basquete: Guia ilustrado para otimizar o desempenho e prevenir lesões**. 1º. ed. São Paulo: Manole, 2017. (BV)

HERNANDEZ, Salma SS; NOVAACK, Luiz F. **Treinamento esportivo**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492700. (BV)

SAMULSKI, Dietmar Martin; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano Sales (Ed.). **Treinamento esportivo**. São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520448649. (BV)

MAES, Rafael Fernando et al. Fundamentos do basquetebol com ênfase no jump. **Revista Mineira de Educação Física**. Viçosa, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revminef/article/view/10083/5557>. Acesso em: 15 maio 2024.

GALATTI, Larissa Rafaela et al. Pedagogia do esporte e basquetebol: aspectos metodológicos para o desenvolvimento motor e técnico do atleta em formação. **Arquivos em Movimento**, v. 8, n. 2, p. 79-93, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9207>. Acesso em: 15 maio 2024.

RECREAÇÃO E LAZER

Ementa: Caracterização e conceito de Meio ambiente, Lazer e da Recreação nos diferentes contextos, Classificação das atividades recreativas, sua aplicabilidade nos ambientes de atuação do profissional de Educação Física, vivências de lazer e recreação; o papel do recreador e animador cultural, funções do jogo, classificação dos jogos e atividades recreativas, políticas públicas de recreação e lazer e o lazer como mecanismo de promoção da saúde e da qualidade de vida da população.

Bibliografia Básica:

MELO, Victor Andrade de; ALVES JR., Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. E-Book. ISBN 9788520444665. São Paulo: Manole, 2012. (BV)

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Lazer e Recreação**. São Paulo: Saraiva. 2014. E-Book. ISBN 9788536521848. (BV)

DIAS, Cleber; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Organização de Atividades de Lazer e Recreação**. São Paulo: Saraiva, 2014. E-Book. ISBN 9788536513317 (BV)

Bibliografia Complementar:

BRUSTOLIN, Gisela Maria; LOPES Carolina Gontijo. **Técnicas e Práticas de Lazer**. São Paulo: Saraiva, 2014. (BV)

RUSCHMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo (orgs.). **Turismo e Lazer para a Pessoa Idosa**. São Paulo: Editora Manole, 2012. (BV)

MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini (orgs.). **Viagens, Lazer e Esporte: O Espaço da Natureza**. São Paulo: Manole, 2006. (BV)

PALMA, Débora D. et. al. **Gestão do Esporte e Lazer**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902432. (BV)

FISIOLOGIA E BIOQUÍMICA DO EXERCÍCIO

Ementa: Fundamentos de Química e da fisiologia. Introdução à bioquímica e a fisiologia, PH e sistemas tampão. Bioenergética. Proteínas. Vitaminas e coenzimas. Cinética enzimática digestiva. Organização bioquímica da célula e processos de transporte. Química dos carboidratos e dos lipídeos. Introdução ao estudo do metabolismo. Glicose e formação do acetil CcA. Ciclo de Krebs. Metabolismo de ácidos graxos, acilgliceróis e esteróides. Metabolismo de aminoácidos e ciclo de ureia. Ácidos nucleicos. Biossíntese de proteínas. Controle metabólico e hormônios. Distúrbios de metabolismo. Fundamentos bioquímicos da nutrição. Estudo dos sistemas do organismo e suas funções. Análise das alterações fisiológicas do corpo humano quando submetido ao esforço físico. Efeitos agudos do exercício físico nos diversos sistemas orgânicos. Recursos ergogênicos e desempenho humano.

Bibliografia Básica:

VOET, Donald; VOET, Judith G. **Bioquímica**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-Book. ISBN 9788582710050. (BV)

PITHON-CURI, Tania Cristina. **Fisiologia do exercício**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. (BV)

VALLE, Paulo H. C. do. **Fisiologia do exercício**. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2018. E-Book. ISBN 9788527734240. (BV)

Bibliografia Complementar:

TAYLOR, Albert W.; JOHNSON, Michel. **Fisiologia do Exercício na terceira idade**. Barueri, SP: Manole, 2015. E-Book. ISBN 9788520449486. (BV)

SAMULSKI, Dietmar Martin; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano Sales (Ed.). **Treinamento esportivo**. São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520448649. (BV)

RASO, Vagner; GREVE, Julia Maria D.'Andrea; POLITO, Marcos Doederlein. E-Book. ISBN 9788520444818. **Pollock: fisiologia clínica do exercício**. São Paulo: Manole, 2013. (BV)

JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. **Nutrição no esporte: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício**. 2021. E-Book. ISBN 9786555765212. (BV)

FERREIRA, Lucas Guimarães; LUNZ, Wellington. **Tópicos em fisiologia e bioquímica com ênfase no exercício e treinamento físico**. [recurso eletrônico]. Vitória: EDUFES, 2020. Disponível em: https://lafibe.ufes.br/sites/lafibe.ufes.br/files/field/anexo/digital_topicos_em_fisiologia_e_bioquimica_com_enfase_no_exercicio_e_treinamento_fisico.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

PSICOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Compreensão da relação Psicologia e Educação. Estudo das concepções

epistemológicas e suas influências na ação pedagógica. Análise de processo de aprendizagem a partir de teorias da Psicologia e de suas contribuições para a prática docente. Introdução, a Psicologia do exercício e do esporte dentro de uma visão de treinamento total, determinantes do desempenho físico. Períodos de preparação psicológica do atleta.

Bibliografia Básica

COLETTA, Eliane D. et. al. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595025059. (BV)

SAMULSKI, Dietmar. **Psicologia do Esporte: Conceitos e Novas Perspectivas**. São Paulo: Manole, 2009. E-book. ISBN 9788520442494. (BV)

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. ISBN 9788563899835. (BV)

Bibliografia Complementar

GAMES, Luciano. **Série Educação - Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2240-6. (BV)

FOLQUITTO, Camila Tarif F.; GARBARINO, Mariana I.; SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de. **Psicologia do Desenvolvimento: Teorias e Práticas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9788521638513. (BV)

CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E DESEMPENHO MOTOR

Ementa: A disciplina abrange fatores constitutivos e conceituais no processo do crescimento e do desenvolvimento humano ao longo do ciclo de vida relacionando com a atividade motoras. Introduz a discussão sobre a fluidez do ciclo vital e suas dimensões, dividindo em fases do pré-natal à velhice. Discutindo assim, os fatores moduladores do crescimento sendo eles: genéticos, hormonais e nutricionais, bem como aspectos do desenvolvimento de funções cognitivas e psicossociais. Testes para a avaliação do desenvolvimento motor.

Biblioteca Básica:

FAIRBROTHER, Jeffrey T. **Fundamentos do comportamento motor**. São Paulo: Manole, 2012. (BV)

HERNANDEZ, Salma Stéphaney Soleman. **Dimensões biológicas e bioquímicas da atividade motora**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2018. (BV)

SILVA, André Osvaldo Furtado da. **Fisiologia da atividade motora**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2019. (BV)

Bibliografia Complementar:

FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. (BV)

SILVA, Juliano Vieira da; Silva, Márcio Haubert da; Gonçalves, Patrick da S.; et al. **Crescimento e desenvolvimento humano e aprendizagem motora**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595025714. (BV)

PAPALIA, Diane E.; Martorell, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro: Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9786558040132. (BV)

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; Goodway, Jackie D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. ISBN 9788580551815. (BV)

TANI, Go. **Comportamento Motor - Conceitos, Estudos e Aplicações**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. (BV)

NUTRIÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Metabolismo de proteína muscular e ganho de massa muscular. Substratos energéticos nas fibras musculares. Metabolismo de carboidratos, ácidos graxos e aminoácidos no músculo esquelético. Integração metabólica no exercício físico. Mecanismos de fadiga central e periférica. Avaliação nutricional do atleta. Composição corporal e desempenho físico. Requerimentos nutricionais para a prática de atividade física. Recursos ergogênicos e doping. Reposição hidroeletrólítica. Suplementos nutricionais e atividade física. Planejamento de dietas para atletas.

Bibliografia Básica:

LANCHA JUNIOR, Antonio Herbert; LONGO, Sueli. **Nutrição: do exercício físico ao esporte**. São Paulo: Manole, 2019. E-book. ISBN 9788520456927. (BV)

BIESEK, Simone; ALVES, Letícia A.; GUERRA, Isabela. **Estratégias de nutrição e suplementação no esporte**. São Paulo: Manole, 2023. E-book. ISBN 9786555764208. (BV)

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Nutrição para o esporte e para o exercício**. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2021. (BV)

Bibliografia Complementar:

CLARK, Nancy. **Guia de nutrição desportiva**. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788582712191. (BV)

HIRSCHBRUCH, Marcia Daskal; DE CARVALHO, Juliana Ribeiro. **Nutrição esportiva: uma visão prática**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2002. (BV)

MUTTONI, Sandra. **Nutrição na prática esportiva**. Rio de Janeiro: Grupo, 2017. (BV)

JEUKENDRUP, Asker; GLEESON, Michael. **Nutrição no esporte: Diretrizes nutricionais e bioquímica e fisiologia do exercício**. 2021. E-Book. ISBN 9786555765212. (BV)

DUNFORD, Maria. **Fundamentos de Nutrição no Esporte e no Exercício**. São Paulo: Manole, 2012. E-book. ISBN 9788520452097. (BV)

PRÁTICAS INTEGRADAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA III

Ementa: Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: Práticas Inclusivas em Educação Física e Esportes. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa em órgãos e empresas da Região de Inserção da Faculdade, bem como pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: A acessibilidade nos locais de Práticas Desportivas na Região de Inserção da Faculdade. Entrevistas com profissionais de Educação Física com o objetivo de verificar a preparação dos mesmos para a inclusão nos esportes e educação física. Pesquisa nos órgãos públicos da cidade para verificar

as políticas de inclusão da Secretaria de Esporte e Lazer. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.

Bibliografia Básica:

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes da (org.). **Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais**. São Paulo: Manole, 2019. (BV)

MUNSTER, Mey de Abreu V. **Educação física e esportes adaptados: programas de ensino e subsídios para a inclusão**. São Paulo: Manole, 2023. E-book. ISBN 9786555769203. (BV)

BIEDRZYCKI, Beatriz P. et. al. **Educação Física Inclusiva e Esportes Adaptados**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786556900612. (BV)

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2014. (BV)

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a Inclusão**. Porto Alegre: ArtMed, 2007. (BV)

VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. **Ressignificando a Deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. Porto Alegre: AMGH, 2014. E-Book. ISBN 9788580553437. (BV)

MATTOS NETO, Antonio José de; LAMARÃO NETO, Homero; SANTANA, Raimundo Rodrigues. **Direitos humanos e democracia inclusiva**. São Paulo, Saraiva, 2012. (BV)

SILVA, Juliano Vieira da. **Educação física adaptada**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-Book. ISBN 9788595026414. (BV)

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL III

Ementa: Aproveitamento de estudos adquiridos pelo estudante, em atividades extraclases, intra ou extramuros, acordados entre aluno e órgão responsável pelo curso, previamente. Estudos esses podem ser realizados na área do curso ou em qualquer área do conhecimento humano, nas instalações do FACSUR ou quaisquer outras instituições de ensino, organização educacional, ou não, presenciais ou a distância.

Bibliografia Básica:

Bibliografia será definida de acordo com temas e questões propostas.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS III

Ementa: Elemento de integração prático ofertada em caráter de extensão durante o semestre letivo, estruturado com base em atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso de Educação Física.

Bibliografia Básica:

Bibliografia será definida de acordo com temas e questões propostas.

4º SEMESTRE

ESPORTES COLETIVOS III – HANDEBOL

Ementa: Aspectos históricos e evolução do Handebol. Institucionalização e análise das regras da modalidade. Fundamentos técnicos, táticos e treinamento de alto rendimento do Handebol. Metodologia de ensino do Handebol. Características fisiológicas e aspectos energéticos da modalidade. Estudo da dimensão sociocultural do Handebol. Adaptação do Handebol à educação inclusiva. Gestão de eventos relacionados à modalidade em âmbito escolar e no alto rendimento. Atividades de experiência prática de ensino e treinamento na modalidade..

Bibliografia Básica

FRANKE, R. **Metodologia o handebol**. Porto Alefre, SAGAH, 2018. (BV)

ALMEIDA, AG de; DECHECHI, Clodoaldo José. **Handebol: conceitos e aplicações**. Manole. 2012. (BV)

SOARES, Ytalo M. **Treinamento esportivo**. MedBook Editora, 2014. E-book. ISBN 9786557830635. (BV)

Bibliografia Complementar

ELENO, Thaís G.; BARELA, José A.; KOKUBUN, Eduardo. Tipos de esforço e qualidades físicas do handebol. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/343>. Acesso em: 15 maio 2024.

SAMULSKI, Dietmar Martin; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano Sales (Ed.). **Treinamento esportivo**. São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520448649. (BV)

FEDERAÇÃO PAULISTA DE HANDEBOL. **A história do handebol**. 2015. Disponível em: <http://fphand.com.br/home/historia-do-handebolnobrasil/#:~:text=Em%201945%2C%20foi%20fundada%20a,a%20professores%20de%20outros%20estados>. Acesso em: 15 maio 2024.

MENEZES, Rafael Pombo; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; NUNOMURA, Myrian. O ensino do handebol na categoria infantil a partir dos discursos de treinadores experientes. **Movimento**, v. 21, n. 2, p. 463-477, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/47664/34225>. Acesso em: 15 maio 2024.

MENEZES, Rafael Pombo; DOS REIS, Heloisa Helena Baldy. Análise do jogo de handebol como ferramenta para compreensão técnico-tática. Motriz. **Revista de Educação Física**. UNESP, p. 458-467, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2010v16n2p458/3002>. Acesso em: 15 maio 2024.

ESPORTES COLETIVOS IV – VOLEIBOL

Ementa: Aspectos históricos e evolução do Voleibol. Institucionalização e análise das regras da modalidade. Fundamentos técnicos, táticos e treinamento de alto rendimento do Voleibol. Metodologia de ensino do Voleibol. Características fisiológicas e aspectos energéticos da modalidade. Estudo da dimensão sociocultural do Voleibol. Adaptação do Voleibol à educação inclusiva. Gestão de eventos

relacionados à modalidade em âmbito escolar e no alto rendimento. Atividades de experiência prática de ensino e treinamento na modalidade

Bibliografia Básica

BIZZOCCHI, C. **O voleibol de alto nível**. 1 ed. Manole, 2013. (BV)

BIZZOCCHI, C. **Voleibol**: A excelência na formação integral de atletas, 1 ed. São Paulo: Manole, 2018. (BV)

GONÇALVES, Patrick da Silveira. LOZADA, Cristiano Rodrigues. **Metodologia do esporte I: vôlei e basquete**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (BV)

Bibliografia Complementar

HORTA, Thiago Andrade Goulart et al. Influência dos saltos verticais na percepção da carga interna de treinamento no voleibol. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 23, n. 05, p. 403-406, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/NX5wg9xTxH7NBBbW6PY5VWb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2024.

PRIESS, Fernando G.; GONÇALVES, Patrick S.; SANTOS, Ana P M. **Metodologia do voleibol**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595027053. (BV)

SAMULSKI, Dietmar Martin; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano Sales (Ed.). **Treinamento esportivo**. São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520448649. (BV)

LOPEZ, Luiza Azevedo; SILVEIRA, Raquel da; STIGGER, Marco Paulo. O campo da Educação Física visto a partir da produção acadêmica sobre voleibol. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 38, n. 3, Jul.-Set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/4HFd7DWKd9NJRDPNTkgcF4P/#>. Acesso em: 15 maio 2024.

FREITAS, Victor Hugo de; MILOSKI, Bernardo; BARA FILHO, Maurício Gattás. Monitoramento da carga interna de um período de treinamento em jogadores de voleibol. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, p. 5-12, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/cDkqJy6mGGmGfYpLKkf73Wk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2024.

APRENDIZAGEM MOTORA

Ementa: O processo dinâmico do desenvolvimento motor e da aprendizagem motora. Variabilidade e adaptação na aquisição de habilidades motoras ao longo do ciclo vital. Princípios do processo ensino-aprendizagem e as variáveis relacionadas ao mesmo. Organização e tipos de prática. Avaliação da aprendizagem. Prática de ensino, sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de ensino.

Bibliografia básica:

TANI, G. O.; CORRÊA, Umberto Cesar. **Aprendizagem motora e o ensino do esporte**. São Paulo: Blucher, 2016. E-Book. ISBN 9788521210221. (BV)

SILVA, Juliano Vieira da et. al. **Crescimento e desenvolvimento humano e aprendizagem motora**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (BV)

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2013. (BV)

Bibliografia Complementar:

MAGIL, Richard A. **Aprendizagem motora**. São Paulo: Blucher, 2000. E-book. ISBN 9788521216766. (BV)

FLORINDO, Margarida; PEDRO, Ricardo. O processo de aprendizagem motora e a neuroplasticidade. **Revista de Ciências da Saúde da ESSCVP**. Lisboa, v. 6, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/23315525/O_processo_de_aprendizagem_motora_e_a_neuroplasticidade. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Carlos Ricardo Becker. **Relacionamento social e aprendizagem motora em idosos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2019.

Disponível em:

https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7249/Dissert___CARLOS_RICARDO_BECKER_DA_SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 maio 2024.

SCHMIDT, Richard A.; LEE, Timothy D. **Aprendizagem e desempenho motor**: dos princípios à aplicação. Porto Alegre: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582712962. (BV)

POSSAMAI, Leonardo Trevisol¹DORST, Débora Goulart Bourscheid² DORST, Lissandro Moisés et al. Resposta do tempo de reação em idosos praticantes de diferentes níveis de atividade física. **Revista Thêma et Scientia**, v. 6, n. 2, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/793/891>.

Acesso em: 16 maio 2024.

EDUCAÇÃO ADAPTADA

Ementa: Estudo histórico-cultural da educação física adaptada. Aborda as dificuldades e características da pessoa com os mais diversos tipos de deficiência, sejam visuais, auditivas, mentais, físicas e diversas síndromes, distúrbios de aprendizagem escolar, desvios de comportamento, autismo entre outros que norteiam assim como as possibilidades de inclusão nas práticas corporais diversas e na educação física no ambiente escolar. Proporciona subsídios a articulação entre ensino pesquisa e extensão a partir de metodologias que auxiliem o trabalho pedagógico com a educação física adaptada.

Bibliografia Básica

SILVA, Juliano Vieira da. **Educação física adaptada**. Porto Alegre: SAGAH, 01/2018. (BV)

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; POSSAMAI, Vanessa D.; SILVA, Juliano Vieira da; et al. **Educação Física Inclusiva e Esportes Adaptados**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786556900612. (BV)

TANI, Go; CORRÊA, Umberto C. **Aprendizagem motora e ensino do esporte**. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. (BV)

BAPTISTA, Claudio R.; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação**. Porto Alegre: Grupo A, 2002. (BV)

Bibliografia Complementar

CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos S.; HUGUENIN, Julliane Yoneda A.; ALVES, Priscila P. **Autismo: vivências e caminhos**. São Paulo: Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788580391329. (BV)

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788582715222.

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. E-book. ISBN 9788536309446. (BV)

GREGUOL, M.; COSTA, R.F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. São Paulo: Editora Manole, 2019. (BV)

BRASIL. **Lei n. 13, 146, 6 de julho de 2015**: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

ROMERO, C. da R.; CARMONA, E. K. Educação Física inclusiva e paradesporto: semelhanças e diferenças. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 29–42, 2017. DOI: 10.15536/thema.14.2017.29-42.414. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/414>. Acesso em: 17 maio 2024.

BRITO, Djalma Mandu de. **Fundamentos Pedagógicos para o trabalho com portadores de necessidades educativas especiais (FPTPNE)**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122592. (BV)

TESTES, MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Estudos biométricos e antropométricos em Educação Física, avaliação da aptidão física relacionada à saúde, medidas e avaliação, testes de habilidades motoras. Bases teóricas das medidas e dos processos de avaliação diagnósticas, formativas e somativas em ambiente escolar. Análise e interpretação de dados. Avaliação da aptidão física, de habilidades motoras e da composição corporal. Prática de ensino, sob a orientação e supervisão docente, compreendendo atividades de observação dirigida ou experiências de aplicação.

Bibliografia Básica

PEREZ, Carlos R.; SANTOS, Ana Paula Maurilia; GONÇALVES, Patrick da S.; et al. **Medidas e Avaliação em Educação Física**. São Paulo: Grupo A, 2021. E-book. Disponível em Minha Biblioteca. (BV)

LANCHA Jr., Antonio Herbert, L. e Luciana Oquendo Pereira Lancha. **Avaliação e Prescrição de Exercícios Físicos: Normas e Diretrizes**. Editora Manole, 2016. E-book. Disponível em Minha Biblioteca.

HEYWARD, Vivian H. **Avaliação Física e Prescrição de Exercício: Técnicas Avançadas**. Porto Alegre: ArtMed, 2013. (BV)

LANCHA JR., Antonio Herbert; LANCHAS, Luciana Oquendo Pereira (orgs.). **Avaliação e Prescrição de Exercícios Físicos: Normas e Diretrizes**. São Paulo: Manole, 01/2016. (BV)

MAGEE, David J. **Avaliação Musculoesquelética**. São Paulo: Manole, 01/2010. (BV).

Bibliografia Complementar

ROSA NETO, Francisco. **Manual de avaliação motora para terceira idade**. Porto Alegre: ArtMed, 04/2011. (BV)

PALMER, M. Lynn; EPLER, Marcia E. **Fundamentos das Técnicas de Avaliação Musculoesquelética**, 2ª edição Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 06/2000. (BV)

RAMSAY, Craig. **Musculação: Anatomia Ilustrada – Guia Completo para Aumento da Massa Muscular**. São Paulo: Manole, 01/2016. (BV)

LAROSA, Paulo Ricardo R. **Anatomia Humana - Texto e Atlas**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 07/2016. (BV)

ACSM. **Manual do ACSM para Avaliação da Aptidão Física Relacionada à Saúde**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 07/2011. (BV)

SAÚDE COLETIVA APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Estudo do campo da Saúde Coletiva, com ênfase na conjuntura política social do país e nas bases legais do SUS. Análise dos modelos de atenção vigentes

e das propostas de reorganização da assistência à saúde no âmbito do SUS, com destaque para o modelo de Vigilância à Saúde. Estudo do perfil atual da população brasileira e de políticas norteadoras voltadas ao reconhecimento das necessidades de saúde de populações vulneráveis, considerando os contextos locais. Conhecimento dos principais indicadores e medidas de saúde, fontes de informação e suas aplicações.

Bibliografia Básica

SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. **Saúde Coletiva para Iniciantes** - Políticas e Práticas Profissionais. São Paulo: Erica, 06/2014. (BV)

MOREIRA, Taís de Campos. **Saúde coletiva**. Porto Alegre SER – SAGAH, 04/2018. (BV)

HEYWARD, Vivian H. **Avaliação Física e Prescrição de Exercício: Técnicas Avançadas**. Porto Alegre : ArtMed, 01/2013. (BV)

Bibliografia Complementar

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2/2/2015. (BV)

GEIS, Pilar P. **Atividade Física e Saúde na Terceira Idade: Teoria e Prática**. Porto Alegre: ArtMed, 01/2015. (BV)

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. **Envelhecimento, Promoção da Saúde e Exercício: Bases Teóricas e Metodológicas**. São Paulo: Manole, 01/2008. (BV)

MENDES, Gilmar. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 06/2017. (BV)

LOZADA, Cristiano. **Introdução à profissão: educação física**. Porto Alegre: SER – SAGAH, 11/2017. (BV)

RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E DIREITOS HUMANOS

Ementa: O impacto cultural do contato entre europeus e índios. A abolição da escravidão e a negação da cidadania negra. A política indigenista. As contribuições do índio e do negro à cultura brasileira. O movimento negro e as políticas afirmativas. Índios e afrodescendentes como sujeitos históricos. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o

campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz.

Bibliografia Básica

MATTOS NETO, Antonio José de; LAMARÃO NETO, Homero; SANTANA, Raimundo Rodrigues. **Direitos humanos e democracia inclusiva**. São Paulo, Saraiva, 2012. (BV)

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas**: psicologia das relações interpessoais. Atlas, 1982. (BV)

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras-educação e relações raciais**. Autêntica, 2017. (BV)

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 11. São Paulo, 2018. E-book. Minha Biblioteca

Bibliografia Complementar

FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2/2/2015. (BV)

GREGUOL, Márcia; COSTA, Roberto Fernandes da (orgs.) **Atividade Física Adaptada**: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais. São Paulo: Manole, 01/2013. (BV)

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. **Envelhecimento, Promoção da Saúde e Exercício**: Bases Teóricas e Metodológicas. São Paulo: Manole, 01/2008. (BV)

MENDES, Gilmar. Políticas **Públicas no Brasil**: uma abordagem institucional. São Paulo: Editora Saraiva, 06/2017. (BV)

LOZADA, Cristiano. **Introdução à profissão**: educação física. Porto Alegre: SER – SAGAH, 11/2017. (BV)

BRASIL. **Resolução Nº. 1, de 17 de junho de 2004, do CNE/MEC**: que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_res01_04.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 17 maio 2024.

PRÁTICAS INTEGRADAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA IV

Ementa: Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: Gestão e Tendências em Academias. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa em academias da Região de Inserção da Faculdade IES, bem como pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: A Gestão de Academias. As perspectivas atuais nas academias brasileiras. O Empreendedorismo na Educação Física. Ao final do semestre os alunos deverão expor os resultados do trabalho na forma de pôster, socializando-o nas dependências da Faculdade IES para outros cursos e para todos os períodos de Educação Física.

Bibliografia Básica

SABA, Fabio. **Gestão em Atendimento:** Manual Prático para Academias e Centros Esportivos. São Paulo: Manole, 01/2012. (BV)

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empreendedorismo:** vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014. (BV)

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. (BV)

Bibliografia Complementar

DORNELAS, José. **Empreendedorismo para visionários:** desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação. 1. ed. Rio de Janeiro: Empreende / LTC, 2014. (BV)

BARRETO, Maria Angela de Oliveira Champion; BARRETO, Flávia de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva:** contexto social e histórico, análise das deficiências

e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Érica, 2014. (BV)

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre: ArtMed, 2015. (BV)

VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. **Ressignificando a Deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. Porto Alegre: AMGH, 2014. (BV)

SILVA, Juliano Vieira da. **Educação física adaptada**. Porto Alegre: SAGAH, 01/2018. (BV)

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL IV

Ementa: Aproveitamento de estudos adquiridos pelo estudante, em atividades extraclases, intra ou extramuros, acordados entre aluno e órgão responsável pelo curso, previamente. Estudos esses podem ser realizados na área do curso ou em qualquer área do conhecimento humano, nas instalações do FACSUR ou quaisquer outras instituições de ensino, organização educacional, ou não, presenciais ou a distância.

Bibliografia Básica:

Bibliografia será definida de acordo com temas e questões propostas.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS IV

Ementa: Elemento de integração prático ofertada em caráter de extensão durante o semestre letivo, estruturado com base em atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade do curso de Educação Física.

Bibliografia Básica:

Bibliografia será definida de acordo com temas e questões propostas.

5º

SEMESTRE

ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS ESPECIAIS

Ementa: As diferenças fundamentais e as práticas de exercício físico aplicadas à criança, jovens e adultos com e sem necessidades especiais: diabéticos, hipertensos, obesos e gestantes. Aspectos fisiológicos e neuromusculares da prescrição para grupos especiais. Estudo das transformações corporais resultantes do amadurecimento anátomo fisiológico, dos conflitos emocionais e das imposições sociais e culturais.

Bibliografia Básica:

FILHO, Mauro Lúcio M.; SAVÓIA, Rafael P.; NOVAES, Giovanni da S. **Grupos Especiais – Prescrição de Exercício Físico: uma Abordagem Prática.** São Paulo: MedBook Editora, 2018. E-book. ISBN 9786557830420. (BV)

POLITO, Luís F T.; MONTENEGRO, Carla G. de Sá P.; FALCONI, Carlos A. **Manual de prescrição do exercício físico para grupos especiais.** São Paulo: Editora Manole, 2023. E-book. ISBN 9788520464625. (BV)

CANALES, Lindsay K.; LYTLE, Rebecca K. **Atividades Físicas para Jovens com Deficiências Graves.** São Paulo: Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520444993. (BV)

Bibliografia Complementar:

BOUCHARD, Claude. **Atividade física e obesidade.** São Paulo: Manole, 2003. (BV)

MATTOS NETO, Antonio José de.; LAMARÃO NETO, Homero; SANTANA, Raimundo Rodrigues. **Direitos humanos e democracia inclusiva.** 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (BV)

MUNSTER, Mey de Abreu V. **Educação física e esportes adaptados:** programas de ensino e subsídios para a inclusão. São Paulo: Manole, 2023. E-book. ISBN 9786555769203. (BV)

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a Inclusão.** Porto Alegre: ArtMed, 2007. (BV)

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais.** V. 3. Porto Alegre: Grupo A, 2015. (BV)

ESPORTES INDIVIDUAIS III – GINÁSTICA ARTÍSTICA E RÍTMICA

Ementa: Introdução ao ritmo: Conceito, origem, características, tipos e funções gerais relacionadas ao movimento. Padrões rítmicos: compassos binários, ternários e quaternários. Evolução das ginásticas esportivas. Fundamentos técnicos e treinamento na ginástica artística e ginástica rítmica. Metodologia de ensino das ginásticas esportivas. Adaptação das ginásticas esportivas à educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

BROCHADO, Fernando A.; BROCHADO, Mônica Maria V. **Educação Física no Ensino Superior - Fundamentos da Ginástica Artística e de Trampolins**. Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788527729130. (BV)

POSSAMAI, Vanessa D. **Metodologia da ginástica**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595027015. (BV)

ROSA, Luis H T.; SANTOS, Ana P M. **Modalidades esportivas de ginástica**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9788595027466. (BV)

Bibliografia Complementar:

WERNER, Peter H.; WILLIAMS, Lori H.; HALL, Tina J. **Ensinando Ginástica para Crianças**. São Paulo: Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520449967. (BV)

SAMPAIO, Daisy F.; VALENTINI, Nadia C. Iniciação esportiva em ginástica rítmica: abordagens tradicional e o clima motivacional para a maestria. **Rev. educ. fis. UEM** v. 26, n. 1, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/refuem/a/x3tQKmYcckfbZXX9t6bCQjc/>. Acesso em: 16 maio 2024.

MINCIOTTI, Alessandra N. Ginástica rítmica: uma abordagem histórica. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, ano 3, n. 5, jan.-jul. 2005. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/663/509. Acesso em: 16 maio 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA. **Regra Geral**: 2024. Disponível em: <https://cbginastica.com.br/regulamentos-tecnicos/116/regra-geral>. Acesso em: 16 maio 2024.

CORAT, Larissa; ALMEIDA, Marco A. B. de. Análise da concepção de corpo na ginástica rítmica: um estudo dos manuais de 1932 a 1958. **Record: Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 1, jun. 2012. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/710/653>. Acesso em: 16 maio 2024.

FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO APLICADA À CLÍNICA

Ementa: Aplicação dos conhecimentos da fisiologia celular, do transporte entre as membranas celulares, do seu equilíbrio iônico e dos potenciais de repouso e de ação juntamente com a transmissão sináptica. Estudo do sistema nervoso autônomo. Estudo da fisiologia dos sistemas ósseo, articular e muscular. Estudo da fisiologia dos sistemas cardiovascular, respiratório, endócrino e do sangue. Fisiologia básica e aplicada do sistema nervoso humano e suas interações com os diversos sistemas orgânicos, com ênfase na aplicação desses conhecimentos na Educação Física.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Mariliados Santos; Lira, Claudio Andre Barbosa de. **Fisiologia do exercício**. São Paulo: Manole, 2016-01-01. (BV)

PITHON-CURI, Tania Cristina. **Fisiologia do Exercício**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 06/2013. (BV)

KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. **Fisiologia do Esporte e do Exercício**. São Paulo: Manole, 01/2013. (BV)

Bibliografia Complementar

POWERS, Scott K. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. 2. ed. São Paulo: Manole. (BV)

KRAEMER, William J.; FLECK, Steven J.; DESCHENES, Michael R. **Fisiologia do Exercício - Teoria e Prática**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 08/2016. (BV)

TAYLOR, Albert W.; JOHNSON, Michel J. **Fisiologia do Exercício na Terceira Idade**. São Paulo: Manole. (BV)

McARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do Exercício - Nutrição, Energia e Desempenho Humano**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 07/2016. (BV)

ROWLAND, Thomas W. **Fisiologia do Exercício na Criança**. São Paulo: Manole, 01/2008. (BV)

TREINAMENTO ESPORTIVO

Ementa: Evolução do treinamento mundial. Definições de capacidades físicas. Desenvolvimento das capacidades físicas. Teorias e métodos de treinamento. Avaliação da condição física. Controle de cargas de treinamento. Estruturação e organização do treinamento (ciclos). Seleção de talentos. Treinamento de alto nível. Fatores essenciais do treinamento de alto nível.

Bibliografia Básica:

HERNANDEZ, Salma SS; NOVAACK, Luiz F. **Treinamento esportivo**. Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786581492700. (BV)

HORCAIO, Ivan. **Treinamento Desportivo**. São Paulo: Editora Primeira Impressão, 2008.

SOARES, Ytalo M. **Treinamento esportivo**. MedBook Editora, 2014. *E-book*. ISBN 9786557830635. (BV)

Bibliografia Complementar:

BARBANTI, Valdir J. **Treinamento esportivo**. São paulo: Blucher, 1977. *E-book*. ISBN 9788521217428. (BV)

AMULSKI, Dietmar; MENZEL, Hans-Joachim; PRADO, Luciano S. **Treinamento Esportivo**. Editora Manole, 2013. *E-book*. ISBN 9788520448649. (BV)

LOPES, Charles R.; SANTOS, Sandro Rodrigues dos. **Treinamento de força e periodização para modalidades de resistência:** corrida, natação, ciclismo e triatlo. São Paulo: Manole, 2023. *E-book*. ISBN 9786555767964. (BV)

MCCONNELL, Alison. **Treinamento Respiratório para um Desempenho Superior**. São Paulo: Manole, 2013. *E-book*. ISBN 9788520450253. (BV)

RADCLIFFE, James C. **Treinamento funcional para atletas de todos os níveis**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788582713716. (BV)

DANÇA APLICADA À ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

Ementa: Técnicas de expressão corporal e dança criativa. Dança: conceitos e características, estrutura de aula de dança nos diferentes estilos. Evolução Histórica da Dança. O Ballet clássico, moderno, contemporâneo, Jazz, afro-brasileira, sapateado americano e irlandês. Cenografia, iluminação e figurino. A Dança na América. A Dança e a Educação Física. O professor de Dança. Reflexões sobre as leis que regulamentam a profissionalização da Dança e da Educação Física. Dança e saúde. Dança para todas faixas etárias.

Bibliografia Básica:

GIGUERE, Miriam. **Dança Moderna: Fundamentos e Técnicas**. São Paulo: Manole, 2016. E-book. ISBN 9788520451557. (BV)

CLIPPINGER, Karen. **Anatomia e cinesiologia da dança**. 2. ed. Editora Manole, 2019. E-book. ISBN 9788520457948. (BV)

FRANKLIN, Eric. **Condicionamento Físico para Dança: Técnicas para a Otimização do Desempenho em Todos os Estilos**. São Paulo: Manole, 2012. E-book. ISBN 9788520449738. (BV)

Bibliografia Complementar:

HAAS, Jacqui G. **Anatomia da Dança**. São paulo: Manole, 2011. E-book. ISBN 9788520447512. (BV)

MARBÁ, Romulo F.; SILVA, Geusiane S.; GUIMARÃES, Tamara B. Dança na promoção da saúde e melhoria na qualidade de vida. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.9, n.1, Pub.3, Fevereiro 2016. Disponível em: https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/77/Artigo_3.pdf. Acesso em 16 maio 2024.

MARQUES, Isabel A. **Interações crianças,dança e escola**. São Paulo: Blucher, 2012. E-book. ISBN 9788521217954. (BV)

BRASILEIRO, Livia T.; FRAGOSO, Aline R. de F. GEHRES, Adriana de F. Produção de conhecimento sobre dança e educação física no Brasil: analisando artigos

científicos. **Pro-Posições**, v. 31, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/y9W7P9WgcJxgMGBh5q5t38K/?lang=pt>. Acesso em 16 maio 2024.

PINHO, Raquel de Deus. O ensino da dança nas aulas de educação física e sua influência no bem-estar físico e mental dos alunos de ensino fundamental. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento**, maio 2023. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/ensino-da-danca>. Acesso em 16 maio 2024.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL V

EMENTA: As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS V (Projeto de Extensão Aplicadas às Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)

EMENTA: O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades de complementação profissional ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo

alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem. As atividades desenvolvidas devem sempre ter relação com a área do curso para estabelecer o vínculo entre ensino-pesquisa-extensão.

Bibliografia Básica e Complementar: Regulamento das Atividades de Extensão.

6º SEMESTRE

GESTÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: O empreendimento e o empreendedor. Tipos de empreendimentos. Processo de empreender. Entendimento, discussão e interpretação das funções de gestão administrativa no setor de prestação de serviços relacionados a exercício físico, saúde e qualidade de vida. Organização, direção e gerenciamento de serviços e negócios em educação física. Estudo das formas de gestão, do clima e cultura das organizações. Estudos das leis de fomento ao esporte. Marketing Esportivo. Ambiente e instituições de apoio. Tendências em empreendedorismo. Empreendedorismo e Inovação. Estudo de Caso. Constituição de Plano de Negócio associado a área da Educação Física.

Bibliografia Básica:

DORNELAS, José. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016. (BV)

BORGES, Cândido (Org.). **Empreendedorismo sustentável** 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2014. (BV)

VELHO, Adriana Galli. **Empreendedorismo**. 3. ed. – Porto Alegre: SAGAH, 2017. (BV)

Bibliografia Complementar:

HISRICH, Robert D. **Empreendedorismo**. – 9. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2014. (BV)

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo**: conceitos e práticas inovadoras. --2. ed. --São Paulo: Érica, 2019.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014. (BV)

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2021. (BV)

MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360º**: a prática na prática. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. (BV)

ESPORTES INDIVIDUAIS IV – NATAÇÃO E ATIVIDADES AQUÁTICAS

Ementa: Histórico e evolução da natação. Adaptação ao meio líquido. Noções de flutuabilidade, propulsão, respiração e mergulhos. Elementos básicos e aspectos metodológicos do ensino da natação. Nados crawl, costa, peito e borboleta: fundamentação técnica, saídas e viradas, regras e arbitragem. Noções de salvamento em natação. Teoria e prática do nado medley individual e equipe. Aspectos metodológicos do ensino da natação. Natação Adaptada.

Bibliografia Básica

COSTA, Paula Hentschel Lobo da. **Natação e Atividades Aquáticas**: Subsídios para o Ensino. Editora Manole, 2010. *E-book*. ISBN 9788520452684. (BV)

EVANS, Janete. **Natação total**. Editora Manole, 2009. *E-book*. ISBN 9788520459706. (BV)

RISTOW, Leonardo et al. **Esporte V**: natação. Porto Alegre: Grupo A, 2021. *E-book*. ISBN 9786556902845. (BV)

Bibliografia Complementar

LOPES, Charles R.; SANTOS, Sandro Rodrigues dos. **Treinamento de força e periodização para modalidades de resistência**: corrida, natação, ciclismo e triatlo. São Paulo: Manole, 2023. *E-book*. ISBN 9786555767964. (BV)

GREGUOL, Márcia. **Natação Adaptada**: Em Busca do Movimento com Autonomia. São Paulo: Manole, 2010. *E-book*. ISBN 9788520451878. (BV)

LIMA, Willian Urizzi de. **Ensinando natação**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009.

SALO, Dave; RIEWALD, Scott A. **Condicionamento Físico para Natação**. São Paulo: Manole, 2011. E-book. ISBN 9788520443736. (BV)

MCLEOD, Ian. **Anatomia da Natação**. São Paulo: Manole, 2010. E-book. ISBN 9788520447628. (BV)

FUNDAMENTOS DA MUSCULAÇÃO

Ementa: Estudo do desempenho humano, embasado na ciência e metodologia do treinamento resistido (musculação). Conhecimento e entendimento dos diversos exercícios métodos existentes para o treinamento resistido, sua aplicabilidade e a análise da capacidade funcional, cinesiológica e fisiológica dos diversos movimentos. Desenvolvidos e/ou manutenção da força muscular em crianças, adolescentes, adultos e idosos, sob diferentes situações. Importância do estudo da musculação e sua aplicação na Educação Física, tanto para performance em esportes (atletas) como para saúde e qualidade de vida em indivíduos não atletas. Análise de exercícios e aparelhos de musculação, bem como a metodologia do seu treinamento no que tange à carga utilizada, intervalo entre exercícios, número de repetições e de séries, além de frequência semanal de treinamentos.

Bibliografia Básica:

EVANS, Nick. **Anatomia da Musculação**. São Paulo: Manole, 2007. E-book. ISBN 9788520443613. (BV)

MATOS, Cristiano C. de et al. **Musculação**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786581739041. (BV)

SANTAREM, José M. **Musculação em Todas as Idades: Comece a Praticar Antes do seu Médico Recomendado**. Editora Manole, 2012. E-book. ISBN 9788520444672. (BV)

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA JÚNIOR, Lafaiete L. de. **Musculação e ginástica de academia**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. *E-book* ISBN 9786581492854. (BV)

STOPPANI, Jim. **Enciclopédia de musculação e força de Stoppani**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. (BV)

LIMA, Cláudia S.; Ronei S. Pinto. **Cinesiologia e musculação**. Porto Alegre: Grupo A, 2006. (BV)

RAMSAY, Craig. **Musculação: Anatomia Ilustrada – Guia Completo para Aumento**. São Paulo: Manole, 2016. (BV)

SCHWARZENEGGER, Arnold. **Enciclopédia de fisiculturismo e musculação**. Porto Alegre: Grupo A, 2016. (BV)

SEMINÁRIO TEMÁTICO

Ementa: Trata-se de um trabalho estabelecido a partir da constituição e execução de um “Projeto”, orientado por docente especializado, objetivando constituir de maneira plena a necessária interdisciplinaridade e a indiciossabilidade entre a teoria e a prática. Este projeto envolve o estudo e definição do tema: **XXXX**. O trabalho será feito por grupos de 05 a 10 alunos, seguindo os parâmetros do regulamento da disciplina, envolvendo atividades de pesquisa em academias da Região de Inserção da Faculdade IES, bem como pesquisa das bases teóricas, discussão e sistematização de reflexões relacionadas ao tema, resultando em uma proposta de desenvolvimento de um estudo, análise e/ou projeto que abordará os seguintes conteúdos: **XXXXXX**

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – ESPORTES

Ementa: Estágio de prática profissional em Educação Física, sob orientação e supervisão docente, em projetos de extensão entre a IES e a comunidade de inserção, com a prestação de serviços à população, desenvolvendo práticas de esportivase iniciação esportiva. Nesse estágio o aluno terá como objetivos identificar os processos de ensino-aprendizagem de modalidades esportivas visando o desenvolvimento dos fundamentos técnicos – táticos da modalidade e o desenvolvimento físico do praticante.

Esta fase do estágio será considerada a indiciossabilidade entre as atividades de ensino e extensão e tais atividades deverão constar no histórico do aluno conforme

Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de Dezembro de 2018 de PNE – Plano Nacional de Educação.

Bibliografias Básica e Complementar: Serão aquelas indicadas pelo professor-orientador, conforme a área e atividades exercidas no estágio.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL VI

EMENTA: As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Educação Física. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS VI ((PROJETO DE EXTENSÃO APLICADAS AS ÁREAS DE GRANDE PERTINÊNCIA SOCIAL NA REGIÃO DE INSERÇÃO DA IES)

EMENTA: O componente curricular em questão visa atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. Desse modo, visando não confundir-se com as Atividades de complementação profissional ou de Prática Profissional, as atividades de extensão se estabelecerão a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs sempre com a participação da comunidade externa, incluindo promoções de serviços envolvendo alunos e professores junto no que tange às necessidades sociais da sociedade em que se inserem. As atividades desenvolvidas devem sempre ter relação com a área do curso para estabelecer o vínculo entre ensino-pesquisa-extensão.

Bibliografia Básica e Complementar: Regulamento das Atividades de Extensão.

7º SEMESTRE

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ESPORTES DE AVENTURA

Ementa: A origem e evolução dos esportes de aventura. Concepções sobre os esportes de aventura. Esportes de aventura e vínculos sociais. Contextualização e motivação. Processo evolutivo dos esportes de aventura e a inclusão destes esportes nas Olimpíadas. As relações Esporte-Natureza, ecodesenvolvimento e sustentabilidade. Práticas mais populares no mundo e no Brasil.

Bibliografia Básica

FIGUEIREDO, Juliana de P.; SCHWARTZ, Gisele M. Atividades de aventura e educação ambiental como foco nos periódicos da área de Educação Física. **Motriz: rev. educ. fis.**, v. 19, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/C87qkKKYTZzYFrZgFnTZbHb/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.

LISBOA, S. D. C. E colaboradores. **Práticas Corporais de Aventura**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. (BV)

PIMENTEL, Giuliano G. de A. Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 687-700, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/w4WmkyJMtPrGCYCbmhSkcyP/?format=pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

Bibliografia Complementar

GRACIA, Liliane G.; KOWALSKI, Marizabel; ALVES, Rafael J. A. Lazer e Meio Ambiente: As Práticas Educativas e de Sensibilização na Natureza por Meio do Lazer e seu Potencial na Estação de Pesquisa, Treinamento e Educação Ambiental – Mata do Paraíso em Viçosa – MG. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação**

Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 12 n. 3, set. 2009. disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/842>. Acesso em: 17 maio 2024.

MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. **Viagens, Lazer e Esporte: O Espaço da Natureza**. São paulo: Manole, 2006. E-book. ISBN 9788520442289. (BV)

UVINHA, Ricardo R. Juventude e esportes radicais: elementos associados à esfera do lazer. **Dossiê Juventude & Esporte**, ano 4, n. 8, 2009. disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/99/97>. Acesso em: 17 maio 2024.

FERREIRA, L.F. Seabra. **Corridas de aventura: construindo novos significados sobre corporeidade, esportes e natureza**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Unicamp. Campinas: EFU, 2003. Disponível em: <https://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1312388>. Acesso em: 17 maio 2024.

BETRÁN, J.O.; BETRÁN, A.O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza (AFAN): revisión de la taxonomía (1995-2015) y tablas de clasificación e identificación de las prácticas. **Apunts. Educ Fis Deporte**. v.124, n.2, 2016. p.53-88. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/ApuntsEFD/article/view/310653/>. Acesso em: 17 maio 2024.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Princípios e concepções do atendimento de urgência e emergência. Suporte básico de vida. Técnicas de primeiros socorros em diferentes situações do cotidiano profissional em Educação Física. Conhecimento e prevenção de lesões em atividades físicas e nos esportes.

Bibliografia Básica

FRANKE, Rodrigo A. **Prevenção e Urgências em Educação Física**. Porto alegre: Grupo A, 2018. (BV)

FLEGEL, Melinda J. **Primeiros Socorros no Esporte**. São Paulo: Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520450208. (BV)

BARBIERI, João F.; BULGARELLI, Pedro L. **Primeiros atendimentos em educação física**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595025981. (BV)

Bibliografia Complementar

SCALABRINI NETO, A.; DIAS, Roger .D., VELASCO, I.T. **Procedimentos em Emergência**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2023. (BV)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC). Atualização da Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Arq Bras Cardiol.**, v. 113, n. 3, p. 449-663. 2019. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2019/v11303/pdf/11303025.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

QUILICI, A.P; TIMERMAN, S. (eds.). **Suporte Básico de Vida: primeiro atendimento na emergência para profissionais da saúde**. São Paulo Manole, 2011. (BV)

CREF4, SÃO PAULO. Primeiros Socorros e a Educação Física: entenda importância e as responsabilidades. **Revista CREF**, São Paulo, ano 14, n. 42, jun./ago., 2014. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/revistaedf/3730>. Acesso em: 17 maio 2024.

BIANCHI, M.V.; CALCAGNOTTO, G. N.; COBALCHINI, G. R. (orgs.). **Novos Desafios no Atendimento de Urgência**. Rio de Janeiro: Roca, 2011. (BV)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM ATIVIDADE FÍSICA

Ementa: Conhecimentos sobre políticas públicas. Estudo das políticas públicas voltadas para a saúde e para a Educação Física. SUS e Sistema Nacional de Esporte. O financiamento da educação, saúde, esporte e do lazer. Políticas públicas de saúde, esporte e lazer.

Bibliografia Básica

FONTE, F.M. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (BV)

LIMA, Caroline C N. et al. **Políticas públicas e educação**. Porto alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595027503. (BV)

SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. **Sistema Único de Saúde - componentes, diretrizes e políticas públicas**. São Paulo: Erica, 2014. (BV)

Bibliografia complementar

VANCE, P.S; NASSIF, V.M.J.; MASTERALEXIS, L.P. **Gestão de Esporte - casos brasileiros e internacionais**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (BV)

AMARAL, S.C.F.; PEREIRA, A.P.C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1. Campinas: Autores Associados, 2009. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/631>. Acesso em: 17 maio 2024.

MENDES, Gilmar. **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. São Paulo: Editora Saraiva. 2017. (BV)

ROSA, Cristiano Neves da. Políticas públicas de educação, educação física, esporte e lazer. **Revista Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, set./ dez., 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/13182>. Acesso em: 17 maio 2024.

Políticas públicas de Educação Física, esporte, saúde e lazer: os grupos de pesquisa e a produção do conhecimento. **Rev. Motriviv**. v. 33, n.64 Florianópolis: Epub, jan. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?>. Acesso em: 17 maio 2024.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa: Trata-se de uma disciplina de suporte ao trabalho de conclusão de curso (TCC), destinada ao desenvolvimento de projetos de TCC, a partir de orientação geral e acompanhamento da produção de projetos. Regimento e normas do TCC, fase da pesquisa científica, métodos de pesquisa e técnicas de pesquisa, aspectos metodológicos necessários à elaboração da pesquisa científica.

Bibliografia Básica

JERRY, R. T; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2012. (BV)

MARCONI, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (BV)

NOGUEIRA, Daniel R. et al. **Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática**. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440708. (BV)

Bibliografia Complementar

JUNIOR, Celso F. **Guia do trabalho científico: da redação ao projeto final**. Editora Contexto, 2011. E-book. ISBN 9788572447638. (BV)

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126293. (BV)

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. (BV)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. (BV)

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. (BV)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

Ementa: Estágio de prática profissional em Educação Física, sob orientação e supervisão docente, em instituições credenciadas de saúde que desenvolvam práticas de atividade física e saúde. Experiência prática. Levantamento e análise das características do campo de estágio: academias, hospitais e clínicas (em especial do SUS- Sistema Único de Saúde). Entrega de documentação como termo de compromisso relatório final com planejamento e organização (plano de trabalho/atividades), execução e avaliação. Realização de intervenção supervisionada e/ou orientada.

Regimento interno da instituição.

Manual de estágios da instituição

Demais bibliografias adotadas pelo professor da disciplina.

RAMOS, Glauco N. S. (Org.). **Estágios em educação física: ações e reflexões**. São Carlos: EdUFScar, 2001.

Demais bibliografias complementares adotadas pelo professor da disciplina.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL VII

Ementa: Atividades técnico- acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso. As Atividades de complementação profissional serão aquelas que tem por característica a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular e serão integrantes do processo de formação do discente do curso de Bacharelado em Educação Física, integralizadas como carga horária obrigatória do currículo em conformidade com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Bacharelado em Educação Física e o seu regimento.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 6 de 18 de dezembro de 2018. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 243, dez, 2018. p. 48.

Regimento interno da instituição.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS VII

Ementa: Atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que infere que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. As atividades extensionistas são distintas das Atividades de complementação profissional e de Estágios Supervisionado e devem acontecer a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs, sempre com a participação da comunidade externa. As atividades desenvolvidas devem sempre ter relação com a área do curso, em especial as desenvolvidas a partir de algum

componente curricular durante o presente semestre Projeto com plano de atividades. Promoção de serviços envolvendo alunos e professores, atendimento às necessidades sociais da comunidade. Relatório.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 6 de 18 de dezembro de 2018. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 243, dez, 2018. p. 48.

Regimento interno da instituição.

Demais bibliografias recomendadas e adotadas pelo professor da disciplina a qual a atividade extensionista será baseada.

8º SEMESTRE

PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Ementa: Ética profissional. Habilidades e competências profissionais. Fatores comportamentais e motivacionais no trabalho. Ambientação do colaborador à organização. Enfoque sistêmico dos objetivos em relação à carreira, estabelecendo a interação entre conhecimento, habilidade e atitude. Processo de reestruturação e transformação da qualificação profissional no mundo do trabalho. Tendências e perspectivas para o futuro da gestão de pessoas. Identificação das potencialidades e competências individuais através da análise contextual. Construção de estratégias para objetivos pessoais e organizacionais. Encarreamento: planejamento de carreiras. Construção e características do sistema de administração de carreira a partir da definição dos objetivos da organização. Encarreamento como ferramenta para o desenvolvimento de pessoas e a melhoria dos processos.

Bibliografia Básica

CARDOSO, L. C. **Desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho**. São Paulo: Expressa, 2021. (BV)

DUTRA, J.S. **Gestão de carreiras na empresa contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009. (BV)

KUAZAQUI, E. **Gestão de carreiras**. São Paulo, SP: Cengage, 2016. (BV)

Bibliografia Complementar

TAJRA, S. F. **Planejando a carreira**. 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2015. (BV)

WHITE, A. **Planejamento de carreira e *networking***. Rio de Janeiro: SENAC, 2012. (BV)

AAKER, D.A. **Administração estratégica de mercado**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. (BV)

BARBIERI, U.F. **Gestão de pessoas nas organizações: sua relação com governança, cultura e liderança**. 1. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. (BV)

DEMO, Gisela. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações : papel dos valores pessoais e da justiça organizacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522470341. (BV)

MODALIDADES PARADESPORTIVAS

Ementa: Perspectivas histórico-sociais acerca das pessoas com deficiência (PC/Portadores de Necessidades Especiais-PNE). Legislação Brasileira que ampara as pessoas com deficiências. Os tipos de acessibilidade- as acessibilidades atitudinal, pedagógica e arquitetônica. Os programas de atividades físicas para PC/PNE. Acessibilidade no esporte. O paradesporto e o surgimento dos esportes paraolímpicos. Os esportes paraolímpicos: regras e principais modalidades terrestres, aquáticas e aéreas.

Bibliografia Básica

SILVA, Juliano V. **educação física adaptada**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. (BV)

BIEDRZYCKI, Beatriz P.; POSSAMAI, Vanessa D.; SILVA, Juliano Vieira da; et al. **Educação Física Inclusiva e Esportes Adaptados**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786556900612. (BV)

MUNSTER, Mey de Abreu V. **Educação física e esportes adaptados: programas de ensino e subsídios para a inclusão**. São Paulo: Manole, 2023. E-book. ISBN 9786555769203. (BV)

Bibliografia Complementar

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a inclusão**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. E-book. ISBN 9788536309446. (BV)

GREGUOL, M.; COSTA, R.F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. São Paulo: Editora Manole, 2019. (BV)

BRASIL. **Lei n. 13, 146, 6 de julho de 2015**: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

ROMERO, C. da R.; CARMONA, E. K. Educação Física inclusiva e paradesporto: semelhanças e diferenças. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 29–42, 2017. DOI: 10.15536/thema.14.2017.29-42.414. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/414>. Acesso em: 17 maio. 2024.

BRITO, Djalma Mandu de. **Fundamentos Pedagógicos para o trabalho com portadores de necessidades educativas especiais (FPTPNE)**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522122592. (BV)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa: Trata-se de uma disciplina que culmina com o desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Regimento e normas do TCC, desenvolvimento de pesquisa científica.Desenvolvimento e aplicação do projeto de TCC. Orientação geral com professor da disciplina e especifica com orientador. Acompanhamento de

resultados. Entrega de trabalho completo, mediante apresentação e defesa para banca programada e oficializada pela instituição.

Bibliografia Básica

JERRY, R. T; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2012. (BV)

MARCONI, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (BV)

NOGUEIRA, Daniel R. et al. **Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática**. São Paulo: Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440708. (BV)

Bibliografia Complementar

JUNIOR, Celso F. **Guia do trabalho científico: da redação ao projeto final**. Editora Contexto, 2011. E-book. ISBN 9788572447638. (BV)

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126293. (BV)

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. (BV)

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. (BV)

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. (BV)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – CULTURA E LAZER

Ementa: Estágio de prática profissional em Educação Física, sob orientação e supervisão docente, em instituições credenciadas que ofereçam atividades, projetos, ações e/ou programas voltados para cultura e lazer. Experiência prática. Levantamento e análise das características do campo de estágio: centros comunitários, centros culturais, clubes ou associações recreativas. Entrega de documentação como termo de compromisso, relatório final com planejamento e organização (plano de trabalho/atividades), execução e avaliação. Realização de intervenção supervisionada e/ou orientada.

Regimento interno da instituição.

Manual de estágios da instituição

Demais bibliografias adotadas pelo professor da disciplina.

RAMOS, Glauco N. S. (Org.). **Estágios em educação física:** ações e reflexões. São Carlos: EdUFScar, 2001.

Demais bibliografias complementares adotadas pelo professor da disciplina.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL VIII

Ementa: Atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso. As Atividades de complementação profissional serão aquelas que tem por característica a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular e serão integrantes do processo de formação do discente do curso de Bacharelado em Educação Física, integralizadas como carga horária obrigatória do currículo em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Bacharelado em Educação Física e o seu regimento.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 6 de 18 de dezembro de 2018.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 243, dez, 2018.

Regimento interno da instituição.

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS VIII

Ementa: Atender ao que é preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 e pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 que

inferem que todos os cursos devem inserir minimamente 10% de sua carga horária em atividades de extensão. As atividades extensionistas são distintas das Atividades Complementares e de Estágios Supervisionado e devem acontecer a partir de eventos que promovam o desenvolvimento social e as questões cidadãs, sempre com a participação da comunidade externa. As atividades desenvolvidas devem sempre ter relação com a área do curso, em especial a desenvolvidas a partir de algum componente curricular durante o presente semestre Projeto com plano de atividades. Promoção de serviços envolvendo alunos e professores, atendimento às necessidades sociais da comunidade. Relatório.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 6 de 18 de dezembro de 2018. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 243, dez, 2018. p. 48.

Regimento interno da instituição.

Demais bibliografias recomendadas e adotadas pelo professor da disciplina a qual a atividade extensionista será baseada.

4.6.15 METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Graduação em Educação Física, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional. Dessa forma, partiu-se da lógica deque o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à autoestima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

4.6.16 A METODOLOGIA: AS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RECURSOS INOVADORES

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve haver sempre a sua desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que necessita estar relacionando o conhecimento com dados da experiência

cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Nesse contexto, além das buscas por novas metodologias pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, o NDE estabeleceu componentes curriculares que deverão obrigatoriamente fazer a relação teoria-prática de maneira plena::

- a) Práticas Integradas: Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos deverão ir a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar;
- b) Estágio Curricular: Além do estudo das teorias que sustentarão o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlacioná-las para o componente curricular.

AS AULAS INVERTIDAS

Além disso, no afã de já iniciar o seu trabalho de oferta do curso sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino- aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, a FACSUR estabelece neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “Flipped Classroom”, assegurando a prática das Metodologias Ativas.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes da FACSUR assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo poderá ocorrer por meios variados, como a disponibilização no Portal do Aluno, vídeos postados pelo professor em websites, chats, Aluno Online ou ferramentas diversas como a constituição de blogs de cada disciplina pelos professores. É preciso ressaltar que a utilização do portal do aluno deverá ser apenas para repositório de material e não substituirá os encontros presenciais.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor disporá de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras

que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos social.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibilizará sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual se dará preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática em EDUCAÇÃO FÍSICA.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverão aparecer na relação estabelecida entre os professores através de Práticas integradas, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se lembrar de que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso. Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;

- Organização de Clínica Escola de Educação Física de modo que permita-se a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais;
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, estará voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.

SALA DE AULA INTERATIVA- RECURSO INOVADOR

O NDE com o objetivo de promover inovação no curso de Educação Física, com aparato metodológico que traga um diferencial na construção do conhecimento, constitui a “Sala de Aula Interativa”; este é um espaço de desenvolvimento de metodologias de ensino que se utiliza de recursos interativos que mediam o processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo em que possibilitam novas formas de aprendizado, por sua vez propiciam um ensino mais alinhado com as necessidades/realidades do ambiente de inserção da IES, considerando o seu contexto *loco-regional*.

A Sala de Aula Interativa tem como objetivo impulsionar a interação entre os discentes e as novas ferramentas tecnológicas inovadoras disponibilizadas pela FACSUR. Dessa forma, é possível ampliar o interesse dos discentes em torna-se protagonistas da formação do conhecimento.

Em uma realidade com tantas mudanças e inovações tecnológicas, o NDE precisou fomentar o seu processo de ensino-aprendizagem por meio de tecnologias que provoquem um diferencial na relação professor-aluno.

Assim, os docentes utilizam-se de tecnologias, como recursos audiovisuais, para a exposição de cenários de casos realísticos que contam com participação de profissionais com experiência no seu campo. Na oportunidade os discentes podem apresentar seus questionamentos acerca dos casos, dentro de uma perspectiva problematizadora.

Para tanto, são planejadas dinâmicas interativas que facilitam o acesso dos discentes ao futuro ambiente profissional. Tão logo essas interações possibilitam a formação de conteúdos mais abrangentes, atualizados, especializados, emergentes e inovadores, a partir da construção das habilidades correspondentes às expectativas do universo profissional.

4.6.17 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação do Bacharel em Educação Física implica em abordar o processo de construção da profissão no movimento sócio histórico mais amplo da

sociedade. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configuram-se em um momento de aprendizagem político-pedagógica que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das instituições e/ou espaços sócio-ocupacionais e da própria universidade/IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico- crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade- singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O desenvolvimento dessas atividades propiciam ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas, mas sem perder a característica principal do projeto, que é a formação de um profissional generalista.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador de profissionais de Educação Física que esteja integrado à nossa realidade social e comprometido, por suas efetivas práticas profissionais, com as reais necessidades da maior parte da sociedade brasileira.

O Bacharel em Educação Física assim formado deve compreender que o desenvolvimento da assistência à saúde coletiva e a atuação em todos os níveis de atenção à saúde, com a integração em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente, constituem competências e habilidades específicas necessárias à sua formação.

Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim a representatividade da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológico norteadora da política de estágio expresso no projeto político pedagógico do curso de Educação Física da FACSUR, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES e no regulamento anexado a este PPC.

A estruturação do Estágio do Curso de Educação Física fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES e nas Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Graduação de Educação Física:

- Os campos de estágio serão aprovados pela Coordenação do Curso de Educação Física e pelo Núcleo de Estágio e Carreira, oficializados por meio de convênios estabelecidos com as instituições concedentes;
- Os Estágios Curriculares em Educação Física serão divididos em 03 (três) grupos: Esportes, Atividade Física e Saúde e Cultura e Lazer;
 - O Estágio Curricular Supervisionado terá duração de, no mínimo, 20% da carga horária total do curso, conforme as DCNs;
 - O Estágio Curricular Supervisionado deverá iniciar nos últimos semestres do curso;
 - A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e iniciação científica da IES, esta última quando couber ou for o caso.

O estágio na FACSUR é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) após constituir competências e habilidades suficientes para exercê-la, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Educação Física, disponibilizado para consulta no site da IES.

4.6.18 GESTÃO DA INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO E O MUNDO DO TRABALHO E AS ATUALIZAÇÕES DAS PRÁTICAS DE ESTÁGIO

A gestão do Estágio Supervisionado da FACSUR se dará em dois âmbitos: a partir do Núcleo de Carreira e Estágio e da Coordenação de Curso com um responsável como coordenador do Estágio em Educação Física.

Nesse contexto, o Núcleo de Carreira e Estágio, órgão pertencente ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante é o responsável por formalizar os convênios com os órgãos de saúde, dando prioridade às secretarias estadual e municipal de saúde e educação para que os alunos possam estagiar especialmente em órgãos vinculados ao SUS e ... conforme priorizam as DCNs do curso.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com os órgãos de saúde e educação, isso se dará a partir da coordenação de estágio do curso de Educação Física que ficará responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES deverá fazer uma via de mão dupla na qual os órgãos de saúde poderão receber o apoio da FACSUR a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, bem como os próprios virem até a IES para

palestras e conferências, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a IES, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Práticas Integradas em que os alunos vão a campo conhecer os órgãos de saúde, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se darão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos, afinal na via de mão dupla citada, as necessidades dos órgãos e da saúde local serão elementos de análise sistemática na IES.

4.7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL)

Na FACSUR as Atividades Complementares são nomeadas como Atividades de Complementação Profissional e são caracterizadas como atividades que permitem a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular. Essas atividades serão integrantes do processo de formação do aluno em Educação Física e integraliza carga horária obrigatória do currículo, em conformidade com as DCN e o Regimento que rege o processo de constituição das mesmas.

Entende-se por Atividades de Complementação Profissional, atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos pedagógicos e sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do Curso.

Essas atividades visam ampliar o processo de ensino e aprendizagem e tem por finalidades:

- I – Ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
- II – Contribuir na formação específica e geral do aluno de graduação em Educação Física;
- III – Favorecer a experiência em outros espaços pedagógicos e sociais, e culturais;
- IV – Favorecer atividades de cunho comunitário e interesse coletivo;
- V – Permitir a tomada de decisões segundo interesses e aptidões, de forma a favorecer o exercício da autonomia.

4.7.1 ADERÊNCIA DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL À FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES ofertará e incentivará a participação dos alunos em:

a) Cursos e Seminários que abordem temas relacionados à cidadania como Educação Ambiental, Responsabilidade Social, Educação em Saúde e Ética ofertados aos alunos de educação física.

b) Trabalhos de Monitoria.

c) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação, incluindo em Língua Estrangeira.

d) Cursos que visem a divulgação e o aprendizado de novas tecnologias.

e) Disciplinas de Formação Geral cursadas em outras IES ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo de Educação Física da FACSUR.

No que diz respeito à Formação Específica do curso, serão reconhecidas carga-horária para aproveitamento de estudos em atividades específicas, ofertadas pela FACSUR e por outras instituições, que visam a qualificação profissional do aluno, incluindo aquelas aderentes aos componentes das ciências biológicas e/ou dos cuidados em Educação Física.

Em termos de Formação Específica do Curso, também serão aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área de saúde, com conteúdos não integrantes do currículo de Educação Física da FACSUR. Há que se destacar que nem o Nivelamento Acadêmico e nem as Práticas Integradas poderão ser aproveitados como carga-horária de Atividades de Complementação Profissional.

4.7.2 MECANISMOS INOVADORES NA REGULAÇÃO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas angústias em relação à concepção e gestão das AC's em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, na FACSUR as AC's se constituirão de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES terá a obrigação de ofertar mais eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos deverão frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades

diversas. Outrossim, antes mesmo de iniciar o curso, já ocorreu um planejamento das AC's iniciais a serem ofertadas aos alunos, atividades estas que vão desde a semana acadêmica de Educação Física, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que o curso deverá ter uma coordenação específica para as AC's. que deverá formar uma comissão formada, semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e publicar o edital que orienta os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão ficará responsável pela avaliação das Atividades de Complementação Profissional apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado.

Essa Comissão de Análise de Atividades de Complementação Profissional terá como atribuições:

I – Elaborar e orientar os alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;

II – Divulgar, após deliberação do colegiado, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;

III – Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;

IV- Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;

V – Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas-horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;

VI – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades de Complementação Profissional em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;

VII– Fazer cumprir o calendário de Atividades de Complementação Profissional do Curso de Educação Física;

VIII – Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação Colegiado do Curso.

4.8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso na FACSUR será estabelecido a partir da constituição e defesa pública de um artigo versando sobre tema/problema relacionado à área do curso escolhido.

O trabalho será feito em duas fases precisas: TCC I em que os alunos devem fazer um projeto definindo tema, problema, método, referencial etc.; e o TCC II em que os alunos desenvolvem o projeto de pesquisa e constituem um artigo científico a partir dos resultados obtidos defendendo-o publicamente com banca formado por, no mínimo, 3 docentes.

Na FACSUR os alunos têm a possibilidade de desenvolver seus temas com antecedência nos cursos, afinal todos eles possuem em suas matrizes curriculares disciplinas com projetos integradores em que os alunos pesquisam problemas de suas áreas já no início dos cursos. Isso é fundamental para que se chegue ao final do curso com capacidade de síntese e raciocínio acadêmico já bem concretizado.

O NDE do curso tem plena convicção da suma importância que possui o TCC para a formação acadêmica, afinal é nesse trabalho que o acadêmico mostrará para a instituição o que aprendeu no decorrer do curso. Além disso, contribuirá para o avanço científico e tecnológico não só do seu curso, mas também da profissão que escolheu. É através desse trabalho que a FACSUR conseguirá detectar algumas qualidades que farão do acadêmico um bom profissional, dentre elas medir o conhecimento específico, autonomia, capacidade e senso investigativo, bem como a flexibilidade de um candidato à vaga de emprego ou para um curso de pós-graduação.

O TCC é de fato importante, pois nele estará presente um trabalho único, que mostra um conteúdo aprofundado, capaz de mostrar problemas e apresentar soluções, como também o desenvolvimento de novas abordagens, a fim de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da área estudada, da profissão escolhida e até mesmo o desenvolvimento da sociedade.

4.8.1 O REPOSITÓRIO PARA OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e esta se faz mediante a construção e arquivamento de sua história. Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório físico e digital na IES, afinal eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir de investigação e solução solitárias de problemas. Desse modo, será prática e obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos físicos depositados na biblioteca da IES, em local apropriado e digitalmente a partir de um repositório de TCCs no site institucional.

OBS* VIDE AS REGRAS NO REGULAMENTO DO TCC.

4.9 APOIO AO DISCENTE

Uma vez que se contemple a importância, na missão da FACSUR, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, Parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente.

A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FACSUR tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência. Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações vs às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

Estabelecido a partir do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação será a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da FACSUR.

4.9.1 CENTRO DE APOIO AO ESTUDANTE – CAE

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FACSUR. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FACSUR, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, como objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, além do apoio psicopedagógico e da ouvidoria, se constituem os Núcleos, a saber:

- a) Ouvidoria;
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;
- c) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d) Núcleo de Estágio e Carreira;
- e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.
- f) Centro Acadêmico.

- g) PAE – Programa de Acompanhamento ao Egresso.
- h) Núcleo de Retenção.
- i) Núcleo de Mobilidade Acadêmica

4.9.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria da FACSUR foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição. Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, há cerca de dois anos, por decisão colegiada, o órgão passou a ter o acesso única e exclusivamente em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site ou pelo e-mail (regulamento da ouvidoria em ANEXO).

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.9.3 NÚCLEO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

A FACSUR conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES.

Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No

entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FACSUR, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;
- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;

- Subsidiar a gestão universitária da FACSUR sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)

- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;

- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);

- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;

- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;

- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais.(temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FACSUR se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos

dirigentes e ou docentes da faculdade (regulamento do núcleo de Apoio Psicopedagógico em ANEXO).

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo- acadêmica.

4.9.4 NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL E NIVELAMENTO

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento,

responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FACSUR, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explicações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação das Práticas Integradas.
- Apresentação do site da IES.
- Exposição acerca do AVA.
- Atividades de Complementação Profissional.

Este Núcleo também será o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico. Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento irá fornecer dados para constituir o processo ou política de retenção da IES (regulamento do núcleo de integração estudantil e nivelamento em ANEXO).

4.9.5 NÚCLEO DE ESTÁGIO E CARREIRA

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

A FACSUR tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas da sua região de inserção, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção, Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras (regulamento do núcleo de estágio e carreira em ANEXO).

4.9.6 NÚCLEO DE APOIO FINANCEIRO E MONITORIA

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pela FACSUR podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares;
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI da FACSUR;
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional;
- O acesso à monitoria ocorrerá após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar;

- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores poderão retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina;
- O monitor exercerá suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado;
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição;
- As atividades de monitoria poderão ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação da FACSUR no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FACSUR;
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;
- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deverá assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica da FACSUR nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de Atividades Teórico-Prática de Aprofundamento/Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional da FACSUR, contendo os principais resultados da pesquisa. (regulamento de bolsas de iniciação científica em ANEXO).

C) Bolsa de Trabalho FACSUR

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES;
- Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FACSUR podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital;
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deverá assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular;
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista será de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade;
- O aluno terá direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista;
- O contrato poderá ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista;
- O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao

estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. A FACSUR optará pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação (regulamento do núcleo de apoio financeiro e monitoria em ANEXO).

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

4.9.7 DA ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, a IES definiu suas políticas que o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento e o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, junto com as coordenações de curso e colegiados, serão os responsáveis por propor ações de intervenção e solução para o atendimento pleno de pessoas com necessidades especiais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

Assim, a partir da solicitação de atendimento pelas coordenações e colegiados, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, junto com o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica buscarão atender todas as prerrogativas de inclusão e acesso ao ensino superior, conforme segue:

- a) Busca de métodos para a apreensão dos conteúdos curriculares por todos os alunos;
- b) Inserção de tecnologias como tradutores de telas, tradutores de LIBRAS, transcrições de Braille etc para todos os alunos que necessitem de atendimento especial;
- c) Gravação de conteúdos curriculares em áudio para alunos que possuem limitações visuais;
- d) Dentre outras.

4.9.8 NÚCLEO DE RETENÇÃO

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir. Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento serão responsáveis por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão irá desenvolver estudos. Análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FACSUR, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanhará e irá monitorar, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

4.9.9 PAE – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado a este PPC, é um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da FACSUR, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em

condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Ampliar o perfil do egresso;
- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências. Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

4.9.10 INCENTIVO INSTITUCIONAL À FORMAÇÃO DE DIRETÓRIOS OU CENTROS ACADÊMICOS

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes poderão formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito da FACSUR que os incentivará para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

A FACSUR tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribuirá para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível na FACSUR, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

4.9.11 NÚCLEO DE MOBILIDADE ACADÊMICA

O programa de mobilidade acadêmica da FACSUR é administrado pelo Centro de Apoio ao Estudante, esse programa possibilita ao discente, regularmente matriculado, estudar em outra Instituição de Ensino Superior, nacional ou estrangeira, com o objetivo de promover a troca de conhecimento, experiências e perspectivas entre estudantes, instituições de ensino superior nacional e estrangeira.

O programa deve ser realizado de acordo com o Calendário da IES, seja ela nacional ou estrangeira, suas normas regimentais e estatutárias da IES de destino. O estudante não poderá se afastar da Instituição de origem, sob o amparo do convênio, por prazo superior a um (01) ano letivo. A critério da Instituição receptora, poderá haver renovação, em caráter excepcional, sucessiva, do vínculo temporário, por até mais um período letivo, perfazendo o total de 1 ano e meio.

O estudante participante desse Convênio terá vínculo temporário com a Instituição receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e da possibilidade de inscrição na(s) disciplina(s) pretendida(s).

4.10 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de avaliação institucional foi consolidado e iniciado na FACSUR após o início das atividades. A avaliação institucional será firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrerão semestralmente no que diz respeito a auto-avaliação dos cursos de graduação (específicas da coordenação de curso, NDE e Colegiado, e repassados os dados à CPA) e serão centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realizar-se-á o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei (estabelecido pela CPA).

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional na FACSUR terá início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, serão impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. Além disso, o site institucional será um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constituir-se-á a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line. Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados serão coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, serão elaborados relatórios que, em momento específico, serão entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpotécnico-administrativo. Os resultados serão consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, será feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da auto-avaliação interna.

Nesta ocasião, serão estudados os mecanismos para osaneamento das deficiências apontadas, o que gerará a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo será o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adotar-se-á, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, será possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, será feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabilizará, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificarão os pontos fortes e fracos, e informarão, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição estará trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se conseguirá perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de auto-avaliação se poderá identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos no âmbito dos cursos de graduação.

4.10.1 AS AVALIAÇÕES INTERNAS COMO INSUMO PARA A GESTÃO DO CURSO E A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA

A partir dos resultados das avaliações internas (CPA e Coordenação de Curso), serão considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso. Há que se considerar que serão levados em consideração não apenas os resultados

advindos da CPA, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e do Centro de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultarão em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- Reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);
- Reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso com o objetivo de intervir positivamente na formação dos alunos;
- Reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não sejam contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna;
- Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- Reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva, à avaliação do processo de auto-avaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de auto-avaliação a ser empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

4.10.2 AS AVALIAÇÕES EXTERNAS COMO INSUMO PARA A GESTÃO DO CURSO E A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS PELA COMUNIDADE ACADÊMICA

São entendidas como avaliações internas pela gestão do curso: as avaliações in loco promovidas nas autorizações e reconhecimentos dos cursos por equipes de avaliadores do INEP e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Os resultados advindos das avaliações in loco se constituem de relatórios que analisam a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Neste sentido, a FACSUR entende que esses documentos não podem ser relegados unicamente à mantenedora ou gestão superior da IES, mas para toda a comunidade acadêmica.

Assim, sempre que ocorrer uma avaliação in loco e a disponibilização dos respectivos relatórios, a gestão do curso deverá divulgar amplamente esse documento junto à toda a comunidade acadêmica. De posse de tais resultados, reuniões colegiadas deverão ser estabelecidas de modo a suplantarem as deficiências apontadas nos relatórios, bem como a disseminação junto à comunidade acadêmica das ações estabelecidas em razão dos relatórios.

No que concerne ao ENADE, o curso deverá divulgar amplamente os resultados junto à comunidade acadêmica de modo que alunos, professores e funcionários, por meio de reuniões colegiadas, apontem soluções para melhoria da qualidade do curso e da IES.

Ao final, a apropriação desses resultados por todos, é constituída como uma ferramenta imprescindível e eficaz de gestão em que todos participam e são responsáveis pelas suas vidas acadêmicas e de outrem.

4.11 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S – NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o curso de Educação Física oferecerá aos seus alunos diversos serviços voltados à inclusão digital e ao acesso às TICs – Tecnologias de Informação.

Primeiramente, será disponibilizada rede wi-fi em toda a extensão da Faculdade de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica. É certo que a IES já possui um sistema acadêmico que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, porém, com o decorrer do curso, deverá ser criado um *app* da IES na qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo às suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

No decorrer do curso deverão também ser criados ou disponibilizados algumas TIC's essenciais para a área da saúde, como no caso o Laboratório Virtual de Anatomia, o Laboratório 3D de Anatomia e o Laboratório Virtual de Microscopia. Para atender a essas ações, a FACSUR disponibilizará recursos de informática aos seus discentes em laboratórios de informática e na biblioteca. As necessidades de recursos de *hardware* e *software* serão implementadas de acordo com as necessidades de cada curso.

Todos os laboratórios atenderão às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos). Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o VLIBRAS e o VOXI.

4.12 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Além das auto avaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a FACSUR optou pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina. A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, é realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas. Vale ressaltar que o Curso estará sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indicará aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da FACSUR, de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas. A avaliação do rendimento escolar do aluno será realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas sendo 60% a partir de provas bimestrais e 40% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos, holismo ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar estabelece duas avaliações semestrais, que podem ser compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas,

positions papers, one minute paper, entre outras avaliações queem conjunto ou isoladamente construirão a avaliação bimestral.

Para o primeiro bimestre, a avaliação total importará em 40% do peso total da média final, enquanto que a avaliação do segundo bimestre representará 60% da avaliação total, constituída por uma média ponderada das duas avaliações bimestrais. O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, poderá se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro). Assim, para a aprovação sem exame o aluno deverá perfazer média final 7,0 (sete) e, com exame final 5,0 (cinco), como condição mínima para seguir adiante no curso.

Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades de Complementação Profissional não serão avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período. Vale destacar também que disciplinas como as Práticas Integradas, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

4.12.1 A AVALIAÇÃO E A AUTONOMIA DO ALUNO

Conforme especificado acima, 40% do peso avaliativo de cada semestre será estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

4.12.2 A AVALIAÇÃO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS DISCENTES E O PLANEJAMENTO DE AÇÕES CONCRETAS PARA A MELHORIA DA APRENDIZAGEM

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc. Nesse sentido, o NDE estabelece que a obrigatoriedade no curso de entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa poder-se-á constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo. Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação sairá do papel de ser simplesmente um mediador da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modifica-las sempre que necessário.

4.13 NÚMERO DE VAGAS

Serão ofertadas 120 vagas anuais do Curso de Educação Física, nos turnos Matutino e Noturno. Destaque-se que devido à qualidade do curso, da rápida inserção no mercado de trabalho e dada à demanda reprimida em Pinheiro na região da baixada Maranhense, no Estado

de Maranhão, no que tange ao profissional egresso do Curso de Educação Física a gestão da IES prevê o preenchimento total das vagas ofertadas para os próximos 05 anos.

4.13.1 OS ESTUDESOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS PARA ADEQUAÇÃO DAS VAGASEM RELAÇÃO AO CORPO DOCENTE

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão da FACSUR estabeleceu os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

a) Estudo do perfil de professores de áreas diversas (saúde, ciências sociais, ciências humanas, ciências exatas) disponíveis em Pinheiro-MA;

- Professores que já ministraram em outras IES;
- Professores que possuam titulação mínima de especialização;
- Professores inseridos no mercado de trabalho.

b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;

c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;

d) Preferência por professores que unam os itens A e B com uma titulação *stricto sensu*;

e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra-aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, tcc, Atividades de Complementação Profissional etc;

f) Professores que venham de municípios próximos à Pinheiro-MA de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;

g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;

h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior na FACSUR do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas;

- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado;
- c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado;
- d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas;
- e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDEs, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a possibilidade de oferta de 120 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis em Pinheiro-MA. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica limitada ao processo autorizativo (coordenadores de curso, gestores e funcionários)

4.13.2 OS ESTUDOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS PARA ADEQUAÇÃO DAS VAGAS À INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Para determinar as 120 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

- a) Conforme a necessidade de laboratórios, foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes de atender as vagas do curso;
- b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas;
- c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado;
- d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas;
- e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitada;

f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

4.14 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM OS SISTEMAS LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE, ESPORTE, RECREAÇÃO E LAZER

Por se tratar de um curso em fase de autorização, neste momento a formalização de integração tratar-se-á de um processo de intenções de busca por firmar convênios junto ao Secretaria de Saúde e Esportes e Acadêmicas para possibilitar a inserção dos alunos no que concerne ao Estágio Supervisionado e outras atividades, para que seus alunos possam vivenciar a prática na sua região de inserção, bem como auxiliar na melhoria dos atendimentos em Educação Física. Nesse contexto, a Inserção dos Alunos será realizada pela gestão do estágio do curso de Educação Física.

Vale destacar que a localização geográfica da IES permite a inserção fácil dos alunos no ambiente de Estágio, na área da saúde, esporte, recreação e lazer, tanto em de Pinheiro quanto nas cidades vizinhas. Quanto à relação docente/nº de alunos, há que se destacar que o regulamento de Estágio Curricular Supervisionado prevê o número de **(VIDE REGULAMENTO DO ESTÁGIO)**.

O curso e a IES têm plena consciência de que o sistema vem passando ao longo do tempo por grandes transformações e conquistas, acompanhadas por algumas dificuldades na consolidação dos seus princípios. O funcionamento do sistema de referência e contrarreferência em saúde, proposto para contribuir com a garantia dos princípios de integralidade, equidade e universalidade, é um desafio que vem sendo enfrentado no país. Faz-se necessário um sistema de referência e contrarreferência que funcione de forma a promover a integração entre os serviços, para que em rede possam oferecer uma assistência de qualidade ao usuário.

4.15 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE

Durante o processo de formação inicial de profissionais, a Prática de Ensino tem um lugar e uma importância especial e única, afinal é no decorrer de suas atividades que os estudos realizados podem ser relacionados e criticados a partir da observação e vivência de experiências significativas acerca da prática profissional.

Trata-se de momentos para a realização do movimento ação-teoria-ação, tendo o profissional em formação oportunidade para debater as nuances da sua área com profissionais já inseridos no mercado de trabalho, estabelecer parâmetros e significados ao seu ambiente de trabalho, verificar as práticas e problemas encontrados no dia a dia de sua profissão e o real significado da atenção à saúde em ambientes simulados ou no próprio ambiente que irá estagiar e trabalhar no futuro.

Em se tratando de Educação Física, as práticas de ensino devem fomentar a discussão e a busca de reorientação dos modelos assistenciais existentes, conjugando, integralmente, as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como as de cuidados voltadas para o bem-estar e a qualidade de vida todos os cidadãos, através da prática de atividades físicas e esportivas.

Nesse sentido, ao estabelecer os parâmetros para este Projeto Pedagógico de Curso de Educação Física, os responsáveis buscaram não relegar as expectativas das práticas de ensino apenas para os laboratórios e a clínica escola, tampouco para o período já de maturidade do curso, mas um percurso que advém no currículo desde o início do curso, a saber:

=> Práticas nos laboratórios: Será onde os alunos irão por em prática os conceitos aprendidos durante o curso, sendo estes:

- Laboratório de Anatomia, onde os alunos irão obter a compreensão detalhada do corpo humano, proporcionando aos alunos uma compreensão profunda da estrutura do corpo humano, incluindo ossos, músculos, órgãos e sistemas.;

- Laboratório de Fisiologia Humana, onde os alunos irão compreender os processos fisiológicos fundamentais do corpo humano, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula por meio de experimentos práticos, observações e simulações.;

- Laboratório de Bases Biológicas, onde os alunos terão a disponibilidade de obter uma sólida compreensão teórica e prática dos princípios biológicos fundamentais, incluindo biologia celular, embriologia e genética;

- Laboratório de Desempenho Humano, onde os alunos terão a oportunidade de aplicar seus conhecimentos relacionados à análise o performance humana e esportiva de indivíduos em diversas atividades esportivas e exercícios, utilizando tecnologias avançadas e protocolos científicos.

- Laboratório de Esportes (Ginásio), onde o aluno terá um ambiente que possa desenvolver os conteúdos da cultura corporal do movimento e os fundamentos e técnicas em diversos esportes, aplicando na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula

=> Práticas na Clínica Escola: Após o quarto semestre do curso, com o nível mais complexo de atividades, o curso instituirá uma Clínica Escola de Educação Física para que os alunos possam conviver com as práticas do dia a dia da profissão e auxiliar a comunidade da região de inserção.

4.15.1 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE: OS LABORATÓRIOS MULTIFUNCIONAIS

=> Práticas nos laboratórios: Será onde os alunos irão por em prática os conceitos aprendidos durante o curso, sendo estes:

- Laboratório de Anatomia, onde os alunos irão obter a compreensão detalhada do corpo humano, proporcionando aos alunos uma compreensão profunda da estrutura do corpo humano, incluindo ossos, músculos, órgãos e sistemas.;

- Laboratório de Fisiologia Humana, onde os alunos irão compreender os processos fisiológicos fundamentais do corpo humano, aplicando os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula por meio de experimentos práticos, observações e simulações.;

- Laboratório de Bases Biológicas, onde os alunos terão a disponibilidade de obter uma sólida compreensão teórica e prática dos princípios biológicos fundamentais, incluindo biologia celular, embriologia e genética;

- Laboratório de Desempenho Humano, onde os alunos terão a oportunidade de aplicar seus conhecimentos relacionados à análise o performance humana e esportiva de indivíduos em diversas atividades esportivas e exercícios, utilizando tecnologias avançadas e protocolos científicos.

- Laboratório de Esportes (Ginásio), onde o aluno terá um ambiente que possa desenvolver os conteúdos da cultura corporal do movimento e os fundamentos e técnicas em diversos esportes, aplicando na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

5 DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O NDE – Núcleo Docente Estruturante inicial do Curso de Educação Física foi constituído por professores que serão lotados no curso, todos com grande experiência e titulação.

As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das Atividades de Complementação Profissional;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES.

MEMBROS DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Obs* O NDE de Educação Física atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007=> Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação Stricto Sensu e mínimo de 20% em regime Integral.

OBS DADO OS DOIS PRIMEIROS ANOS DO CURSO SEREM CONSTITUÍDOS DE NÚCLEO BÁSICO, OPTOU-SE POR CONSTITUIR UM NDE DE FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR.**

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Marlon Lemos de Araujo (Coordenador)	Doutor	Integral
João Francisco Silva Rodrigues	Doutor	Integral
Eliana Cardoso Lápis	Mestre	Integral

Rapharl Furtado Marques	Mestre	Integral
Nivaldo de Jesus Silva Soares Junior	Doutor	Integral

Nesse sentido, destaque-se que este PPC de Bacharelado em Educação Física é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), contando com a colaboração dos docentes, e posteriormente dos discentes e de toda comunidade. Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

5.1.1 NDE: OS ESTUDOS E A ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO PPC

Para compor o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, o PPC designado para o curso iniciou seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso de Educação Física.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades sociorregionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCNs para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca de Pinheiro-MA e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, mesmo antes de receber a visita in loco para o curso, o NDE já efetivou mudanças no documento e no curso.

5.1.2 NDE: OS PROCEDIMENTOS PARA PERMANÊNCIA DOS MEMBROS DO NDE ATÉ O ATO REGULATÓRIO SEGUINTE

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE será contratado como horista, ou seja, todos terão carga horária no formato integral ou parcial e estabilidade por no mínimo 5 anos, previsto em portaria. Isso irá fazer com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso. Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dará preferência de disciplinas gerais para professores já presentes na FACSUR. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos, aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com a FACSUR, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaquem-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilitará com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades da FACSUR.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra-aulas são também formas de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e à FACSUR.

5.2 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Desse modo, no caso do Curso de Educação Física da FACSUR, o coordenador de curso possui o regime Integral para poder se dedicar aos afazeres de gestão do curso, ou seja, serão 40 horas/aula dedicadas ao curso.

Vale destacar que o coordenador foi inserido no NDE do curso, bem como no colegiado de Educação Física, tudo com o objetivo de possibilitar a gestão e acompanhamento de alunos, docentes e do PPC.

Da mesma forma, visando que as decisões em nível institucional não sejam unilaterais, o coordenador de Educação Física faz parte do Conselho Superior da Faculdade – CONSUP, conforme pode ser verificado a partir das portarias institucionais.

6. OS INDICADORES QUE SUBSIDIAM A GESTÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FACSUR

A FACSUR tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que as expectativas positivas de uma gestão de curso seja efetivada.

Assim, são prerrogativas da gestão do curso de Educação Física o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advêm tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem direta ou indiretamente com o curso em questão.

A FACSUR parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, contabilidade etc, na gestão dos cursos de graduação muitas coisas também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do corpo docente no curso. Justamente no lado mais acadêmico é que se sente necessidade de ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se foca na coordenação de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula e

ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não - acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Educação Física, bem como de outros cursos de graduação da IES, serão constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

A) FUNÇÕES DE NATUREZA POLÍTICA:

- O Coordenador do Curso exercerá o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo– junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negociará com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motivará estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

B) FUNÇÕES DE NATUREZA GERENCIAL:

- Supervisionará a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhecerá e contribuirá para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formulará fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

C) FUNÇÕES DE NATUREZA ACADÊMICA:

- Contribuirá para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integrará os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Liderará o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimulará os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução dos PIs – Práticas Integradas, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

D) FUNÇÕES DE NATUREZA INSTITUCIONAL:

- Contribuirá para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontrará meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firmará contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procurará ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a FACSUR terá na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso. O coordenador escolhido para fazer a gestão da Curso de Bacharelado em Educação Física da FACSUR deverá possuir uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

6.1 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Por se tratar de um curso em fase de autorização, os parâmetros relacionados à adequação da titulação do corpo docente do curso em relação ao perfil do egresso ensejado em Educação Física são estabelecidos por meio de relatório constituído pela coordenação do curso em diálogo com as instâncias acadêmicas e administrativas da IES.

Trata-se de relatório que justifica a escolha do corpo docente inicial do curso, considerando:

- a) Formação aderente às disciplinas que serão ministradas, sejam elas pedagógicas ou específicas do curso;
- b) Experiência no magistério superior, de modo que o docente possua capacidade para analisar os conteúdos curriculares do componente curricular a ele designado e deste determinar os conteúdos programáticos a serem utilizados, bem como ampliar qualitativamente as bibliografias estabelecidas para a disciplina;
- c) Preferência por docente com experiência prática de mercado, de modo apreciar positivamente o perfil do egresso ensejado para o curso;
- d) Formação preferencialmente *stricto sensu*, pois desse modo esses docentes poderão analisar com profundidade os conteúdos curriculares a eles designados, explicitando aos alunos a importância destes para as suas formações profissionais, acadêmicas ou cidadãs, bem como elevar o senso crítico desses alunos em relação aos conhecimentos ministrados, proporcionando a eles literatura que ultrapasse os limites daquelas designadas no PPC;
- e) Professores com titulação constituída a partir de pesquisa acadêmica para que possam, não apenas “ensinar” os conteúdos curriculares, mas fomentar nos alunos a

“construção” dos conhecimentos. Para tal, adicional à qualidade das aulas propostas, os professores podem e devem formar grupos de estudos e proporcionar publicações no âmbito das suas áreas na FACSUR;

Obs* Para proporcionar esse ambiente de construção de conhecimentos e autonomia dos alunos, conforme já fora explicitado em outras seções deste PPC, a FACSUR estimulará as metodologias ativas para uso em todos os cursos de graduação, bem como fornecer subsídios institucionais para a publicação acadêmica, como por exemplo as revistas eletrônicas no site institucional.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Bacharelado em Educação Física será constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Da mesma forma, os professores serão estimulados à educação permanente, tanto pelo oferecimento, pela FACSUR, de cursos de pós-graduação Lato Sensu, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral. Possibilitando assim a capacitação do docente para atender a necessidade do aluno tanto da teoria como da prática.

A Instituição também oferecerá apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da FACSUR.

Assim, pode-se determinar que são atribuições do corpo docente:

- Ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;
- Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- Elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- Responder pela ordem nas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- Fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- Comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;

- Propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino e da pesquisa;
- Realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica;
- Analisar sistematicamente o componente curricular de modo a melhorar a sua eficácia, inclusive com a indicação de novas bibliografias e métodos de ensino- aprendizagem.

Para ingresso na Faculdade e no curso os professores serão selecionados pela Coordenador.

Os requisitos exigidos para a docência são:

a) Titulação acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.

b) Formação não acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).

c) Experiência acadêmica=> Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.

d) Experiência profissional=> Para disciplinas mais específicas de Educação Física o requisito experiência é fundamental, já para as disciplinas de formação geral, a experiência em Educação Física não é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

O perfil e a titulação do corpo docente do Curso de Graduação em Educação Física da FACSUR para os dois primeiros anos de funcionamento estão representados nas tabelas, a seguir:

Titulação	Quantidade	Percentual
Especialistas	1	7%
Mestres	8	53%
Doutores	6	40%
Total	15	100,00%

1º SEMESTRE

Disciplina	Docente	Titulação
Introdução a Educação Física	Raphael Furtado Marques	Mestre
Anatomia Humana	Maury Luz	Mestre
Bases Biológicas Aplicadas a Educação Física	Giseldo Pinheiro Lopes	Mestre
Ética e Relação: Princípios, Valores e Legislação	Nivaldo de Jesus silva Júnior	Doutor
Metodologia Científica e Bioética em Pesquisa	Saulo José Fiqueredo Mendes	Doutor
Tecnologia de Informação em Educação Física	Eliana Cardoso Lápis	Mestre
Práticas Integradas em Educação Física I	Michel Monteiro Macedo	Doutor
Atividades de complementação profissional I	Giseldo Pinheiro Lopes	Mestre
Atividades Extensionistas I (Projeto de Extensão Aplicada as Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)	Sâmia Amélia Mendes	Mestre

2º SEMESTRE

Disciplina	Docente	Titulação
Embriologia e Genética	Matheus Silva Alves	Doutor
Esportes Individuais I- Atletismo	Raphael Furtado Marques	Mestre
Esportes Individuais II- Lutas	Bruno Luiz Galvão de Miranda	Mestre
Sociologia e Antropologia	Edvaldo Rogério Teixeira dos Santos	Mestre
Fisiologia Humana e Biofísica	João Francisco Silva Rodrigues	Doutor
Cinesiologia e Biomecânica	Nivaldo de Jesus Silva Soares Júnior	Doutor
Práticas Integradas em Educação Física II	Michel Monteiro Marcedo	Doutor
Atividades de Complementação profissional II	Giseldo Pinheiro Lopes	Mestre
Atividades Extensionistas II (Projeto de Extensão Aplicada as Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES	Sâmia Amélia Mendes	Mestre

3º SEMESTRE

Disciplina	Docente	Titulação
Esportes Coletivos I- Futebol e Futsal	Marlon Lemos de Araújo	Mestre

Esportes Coletivos II- Basquete	Raphael Furtado Marques	Mestre
Recreação e Lazer	Bruno Luiz Galvão de Miranda	Mestre
Fisiologia e Bioquímica do Exercício	Marlon Lemos de Araujo	Doutor
Psicologia Aplicada a Educação Física	Marcílio Câmara Costa	Especialista
Crescimento, Desenvolvimento e Desempenho Motor	Nivaldo de Jesus Silva Soares Junior	Doutor
Nutrição Aplicada A Educação Física	Marlon Lemos de Araujo	Doutor
Práticas Integradas em Educação Física III	Michel Monteiro Macedo	Doutor
Atividades de Complementação profissional III	Giselmo Pinheiro Lopes	Mestre
Atividades Extensionistas III (Projeto de Extensão Aplicada as Áreas de Grande Pertinência Social na Região de Inserção da IES)	Sâmia Amélia Mendes	Mestre

4º SEMESTRE

Disciplina	Docente	Titulação
------------	---------	-----------

Esportes Coletivos III- Handebol	Nivaldo de Jesus Silva Soares Júnior	Doutor
Esportes Coletivos IV- Voleibol	Bruno Luiz Galvão de Miranda	Mestre
Aprendizagem Motora	Marlon Lemos de Araujo	Doutor
Educação Adaptada	Raphael Furtado Marques	Mestre
Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física	Bruno Luiz Galvão de Miranda	Mestre
Saúde Coletiva Aplicada a Educação Física	Eliana Cardoso Lâpis	Mestre
Relações Étnicas Raciais e Direitos Humanos	Herbeth Barreto de Sousa	Mestr e
Práticas Integradas em Integradas em Educação Física IV	Michel Monteiro Macedo	Doutor
Atividades de Complementação profissional IV	Giseldo Pinheiro Lopes	Mestre
Atividades Extensionistas IV (Projeto de Extensão Aplicada as Áreas de	Sâmia Amélia Mendes	Mestre

Grande Pertinência da IES		
---------------------------	--	--

RELAÇÃO DE DOCENTES E TITULAÇÃO

DOCENTE	Titulação
Bruno Luiz Galvão de Miranda	Mestre
Edvaldo Rogério Santos Teixeira	Mestre
Eliana Caardoso Lápis	Mestre
Giselmo Pinheiro Lopes	Mestre
Herbeth Barreto de Sousa	Mestre
João Francisco Silva Rodrigues	Doutor
Marlon Lemos de Araujo	Doutor
Marcílio Câmara Costa	Especialista
Matheus Silva Alves	Doutor
Maury Luz Pereira	Mestre
Michael Monteiro Macedo	Doutor
Nivaldo de Jesus Silva Soares Júnior	Doutor
Samia Amélia Mendes	Mestre
Raphael Furtado Marques	Mestre
Saulo José Figueredo Mendes	Doutor

6.2 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Da mesma forma que se busca permitir uma maior dedicação do coordenador à IES, para o corpo docente é estipulada as mesmas prerrogativas. Para tal, busca-se contratar, preferencialmente, os professores em regime integrale parcial.

Tal distribuição é estabelecida de modo que o docente possa atender de maneira plena aos seus alunos, participar de reuniões colegiadas, planejar os processos de ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. Ademais, busca-se fornecer aos professores atividades extra-aulas de modo que se envolvam também nas questões institucionais como, por exemplo, o atendimento de núcleos como os de pesquisa e extensão, relacionamento estudantil e nivelamento, tecnologia e inovação pedagógica ou a condução de laboratórios didáticos.

Essas expectativas são delineadas semestralmente a partir de planilha que apresenta das atribuições individuais de cada professor para o semestre, documento descritivo disponível para consulta por docentes e gestão da IES na coordenação de curso. Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasses, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outras atividades, conforme já destacamos.

O Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso Superior de Graduação em Educação Física da IES está representado nas tabelas, a seguir:

Regime de Trabalho	Quantidade	Percentual
Horista	0	0,00%
Parcial	3	20%
Integral	12	80%
Total	15	100,00%

DOCENTE	TITULAÇÃO	TRABALHO
Bruno Luiz Galvão de Miranda	Mestre	Integral

Edvaldo Rogério Santos Teixeira	Mestre	Parcial
Eliana Cardoso Lápis	Mestre	Integral
Giseldo Pinheiro Lopes	Mestre	Integral
Herbeth Barreto de Souza	Mestre	Integral
João Francisco Silva Rodrigues	Doutor	Integral
Marcílio Câmara Costa	Especialista	Integral
Marlon Lemos de Araujo	Doutor	Integral
Matheus Silva Alves	Doutor	Parcial
Maury Luz Pereira	Mestre	Integral
Michel Monteiro Macedo	Doutor	Integral
Nivaldo de Jesus Silva Soares Júnior	Doutor	Integral
Raphael Furtado Marques	Mestre	Integral
Sâmia Amélia Mendes Silva	Mestre	Integral
Saulo José Fiqueredo Mendes	Doutor	Parcial

6.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas, conteudistas e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

6.3.1 PLANO DE CARREIRA DOCENTE

A IES tem protocolado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que podem ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

6.3.2 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a FACSUR incentiva os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal oferta especializações lato sensu.

Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos stricto sensu.

6.4 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Primeiramente, há que se destacar que a FACSUR tem plena consciência de que o exercício da docência no ensino superior não deve ser compreendido apenas como um ato de ministrar aula, pois diante das necessidades acerca da formação profissional, o conceito vai muito além.

A mobilidade social e as mudanças emergentes do mercado de trabalho exigem que o profissional docente no ensino superior esteja atento a tudo que configura a formação do seu aluno. Nesse contexto, o mesmo relatório que determina e justifica a escolha dos docentes no curso de Educação Física no que tange à titulação e experiência profissional, também aponta as expectativas acerca da preferência do curso à contratação de docentes com experiência no magistério superior. Para adequação do corpo docente, buscaram-se professores que em suas

experiências no ensino superior tivessem relação estreita com o perfil do egresso ensejado na IES.

Além disso, questões como a capacidade de análise das dificuldades dos alunos, prática didática acessível e sensibilidade na indicação de ações que promovam a melhoria da qualidade em se apreender os conteúdos curriculares, bem como características como a habilidade de apresentar exemplos contextualizados, foram perspectivas inerentes às entrevistas feitas com os professores escolhidos para o curso.

As expectativas dos docentes foram estabelecidas também considerando o conhecimento e prática para lidar com avaliações formativas, tudo para que os resultados advindos dos alunos possam servir como ferramenta para redefinir a prática docente.

Foram assertivas também na escolha dos professores a capacidade de liderança e as produções acadêmicas.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

6.5 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A Coordenação do Curso de Educação Física constituiu o regulamento que estabelece as responsabilidades e a atuação do Colegiado do curso.

Dentre outras várias questões, o regimento prevê:

- a) Representatividade dos segmentos envolvidos no curso: professores, alunos e corpo técnico-administrativo;
- b) Reuniões ordinárias com registro das decisões colegiadas;
- c) Fluxo semestral que determina a avaliação do seu desempenho e práticas sistemáticas de gestão do curso.

Porém, dado ao fato de que se trata de um processo de autorização não se faz possível neste momento ter-se ampla representatividade, principalmente pela ausência de atores como os alunos, o colegiado será instituído como provisório no processo autorizativo, estabelecido pelos mesmos membros do NDE e, após o início da primeira turma, será eleito novo colegiado então com a presença do corpo técnico administrativo e alunos a ele incorporado.

Então, neste momento, o Colegiado do Curso de Graduação em Educação Física será composto pelo Coordenador do Curso e por, pelo menos, 04 (quatro) docentes.

Ao Colegiado, na forma como ele será instituído, competirá o seguinte:

- a) Propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) Aprovar o plano de atividades de curso;
- c) Promover a articulação e a integração das atividades docentes;
- d) Propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) Opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) Responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) Desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) Distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) Responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) Elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) Avaliar o desempenho individual de cada docente;
- l) Participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) Promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
- n) Avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) Constituir comissões especiais para assuntos específicos;
- p) Acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;
- q) Exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;
- r) Fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado de Curso, presidido pelo (a) Coordenador (a) de Curso, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados são as que estão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso.

O colegiado do Curso de Graduação em Educação Física será constituído pelos seguintes membros:

PROFESSOR	REPRESENTAÇÃO
Marlon Lemos de Araujo	Coordenador
Michel Monteiro Macedo	Representante Docente
Saulo José Figueredo Medeiros	Representante Docente
Sâmia Amélia Mendes Silva	Representante Docente
Bruno Luiz Galvão de Miranda	Representante Docente
Maury Luz Pereira	Representante Docente
João Francisco Silva Rodrigues	Representante Docente
A Designar	Aluno

6.6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Conforme pode ser verificado pelo relatório de escolha do corpo docente, houve da parte da IES a preferência por professores com ampla produção acadêmica. Porém, é sabido por todos (as) a dificuldade em se publicar trabalhos no Brasil e no mundo, bem como unir as atividades de Ensino com as atividades de Pesquisa.

Assim, após o início das aulas, a IES prevê a constituição de revistas acadêmicas na área do curso de modo que os docentes possam aumentar os seus escores de publicações, bem como divulgar os trabalhos e os conhecimentos produzidos nos cursos de graduação. Vale destacar também que a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física permitirá que em vários semestres as áreas e disciplinas realizem Práticas Interdisciplinares cuja pesquisa permitirá mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período, tanto por professores, quanto por alunos.

Cada disciplina será aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases.

Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso. Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes. A Faculdade possui uma Coordenação específica de Pesquisa e Iniciação Científica, a qual publicará semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.

7.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores que exercerão atividades em Tempo Integral no curso e, assim, poderem ter condições de desenvolverem trabalhos em condições de comodidade e privacidade.

Tais gabinetes estão localizados próximos à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Assim, pode-se dizer que os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- Computadores com acesso à internet;
- Impressora ligada à rede;
- Armário para a guarda de materiais de expediente e utensílios pessoais, com chave;
- Porta com chaves que garantem a privacidade no atendimento aos alunos e no planejamento de suas atividades.
- Webcam para flexibilidade no atendimento e reuniões remotas;

OBS: Todos os gabinetes são equipados com mesas, cadeiras e utensílios de escritório e ar-condicionado.

7.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos e professores de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem da gestão acadêmica.

Por isso, o Curso de Educação Física possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, webcam, ar condicionado, computador, impressora e acesso a internet. Além disso, o coordenador possui acesso diferenciado aos recursos de TI da IES, pois o mesmo possui acesso irrestrito ao sistema acadêmico e ao banco de dados, tudo com a perspectiva de gerenciar o curso a partir de dados advindos do sistema como notas, desempenho, recursos etc.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornecerá uma secretária acadêmica para atender ao curso.

7.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, a FACSUR tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, na FACSUR há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Armário para a guarda de materiais de expediente e utensílios pessoais, com chave;
- TV;
- Computador com impressora, ligado à rede de internet;
- Sala de descanso, com poltronas, sofá, almofadas e notebook.
- Acesso à internet;
- Ar condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades

7.4 SALAS DE AULA

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, a FACSUR constitui todas as instalações de forma que possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

⇒ ACÚSTICA

Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

⇒ ILUMINAÇÃO

Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

⇒ CLIMATIZAÇÃO

Todas as salas de aulas são climatizadas.

⇒ MOBILIÁRIO

Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores.

⇒ LIMPEZA

As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo são mantidas limpas.

⇒ RECURSOS TECNOLÓGICOS

As salas de aula possuem data-shows disponíveis (a partir de reserva na coordenação de TI) e acesso à internet em todas as salas e TV permanente.

7.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de um laboratório de informática que serve às necessidades dos professores dentro do horário de aula e fora dele, podendo ser reservado com antecedência de, pelo menos, 24 horas.

O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A permanência dos estudantes é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

Visando a flexibilidade de espaço, quando não há reservas, o Laboratório fica disponível para ser usado pelo aluno quando quiser utilizar equipamentos de informática.

Outrossim, deve-se destacar a quantidade grande de computadores disponíveis na biblioteca para o uso de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses.

Além disso, há wifi disponível em todos os espaços da IES.

7.6 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Os laboratórios de formação básica atenderão aos quatro primeiros semestres do curso.

Eles permitem a realização de experiências práticas, projetos e pesquisas orientadas aos alunos no currículo inicial.

Afinal, é imperativo que alunos possam comprovar os resultados teóricos obtidos através de experiências práticas, inclusive nas fases iniciais do curso.

Esses laboratórios, além de bem equipados, estão afinados com a proposta base, ou seja, ambientes dedicados que permitem a concentração de ideias e objetivos muito bem definidos para a produção de conhecimento e pesquisa, pois a utilização de equipamentos e tecnologias atuais nos procedimentos e na estrutura traz como consequência um processo de aprendizado racional e rápido.

Além disso, esses laboratórios devem ainda ter como propósito, contribuir para a formação de indivíduos tecnologicamente atualizados e competentes.

Para o curso de Bacharelado em Educação Física estão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas nos laboratórios, sempre sob a supervisão de pessoal qualificado. A coordenação de curso encarrega-se de acordar com os professores os horários que devem utilizar o parque de equipamentos e desenvolver práticas discentes.

Os Laboratórios de Formação Básica serão:

- Laboratório Anatomia Humana
- Laboratório Integrados: Microscopia, etc.
- Laboratório Bases Biológicas

7.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios de formação específica são aqueles que serão utilizados em conteúdos que fazem parte do currículo do curso após o quarto semestre, como a futura Clínica Escola.

7.8 LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE

Os laboratórios de Ensino para a Área da Saúde na FACSUR seguem os padrões de segurança para que possam oferecer apoio instrucional e técnico ao curso.

Há um plano de manutenção do patrimônio da FACSUR que contempla a manutenção periódica que deverá obedecer à disposição do calendário de verificação, análise e ponderações acerca da permanência da identidade laboratorial ou de sua atualização, a fim de acompanhar desde a modernização do design de ambiente, até a atualização tecnológica dos instrumentos de trabalho e pesquisa.

Os laboratórios possuem regulamentos próprios, que disponibilizam as normas de funcionamento, manuseio e trânsito em suas instalações.

Todos são adequados ao quantitativo de alunos previstos e terão o funcionamento organizado através da implementação de cronograma de utilização e atividades a serem desenvolvidas.

Os equipamentos serão avaliados periodicamente, objetivando sua atualização. Ao mesmo tempo, alguns insumos necessários para o funcionamento dos laboratórios e a consequente dinâmica de aula, serão adquiridos regularmente, a partir da elaboração de planilha de planejamento de alimentação e manutenção de cada laboratório.

O acesso às suas dependências é fácil e possível mesmo para os que apresentam algum tipo de dificuldade motora.

7.9 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

TOMBAMENTO, ACESSO E CONSULTA:

Toda a bibliografia do curso de Educação Física está devidamente tombada e com acesso tanto aos alunos, quanto aos professores e gestores do curso, seja no âmbito físico (softwares de gestão da biblioteca) ou digital (web).

ATUALIZAÇÃO DO ACERVO:

A atualização do acervo é feita semestralmente a partir da indicação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares na semana pedagógica e enviado à mantenedora para compra.

Da mesma forma, é disponibilizada toda a plataforma digital integralmente para que os professores possam pesquisar os livros que se adequam as necessidades do curso.

Outrossim, livros como Fisiologia do exercício etc, são atualizados atualmente pela própria biblioteca a partir de pedido de compra à mantenedora que já possui reserva de orçamento anual previsto para tal.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são os seguintes:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Para o curso de Bacharelado em Educação Física a FACSUR deu preferência às bibliografias virtuais, em razão da rápida atualização que se fazem tais suportes digitais o que é extremamente necessário ao curso em tela. Outrossim, deve-se destacar a própria característica da IES de busca por se diferenciar como uma instituição que busca na inovação e na inclusão tecnológica a marca e o diferencial também dos seus alunos.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a indicação de cada um dos livros utilizados para o curso, sendo que todos estão tombados e devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

Para cada componente curricular foram escolhidos o mínimo de 3 títulos para a bibliografia básica e 5 para a complementar, mas que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso.

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

7.10.1 PERIÓDICOS

No que tange às Revistas de circulação que são necessárias para atualização das notícias acerca da movimentação e descobertas científicas na área das saúde e dos Periódicos Especializados, primeiramente são disponibilizados os títulos referentes à primeira fase do curso que se centra na FORMAÇÃO GERAL (Sociologia, Filosofia, Ética, etc).

Neste sentido, o curso disponibiliza na biblioteca virtual e no site institucional o acesso às revistas indexadas de maior circulação e indicadas pelos docentes para que os alunos possam pesquisar e se utilizar do material, inicialmente conforme segue (a lista será atualizada sistematicamente):

Revista Brasileira de Ciências do Esporte	https://www.scielo.br/j/rbce/	on line portal do IES
Journal of Physical Education	https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/index	on line portal do IES
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	https://revistas.usp.br/rbefe	on line portal do IES
Caderno de Educação Física e Esporte	https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/index	on line portal do IES
Revista Brasileira de Nutrição esportiva	https://www.rbne.com.br/index.php/rbne	on line portal do IES
Revista Brasileira de Qualidade de Vida	https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv	on line portal do IES

Caderno Brasileira de Ensino de Física	https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica	on line portal do IES
Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do exercício	https://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/index	on line portal do IES
Educação Física em revista	https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr	on line portal do IES
Movimento - Revista de Educação Física da UFRGS	https://seer.ufrgs.br/Movimento	on line portal do IES
Revista Brasileira de Futsal e Futebol	https://www.rbff.com.br/index.php/rbff	on line portal do IES
Revista de Educação Física, Saúde e Esporte	https://refise.ifce.edu.br/refise	on line portal do IES
Journal of Physical Education and Sport	https://efsupit.ro	on line portal do IES
Revista Brasileira de Medicina do Esporte	https://rbme.org/	on line portal do IES
Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde	https://rbafs.org.br/RBAFS	on line portal do IES
Arquivos Brasileiros de Cardiologia	https://abccardiol.org/	on line portal do IES
Revista Brasileira de Futebol e Futsal	http://www.rbff.com.br/index.php/rbff	on line portal do IES
	http://www.rbne.com.br/index.php/rbne	on line portal do IES

Revista Brasileira de Nutrição Esportiva		
Lecturas: Educación Física y Deportes	https://efdeportes.com/efdportes/index.php/EFDeportes	on line portal do IES
Motriz. Revista de Educação Física/	https://www.scielo.br/j/motriz	on line portal do IES

7.11 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a FACSUR constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos deficientes matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA/ MOTORA:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.
- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:

- I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.
- II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile
- III. Colocação de anel tátil nos corrimãos
- IV. Placa de início e final de corrimãos.
- V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
 - c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
 - d) Software de ampliação de tela do computador;
 - e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
 - f) Lupas, régua de leitura;
 - g) Scanner acoplado a computador;
 - h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

PARA OS USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.

II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:

- a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
- b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
- g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como: Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação. Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.

- a) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- b) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- c) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- d) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.



Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos. A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantese idosos. Essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento. Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial: Acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou



subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

a) Alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

8. ANEXOS

8.1 REGULAMENTO DAS PRÁTICAS INTEGRADAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DAS CARACTERÍSTICAS DAS PRÁTICAS INTEGRADAS

Art. 1º Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física da FACSUR.

§1º Por suas especificidades e características, a elaboração das Práticas Integradas reger-se-á por este regulamento específico.

TÍTULO I

Da Carga – Horária das Práticas Integradas

Art. 2º No curso de graduação em Educação Física, a carga horária semestral das Práticas Integradas constituir-se-á de horas/aula divididas e previstas da seguinte maneira:

I) Horas/aula semestrais para orientação dos grupos de alunos por professores designados para o semestre.

II) Horas/aula semestrais pertencentes ao aluno para a constituição do Projeto, execução do Projeto, composição do relatório e socialização do trabalho, tudo organizado pelo professor e definidas as fase e prazos em calendário escolar no início do semestre.

§1º Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências da FACSUR na semana das Práticas Integradas, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo.

§2º O professor das Práticas Integradas será responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários das aulas das Práticas Integradas.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º As Práticas Integradas, em cada um dos períodos oferecidos na estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física, tem por objetivo geral, possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma

concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.



Art. 4º Entre os objetivos específicos do Curso de Bacharelado em Educação Física estão:

- I)** Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- II)** Promover atividades extra sala, para que se possa investigar e colher informações;
- III)** Despertar nos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- IV)** Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- V)** Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- VI)** Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.
- VII)** Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos dos fundamentos da ética e da responsabilidade social no contexto organizacional contemporâneo;
- VIII)** Compreender a natureza e a forma da prática da ética nas organizações, bem como da condução de seus processos;
- IX)** Estudar e entender a responsabilidade social do ponto de vista pessoal e organizacional;
- X)** Reconhecer na prática, a diferença entre ação responsável e obrigações sociais;
- XI)** Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;
- XII)** Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;
- XIII)** Vivenciar o ambiente corporativo, bem como seu vocabulário específico.

TÍTULO III

DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

Art. 5º Para a realização das Práticas Integradas, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

Art. 6º As Práticas Integradas deverão ser elaboradas em equipes, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.



Parágrafo único: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor responsável (determinado e não ultrapassado o número de vagas para cada docente).

Art. 7º As equipes formadas serão orientadas pelos professores das respectivas turmas, ou ainda pelos professores das disciplinas ministradas nos períodos onde os alunos se encontram matriculados, a desenvolverem um trabalho voltado para o tema ou título do projeto.

Art. 8º O tema proposto pelo grupo deverá ser entregue em tempo hábil do período, assim como o objetivo das disciplinas em cumprir o tema proposto. Os temas / títulos deverão ser escolhidos pelo grupo ou definidos pelos professores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

Art. 9º O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados em órgãos de saúde devidamente credenciados para isso, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a Instituição e a organização/empresa governamental ou não-governamental cedente.

§1º Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

§2º Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação de Banca examinadora e em apresentação no formato Pôster.

§3º O Professor da disciplina será o responsável por avaliar projeto, relatório e pôster.

§4º As notas atribuídas serão de responsabilidade do professor.

§5º Caberá a apresentação do projeto a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de pôster, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Art. 10 Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Art. 11 O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.



Parágrafo único: Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

TÍTULO IV

DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

Art. 12. Caberá a um ou mais professores que compõem cada um dos períodos/semestres do Curso de EDUCAÇÃO FÍSICA, a orientação das Práticas Integradas a todos os grupos dos quais a sua disciplina seja parte integrante como área de concentração, constituindo as suas horas/aula conforme o regime a que for contratado pela IES.

Art. 13. A Coordenação de Curso indicará o número de vagas destinadas para cada professor, sendo que o número de orientações não deverá ultrapassar 05 (cinco) equipes orientadas para cada professor do semestre/período.

§1º: Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, como é reconhecido no mercado de trabalho, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.

§2º. Caberá ao professor designado garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto aos professores e alunos.

§3º. Os professores designados como responsáveis pela Unidade Curricular – Práticas Integradas, solicitarão junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade, quando necessários.

TÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

Art. 14. As Práticas Integradas deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor orientador responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

§1º Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem direito a novo protocolo.



Art. 15. Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina de Práticas Integradas, devendo os mesmos a cumprirem no regime de dependência no período letivo seguinte.

Art. 16. O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

I - Parte escrita (Avaliação da Banca examinadora) - (NP1): 5 pontos. Avaliação do Professor – (NP1): 5 pontos.

II – Parte de Pôster e Apresentação do grupo (NP2): 10 PONTOS

III – A média final será composta pela média simples da NP1 e NP2

TÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

Art. 17. As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos.

§1º. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos.

§2º. Atas de reuniões para o desenvolvimento do trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor(a).

DO PÔSTER

Art. 18. A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 900 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina**.

Art. 19. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou, quando autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

Art. 20 O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.



Art. 21 A avaliação do pôster será feita por equipe/banca de professores do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

I) as respostas às questões formuladas nas várias disciplinas.

Interdisciplinaridade das observações, cálculos, conclusões e respostas;

II) discussão das questões envolvidas;

III) criatividade e metodologia científica;

IV) a escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Art. 21. Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.

FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DAS PRÁTICAS INTEGRADAS

Curso	BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA		
Período		Turma	
Professor			

COMPONENTES/EQUIPE DO PROJETO	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	

8	
---	--

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Contato/e-mail	

TÍTULO DO TRABALHO

ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO – PRÁTICAS INTEGRADAS

- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)
- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Instituição Estudada/Pesquisada**.

1 DESCRIÇÃO DO RAMO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA E/OU

ATIVIDADE SOCIAL* (elemento obrigatório):

Há necessidade de embasamento bibliográfico.

Fazer uma análise descritiva sobre a área pesquisada, profissional pesquisado, instituição ou órgão.. Pode ser uma Instituição Pública, Empresa Pública, Empresa Privada, Organização Não Governamental.



2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA* (elemento obrigatório): Há necessidade de embasamento bibliográfico.

2.1 BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação dos profissionais, da instituição/organização, porte, número de colaboradores e outros aspectos importantes.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da instituição/organização, valores abrangidos (sociais, políticos, econômicos, outros) e metas.

2.3 NATUREZA DA ATIVIDADE: PRODUTOS E SERVIÇOS: Fazer uma análise caracterizada e detalhada dos serviços oferecidos e se atende ao SUS.

2.4 PRINCIPAIS USUÁRIOS: Caracterizar o público-alvo.

2.5 ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO: Descrever quais setores.

3. DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar a instituição, área ou problema com foco da pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.

- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

4 PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÃO E/OU TOMADA DE DECISÃO* (elemento obrigatório):

Identificação do problema da área ou da organização e solução e/ou melhoria do processo, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho, isto é, das Práticas

Integradas. (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no Projeto também podem ser destacadas).

- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento das Práticas Integradas.

- **APÊNDICE** (elemento obrigatório): Apresentação do Relatório de Visita Técnica.

- **ANEXO** (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores das Práticas Integradas, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.

8.2 NORMAS PARA ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL I -

Disposições Preliminares

A Coordenação do Curso de Educação Física da FACSUR, no uso de suas atribuições, divulgam as Normas de Funcionamento das Atividades de Complementação Profissional, destinadas ao curso de graduação em Educação Física.

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional que compõem o currículo do curso de graduação em Educação Física da FACSUR, em sua sede e demais unidades acadêmicas, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação nos módulos que constituem o currículo do curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 2º Entende-se por Atividades de Complementação Profissional aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico de cada curso.

Art. 3º As Atividades de Complementação Profissional, doravante denominadas simplesmente como “ACs”, compõem o currículo mínimo do curso de graduação em Educação Física da FACSUR, como se segue:

Curso	Carga Horária Total das ACs	Carga Horária Semestral das ACs
Educação Física	40 horas devidamente comprovadas	10 horas devidamente comprovadas



Art. 4º São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional:

I– ATIVIDADES DE PESQUISA:

- a) iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II– ATIVIDADES DE EXTENSÃO:

Atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);

- a) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III- ATIVIDADES DE ENSINO:

- a) Disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;

TIPO DE ATIVIDADE	Car ga horária Mínima por período	Car ga horária Máxima por período
PESQUISA	0	25
Iniciação científica	0	25
Pesquisa	0	25
Publicações	0	25



Assistência a monografias, dissertações e teses	0	25
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	25
Monitoria	5	25
Estágio Extracurricular	10	25
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10

b) Monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único: Os critérios para validação das Atividades de Complementação Profissional encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades de Complementação Profissional dar-se-á a partir da apresentação de certificados na Secretaria Acadêmica em horários e datas a serem disponibilizados semestralmente no calendário acadêmico da IES.

Art. 6º O curso poderá optar por constituir um local específico para organizar, avaliar e validar as Atividades de Complementação Profissional na coordenação de curso. Neste caso, o aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.



Parágrafo Único: A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

NA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional, bem como a validação do módulo ao qual se referem às horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito à aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. Disciplinas não Previstas:

a. Cursadas na FACSUR:

- i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas;
- ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita a aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso;
- iii. O aluno inscrito na disciplina como Atividades de Complementação Profissional será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares;
- iv. O documento comprobatório para o registro da Atividades de Complementação Profissional é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina;
- v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo II.

b. Cursadas fora da FACSUR:

- i. Considera-se como Atividades de Complementação Profissional do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso;
- ii. Os documentos comprobatórios para o registro da Atividades de Complementação Profissional são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.



iii. O registro da Atividades de Complementação Profissional está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno encontra-se matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada;

iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FACSUR;

b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo à Coordenação do Curso de Educação Física prestar suporte sempre que solicitada;

c. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividades de Complementação Profissional;

d. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

PESQUISA REALIZADA SOB ORIENTAÇÃO DE DOCENTES

e. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso de Educação Física da FACSUR e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso;

f. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da FACSUR;

g. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da FACSUR;

h. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:

i. Identificação completa do professor e do aluno orientado;

ii. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver);

iii. Cópia da pesquisa;

- ⇒ Artigo; ou
- ⇒ Projeto aprovado.



i. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

PUBLICAÇÃO DE RESENHAS OU RESUMOS DE ARTIGOS QUE RESULTEM EM PESQUISA

j. São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional as publicações:

- i. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos;
- ii. Registradas no ISBN no caso de livros;
- iii. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área de Educação Física ou afins.

k. Somente serão aceitos como Atividades de Complementação Profissional os trabalhos publicados no período em que o aluno encontrar-se regularmente matriculado na FACSUR e que possuam pertinência como Projeto Pedagógico da graduação em curso;

l. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação;

m. O registro da carga horária atribuída à Publicação como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

ASSISTÊNCIA A DEFESA DE MONOGRAFIAS OU PROJETOS DE FINAIS DE CURSO

n. São considerados Assistentes, para efeito de Atividades de Complementação Profissional, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da FACSUR, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso;

o. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:

- i. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino;
- ii. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese);
- iii. Relato sobre a participação do aluno no trabalho;
- iv. Cópia do trabalho.

p. O registro da carga horária atribuída à Assistência como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

2. Disseminação de Conhecimentos

a. As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades de Complementação Profissional, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Artigo ou Projeto de Finalde Curso	Participação de defesa do Artigo ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação em que se encontra regularmente matriculado na FACSUR, exceto quando mencionado como autor. Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.



Cursos de Atualização	Cursos realizados dentro ou fora da FACSUR cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSUR): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSUR): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.
------------------------------	---



Cursos de Qualificação	Cursos realizados dentro ou fora da FACSUR cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSUR): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSUR): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.
Cursos de Certificação Tecnológica	Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora da FACSUR. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.



Cursos de Extensão em áreas afins à Educação Física	Cursos realizados dentro ou fora da FACSUR cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da
	Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSUR): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSUR): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.



Cursos de Língua Inglesa	Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora da FACSUR. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSUR): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSUR): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividades de Complementação Profissional.
--------------------------	---

ASSISTÊNCIA, ASSESSORIA OU CONSULTORIA TÉCNICA

a) Sob o amparo do Núcleo de Práticas da FACSUR:

i. São considerados para efeito de Atividades de Complementação Profissional as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da FACSUR e sob o amparo do Núcleo de Práticas da IES.

ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no Núcleo de Práticas obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.

iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no Núcleo de Práticas, relatório contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Cargo que ocupa no Núcleo.
3. Descrição sumária das atividades realizadas.
4. Data, carimbo e assinatura do(s) professor(es) orientador(es).

iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.



b. Atividades de Monitoria:

i. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de Educação Física da FACSUR de acordo com as necessidades apontadas pelos respectivos Coordenadores de Curso.

ii. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação Geral de Cursos.

iii. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividades de Complementação Profissional.

iv. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

c. Extensão Comunitária

i. São consideradas como Atividades de Complementação Profissional de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso de Graduação, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pelo FACSUR.

ii. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Identificação completa da instituição de saúde e da Instituição mantenedora.
3. Relatório de atividades realizadas.
4. Período em que o aluno esteve engajado no projeto.
5. Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.

iii. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

EM EDUCAÇÃO FÍSICA



CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
PESQUISA UIA	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 15 (quinze) horas por semestre letivo de atuação, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Projeto - Até 12 (doze) horas. Projeto aprovado - Até 18 (dezoito) horas.
	Publicação de resenhas ou Resumo de Artigos que Resultem em	Relatório Técnico - Até 15 (quinze) horas por trabalho, podendo chegar ao total de 30 horas.

	Pesquisa	(OBS: O relatório deve ser validado pelo NUPAC) Publicações em Âmbito Nacional
--	--	---

		- De 05 (cinco) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, Segundo classificação CAPES/CNPq. Publicações em Âmbito Internacional - 10 (dez) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
	Publicação em anais de congressos e afins.	- 10 (dez) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
EXTENSÃO	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	De 01 (zero) até 20 (vinte) horas.
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.
	Cursos de	Até 30 (trinta) horas



	Atualização	
	Cursos de Qualificação	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Certificação Tecnológica	Até 30 (trinta) horas, calculadas como a carga horária total do curso acrescida de 20% (vinte por cento) aos que obtiverem a certificação correspondente.

	Cursos de Extensão em áreas afins à área de Educação Física	Até 30 (trinta) horas.
	Cursos de Língua Inglesa	Até 16 (dezesesseis) horas, calculadas como 80% (oitenta por cento) da carga horária semestral total do curso, ou 100% das horas aos que apresentarem certificação de proficiência.
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo da Clínica Escola - 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Tutoria - 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária - 20 (vinte) horas por semestre de atuação.



NO	ENSI	Disciplin as NãoPrevistas na Organização Curricula r do Curso	60 (sessenta) horas por semestre letivo de atuação
		Monitoria em Disciplinas Constantes da Organização Curricula r	15 (quinze) horas por semestre por semestre letivo de atuação



8.3 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura da FACSUR, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados quando a atividade se encontrar prevista na Matriz Curricular do curso.

CAPÍTULO 1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da FACSUR.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação da FACSUR, obedecidas as normas gerais deste regulamento, poderão constituir regulamentos próprios nos quais explicitem as normas e singularidades/especificidades de suas áreas e/ou cursos. No entanto, tal decisão deverá ter sua gênese a partir de decisões colegiadas e o aval da Direção Acadêmica.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é realizado individualmente, por acadêmicos devidamente matriculados na disciplina em questão podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes dos Cursos de Graduação da FACSUR e relatado sob a forma de Artigo.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação terão autonomia para optar por outro formato de Trabalho de Conclusão de Curso, desde que tal decisão tenha a sua gênese advinda de discussões e acordos colegiados e o aval em última instância da Direção Acadêmica.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos das áreas em que se estabelecem ou convergem os seus respectivos cursos de Graduação.

CAPÍTULO 2 – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Art. 4º O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Primeiro: nos cursos de graduação da FACSUR, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II



(elaboração e defesa do TCC); Parágrafo Segundo para os transferidos de outras IES que já cumpriram e foram aprovados na primeira fase (TCC I), ou seja, na elaboração do projeto de pesquisa, o formato Monografia deverá ser substituído pelo formato Artigo Científico, não sendo necessária a defesa pública em banca examinadora e a sua aprovação estará sujeita ao julgamento do professor orientador e coordenador de TCC.

Parágrafo Terceiro: no caso dos trabalhos especificados no Parágrafo anterior, os direitos de publicação e uso estarão sob a égide da FACSUR.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO 3 – DOS ALUNOS E PROFESSORES-ORIENTADORES

Art. 7º Os alunos dos Cursos de Graduação da FACSUR serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

8.3.1 Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;

8.3.2 Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;

8.3.3 Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas no artigo;

8.3.4 Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;

8.3.5 Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;

8.3.6 Elaborar a versão final do artigo, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;

8.3.7 Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua artigo, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores dos Cursos de Graduação da FACSUR são professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal



orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade, bem como o tema escolhido na pesquisa do orientado. Definidas estas questões, professor- orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja em uma sala de aula ou na Coordenação de Curso. Porém, deve ser realizada nas dependências da FACSUR.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A) **Parágrafo terceiro:** o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em direitos e responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10º Cabe ao professor-orientador:

8.3.7.1 Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de Artigo, desenvolvido ao longo do curso;

8.3.7.2 Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;

8.3.7.3 Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da FACSUR) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)

8.3.7.4 Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como a avaliação dos alunos;

8.3.7.5 Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;

8.3.7.6 Para os alunos que estiverem em elaboração do Artigo, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.

8.3.7.7 Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.

8.3.7.8 Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.



CAPÍTULO 4 – DA DEFESA E ENTREGA FINAL DO TCC

Art. 11º A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica da FACSUR, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de artigo. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12º Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas um dos integrantes do grupo de acadêmicos inscritos como autores do trabalho deverá fazer tal explanação.

Parágrafo Primeiro: É obrigatória a presença de todos os integrantes/autores do trabalho de conclusão de curso na sessão de defesa pública.

Parágrafo Segundo: Na fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora todos os integrantes/autores devem estar presentes e serão inquiridos/sabatinados pelos professores componentes da banca, tudo a fim de constituir a nota individual de cada acadêmico-integrante/autor, bem como a autenticidade/concretude de sua participação na constituição do trabalho.

Art. 13º Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno ou equipe terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da FACSUR a versão definitiva. Em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14º Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15º Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até



30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador decurso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D) Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16º O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO 5 – DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17º A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela FACSUR.

Art. 18º A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F).

Art. 19º As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Primeiro: a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.



Parágrafo Segundo: no âmbito da defesa/exposição do trabalho, apenas um dos componentes da dupla ou trio poderá fazê-lo. No entanto, todos serão arguidos pela banca examinadora no que tange ao trabalho e as notas serão constituídas individualmente para cada um dos componentes da dupla ou trio.

Art. 20° Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I. média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II. média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado
- III. média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV. sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21° O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22° Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o direito a recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23° No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24° A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.



CAPÍTULO 6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25° É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TCC

Art. 26° Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Diretor Acadêmico, com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da FACSUR.

Art. 27° É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da FACSUR.

CAPÍTULO 6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção Acadêmica da FACSUR.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica da FACSUR.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9° do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.



ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	

NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

Pinheiro - MA, _____ de _____ de ____.



Assinatura do/a aluno/a

APÊNDICE B RELATÓRIO DAS ORIENTAÇÕES

NOMES DOS ALUNOS:1)
2)
TÍTULO DO TRABALHO:
PROFESSOR-ORIENTADOR:
CURSO:

Data	Horário	Atividade	Rubrica		
	(início / término)	Desenvolvida	Orientador	Aluno 1	Aluno 2



APÊNDICE C

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento

- Conclusão



Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a FACSUR possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no site da FACSUR.

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO/A	
---------	--

MATRÍCULA	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	



Pinheiro - MA, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a Assinatura/s aluno/a/s

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em
comum _____ acordo com o(a) _____ aluno(a)

_____, sugerimos para compor a Banca
Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título

_____, os seguintes membros:

1. _____
2. _____

Sendo o dia _____ / _____ / _____



apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os
recursos didáticos necessários
são

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do(a) aluno(a),
referente aos trabalhos intermediários, é ____ (____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação
do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor(a) Orientador(a)

BANCA APROVADA PELA COORDENAÇÃO DO
CURSO DE

_____ em ____ / ____ / ____

APÊNDICE F

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO	
Nome:	
Título do Trabalho:	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OTA 233



SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos		
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
Subtotal		
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos		
Fundamentação teórica		
Coerência temática		
Estrutura formal		
Bibliografia		
Subtotal		
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos	A	A
	luno 1	luno 2
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
Subtotal		



Total: soma total das notas		
------------------------------------	--	--

Pinheiro - MA, _____ de ____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS SOBRE O TRABALHO ESCRITO

I. CONHECIMENTO TEÓRICO é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.

II. DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.

III. COMPLEXIDADE DO TRABALHO - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada no Artigo, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.

IV. COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL -

ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA deve expressar o conjunto de ideias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.



II. COERÊNCIA TEMÁTICA diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

III. ESTRUTURA FORMAL trata da apresentação gráfica da artigo e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.

IV. BIBLIOGRAFIA refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE G

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Av 1 Orientador	v2 Membr o da banca	v3 Membr o da banca
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			236



SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			



8.4 REGULAMENTO DA OUVIDORIA

Art. 1º A Ouvidoria da Faculdade Supremo Redentor é um elo entre a comunidade – externa e interna – e a Diretoria da Instituição de Ensino, visando agilizar a administração e aperfeiçoar a democracia na relação com a sociedade, bem como garantir aos usuários a proteção e defesa dos seus direitos.

Art. 2º São objetivos da Ouvidoria da Faculdade Supremo Redentor:

- I – assegurar a participação da comunidade junto à IES, por meio da recomendação de melhorias das atividades desenvolvidas;
- II – reunir informações sobre diversos aspectos da IES, com o fim de subsidiar o planejamento institucional;
- III – garantir tratamento responsável e seguro das informações recebidas, baseando-se na transparência, eficácia e preservação da identidade dos participantes.

CAPITULO II

DO CARGO DE OUVIDOR E DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º O cargo de Ouvidor e a própria Ouvidoria estão ligados à Diretoria.

Art. 4º O Ouvidor tem como competência:

- I – Viabilizar o acesso ao usuário do serviço de Ouvidoria;
- II – Atuar na prevenção e mediação de conflitos, com o suporte de uma equipe de atendimento;
- III – Atender às pessoas com cortesia e respeito, evitando qualquer discriminação ou pré-julgamento;
- IV – Agir com integridade, transparência e imparcialidade;
- V – Resguardar o sigilo das informações;
- VI – Promover a divulgação da Ouvidoria, tornando-a conhecida dos vários públicos que podem ser beneficiadas pelo seu trabalho por meio da publicação deste Regulamento.

Art. 5º O Ouvidor da Faculdade Supremo Redentor tem as seguintes atribuições: 238



I – Receber demandas – reclamações, sugestões, consultas ou elogios – provenientes tanto de pessoas da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa;

II – Encaminhar às unidades envolvidas as solicitações para que possam:

a) no caso de reclamações: explicar o fato, corrigi-lo ou não reconhecê-lo como verdadeiro;

b) no caso de sugestões: adotá-las, estudá-las ou justificar a impossibilidade de sua adoção;

c) no caso de consultas: responder às questões dos solicitantes; e

d) no caso de elogios: conhecer os aspectos positivos e admirados do trabalho.

III – Transmitir aos solicitantes, no prazo máximo de dez dias úteis, contados do recebimento da resposta do reclamado, as posições das unidades envolvidas;

IV – Registrar todas as solicitações encaminhadas à Ouvidoria e as respostas oferecidas aos usuários;

V – Elaborar semestralmente, relatório executivo das solicitações dirigidas ao Ouvidor, não podendo constar nomes de solicitantes, sobre o andamento da Ouvidoria, a serem encaminhadas:

a) Ao Diretor Geral da Faculdade, listagem completa;

b) Aos Coordenadores de cada curso, a listagem das solicitações ligadas à cada um deles, mediante solicitação da Diretoria.

VI – Manter permanentemente atualizadas as informações e estatísticas referentes às suas atividades;

VII – Sugerir às instâncias administrativas medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição, baseada em análise das comunicações com a Ouvidoria;

VIII – Retomar a sugestão, quando aceita pela unidade, mas não realizada;



IX – Apoiar o planejamento, execução e análise de pesquisas periódicas de clima organizacional e/ou satisfação com a comunidade acadêmica realizadas pelas áreas;

X– Divulgar os resultados das pesquisas à comunidade administrativa.

Parágrafo Único – Nos casos em que a situação requeira urgência que impeça essa iniciativa, a providência prevista na alínea “a” do inciso II deste artigo, será precedida de comunicação, ainda que informal, ao Diretor Geral, que poderá determinar diverso acionamento.

Art. 6º Ao Ouvidor compete tomar ciência e analisar os resultados da pesquisa de clima organizacional, que é definida como um instrumento de avaliação do atendimento das expectativas das pessoas, permitindo identificar causas de baixa motivação de funcionários para o trabalho e oferecendo informações a serem utilizadas no planejamento de ações que visem à melhoria das atividades dos funcionários.

Art. 7º Ao Ouvidor compete tomar ciência e analisar os resultados da pesquisa de satisfação, que tem como objetivo principal detectar situações que possam levar à insatisfação dos alunos ou demais usuários, tanto em sala de aula, quanto no momento da utilização de quaisquer outros serviços oferecidos pela Faculdade Supremo Redentor.

Parágrafo Único – A partir do registro das informações coletadas, pr meio da pesquisa de satisfação, é atribuição do Ouvidor, sem prejuízo das competências dos setores envolvidos, apoiar ações que venham abrandar ou eliminar os focos de insatisfação dos estudantes e demais usuários.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA CARGO DE OUVIDOR

Art. 8º O cargo de Ouvidor da Faculdade Supremo Redentor exige os seguintes requisitos:

- I. ter curso superior completo;
- II. possuir capacidade para assumir as funções previstas, envolvendo responsabilidade, discrição e organização;
- III. ter desenvoltura para se comunicar com as diversas unidades da casa;



IV. ser sensível para compreender os problemas dos solicitantes e, ao mesmo tempo, as limitações das unidades;

V. Resguardar sempre que possível o sigilo das informações

CAPITULO IV DO ATENDIMENTO

Art. 9º Na Ouvidoria, as pessoas podem ser atendidas:

I. a qualquer tempo por meio do contato web, disponível na página principal da IES;

presencialmente, mediante solicitação de agendamento por meio do contato web, em local e horário a ser definido pela Ouvidoria.

CAPITULO V

DOS USUARIOS

Art. 10º A Ouvidoria pode ser utilizada:

I. por estudantes ou seus responsáveis;

II. por usuários em geral de qualquer dos serviços prestados pela Faculdade Supremo Redentor;

III. por funcionários técnico-administrativos da Faculdade Supremo Redentor;

IV. por funcionários docentes da Faculdade Supremo Redentor;

V. por pessoas da comunidade local e regional;

VI. por pessoas de outras comunidades.

§ 1º - Às reclamações, notadamente as anônimas, será dispensado tratamento que preserve a dignidade, a honra e a moral das pessoas cujas condutas forem objeto dessa demanda, dando o devido encaminhamento para melhoria da oferta do serviço.

§ 2º - Em qualquer caso, é garantido o sigilo sobre o nome e os dados pessoais dos usuários, aos quais só terão acesso o próprio Ouvidor, o Presidente da CPA e, sendo o caso, o Diretor Geral, e Responsáveis pelos Setores

CAPITULO VI

DAS CATEGORIAS DE DEMANDA

Art. 11º A Ouvidoria recebe:



- I – reclamações, em que o solicitante pode reclamar sobre quaisquer unidades da Faculdade Supremo Redentor e sobre serviços prestados por esta;
- II – sugestões, em que o solicitante pode sugerir alternativas para melhorar as unidades, os serviços prestados e/ou as instalações da Faculdade Supremo Redentor;
- III – consultas, em que os solicitantes podem obter variadas informações;
- IV – elogios, em que o solicitante pode elogiar funcionários – técnico- administrativos e/ou docentes, serviços, instalações e outros elementos que considere eficientes da Faculdade Supremo Redentor.

CAPITULO VII

DAS UNIDADES ENVOLVIDAS

Art. 12º São consideradas unidades da Faculdade Supremo Redentor, sobre as quais a Ouvidoria pode receber reclamações, sugestões, consultas e elogios:

- I. as instalações físicas de toda a Instituição, como: salas de aula, biblioteca, estacionamentos, portões de acesso, calçadas, vias pavimentadas, banheiros, laboratórios, dentre outros;
- II. os setores da Faculdade Supremo Redentor e seus serviços, como: Reitorias, Coordenações, Tesouraria, Central de Atendimento ao Estudante, Biblioteca, Setor de Informática, Telefonia, Vigilância, Recursos Humanos, dentre outros;
- III. as empresas que atuam dentro da Faculdade Supremo Redentor e seus serviços, como: lanchonetes, dentre outros, eventuais ou não;
- IV. os funcionários diretores, docentes, técnico-administrativos, quando a solicitação for direcionada;
- V. os cursos, coordenações e departamentos, quando a solicitação for dirigida a eles como um todo;
- VI. a Diretoria Geral, quando a solicitação for dirigida a ela.



DAS INSTÂNCIAS

Art. 13º Para fornecer respostas aos solicitantes, a Ouvidoria procura as seguintes instâncias, dentro das unidades envolvidas:

- I. no caso de solicitações ligadas às instalações físicas, o Prefeito do Campus;
- II. no caso de solicitações ligadas a Setores e a seus serviços, os Gerentes;
- III. no caso de solicitações ligadas especificamente a um funcionário técnico-administrativo, o seu chefe imediato;
- IV. no caso de solicitações ligadas especificamente a um funcionário docente, as coordenações de cursos;
- V. no caso de solicitações ligadas a um curso, o respectivo Coordenador;

§ 1º A Ouvidoria pode contatar com as unidades pessoalmente, por escrito, através de telefone ou de e-mail, de acordo com a complexidade de cada caso.

§ 2º As unidades envolvidas devem dispensar o tempo necessário para atender as questões ligadas a Ouvidoria.

§ 3º Quando procuradas, as unidades têm até cinco dias úteis para responder ou posicionar-se sobre o encaminhamento feito, salvo quando a circunstância requerer prazo menor, que será determinado pelo Ouvidor.

CAPITULO IV

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 14º Todas as solicitações da Ouvidoria são documentadas em ordem cronológica, em cujo registro deve constar:

- I. data do recebimento da demanda;
- II. data da resposta;
- III. nome do solicitante, quando informado;
- IV. endereço/telefone/e-mail do solicitante, quando informado;



- V. forma de contato mantido – pessoal, por telefone ou por e-mail;
- VI. proveniência da demanda – estudante, funcionário técnico-administrativo, docente ou comunidade;
- VII. tipo de demanda – reclamação, sugestão, consulta ou elogio;
- VIII. unidade ou setor envolvido;
- IX. situação apresentada;
- X. resposta.

Art. 15º A Reitoria recebe, mensalmente, a listagem das solicitações encaminhadas a Ouvidoria, contendo o tipo de demanda, a unidade envolvida, a situação apresentada e a resposta dada ao solicitante.

CAPITULO X

DA DIVULGAÇÃO

Art. 16º O ouvidor cuidará de divulgar a comunidade em geral e aos estudantes, seus responsáveis e demais usuários dos serviços da Faculdade Supremo Redentor, em particular, da disponibilidade do serviço de Ouvidoria, com esclarecimento dos seus objetivos.

Art. 17º A página principal da Faculdade Supremo Redentor, na internet, divulgará o Serviço de Ouvidoria da Instituição, disponibilizando, de maneira cômoda, o acesso automático, por e-mail, dos respectivos serviços.

CAPITULO XI

DA DESTITUIÇÃO DO OUVIDOR

Art. 18º – O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções, por iniciativa do Reitor ou mediante deliberação de 2/3 dos membros do Consunepe.

Art. 19º – Constituem motivos para destituição do Ouvidor:

- I - - Perda do vínculo funcional com a Instituição ou alteração do regime de trabalho;



Prática de ato que extrapole sua competência, nos termos estabelecidos nessa Resolução;

II - Conduta ética incompatível com a dignidade da função;

III - Outras práticas e condutas que, a critério do Consunepe, justifiquem a destituição.

CAPITULO XII

DISPOSIÇÃO GERAIS

Art. 20º O presente Regulamento entra em vigor nesta data, devendo permanecer afixado nos murais da IES, bem como visível no site institucional e em demais locais que permitam ampla visibilidade ao público.



8.5 REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Apoio Psicopedagógico FACSUR

- É um profissional licenciado que está preparado para atender aos alunos da FACSUR com dificuldades de aprendizagem, com dificuldade de relacionamento, aos professores e aos colaboradores da FACSUR implicados no processo de ensino aprendizagem.
- A sua ação pode ter um caráter preventivo ou interventivo (Avaliação, diagnóstico e intervenção).
- Pretende dar resposta às dificuldades que surgirem no processo de ensino-aprendizagem.

As dificuldades podem refletir-se, por exemplo: em problemas de concentração, de atenção, de memória, de capacidade de análise, na leitura, na escrita, no pensamento lógico-matemático. O acompanhamento psicopedagógico contribui para o sucesso do aluno na sua vida académica, no relacionamento professor aluno e vice-versa, assim como professor-professor e lideranças - docentes.

O processo do Apoio Psicopedagógico, divide-se em três etapas:

- Avaliação – Observar sinais e sintomas para que possam ser trabalhados;
- Diagnóstico – Levantar sintomas para diagnosticá-lo;
- Intervenção – Processo de apoio na dificuldade de aprendizagem e escuta psicológica ao aluno, ao professor e ao colaborador da FACSUR.

Objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Observar sinais e sintomas através de um trabalho de proximidade com a comunidade académica.
- Identificar, no diagnóstico, outros problemas que não sejam da sua área de competência. Neste caso, reencaminhará o docente/discente e/ou colaborador da FACSUR para outros profissionais.
- Favorecer uma melhor forma do aluno aprender, e identificar o que poderá estar causando a dificuldade.
- Atender a cada docente\discente focado na sua subjetividade.



- Ajudar ao aluno a encontrar a melhor forma de estudar para que se processe a aprendizagem, fazendo-lhe um programa de métodos e hábitos de estudo, sempre com o objetivo de lhe aumentar a auto-estima e lhe desenvolver como sujeito do processo de ensino-aprendizagem.
- Fazer visitas, quando necessário a sala de aula para conversar com o professor e/ou outros técnicos, tendo como objetivo a troca de ideias e procedimentos. Afinal, esses profissionais possuem um contato diário com o aluno, e podem dar muitas informações que podem ajudar.
- Para os acadêmicos da modalidade a distância, a FACSUR prevê que em casos de solicitação da gestão do polo ou tutor presencial, o atendimento se dará in loco;
- Propor estratégias da relação ensino aprendizagem quando for detectado problema pelo tutor presencial, docentes titulares e Coordenação de Educação a Distância;
- Atender a cada colaborador da FACSUR com o intuito de facilitar a dinâmica organizacional.
- Propor ações que facilitem o relacionamento interpessoal e o gerenciamento de conflitos.
- Acolher o aluno, professor e colaborador da FACSUR em suas demandas.
- Fortalecer o laço entre instituição e comunidade acadêmica.

A quem é indicado o acompanhamento psicopedagógico?

- Alunos, Colaboradores, Professores e líderes da FACSUR.

Áreas de Atuação

- Dificuldades de aprendizagem;
- Insucesso na aprendizagem;
- Déficit de competências pessoais e sociais;
- Distúrbios da linguagem;
- Distúrbios emocionais;
- Distúrbios do comportamento;
- Métodos e hábitos de estudo;
- Dificuldade no relacionamento: ALUNO-PROFESSOR / PROFESSOR-ALUNO/
ALUNO-INSTITUIÇÃO / PROFESSOR-INSTITUIÇÃO /
COLABORADOR\INSTITUIÇÃO/ ALUNO-TUTOR
- Conflitos.



É de interesse da FACSUR tornar este espaço, cada vez mais, um lugar que proporciona crescimento e desenvolvimento humano, favorecendo SUCESSO aos ALUNOS, PROFESSORES e COLABORADORES.

Missão do Apoio Psicopedagógico

O APOIO PSICOPEDAGÓGICO tem por missão zelar pelo bem-estar e qualidade de vida da comunidade acadêmica, prevenir e tratar os problemas que surjam quer ao nível do seu desenvolvimento pessoal, integração escolar e social em geral e sucesso no desempenho escolar e profissional, através de um apoio especializado: psicológico e psicopedagógico.

O acesso é gratuito!

- Marcações feitas por telefone ou pessoalmente no Apoio Psicopedagógico.



8.6 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO (PAE)

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADES

Art. 1º A Política Institucional de Egressos da FACSUR, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vincula-se às ações da Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de Pesquisa e Extensão (NUPEX) e Coordenação do Núcleo de Ensino (NUEN), por intermédio da Coordenação dos Cursos de Graduação.

Art. 2º A Política Institucional de Egressos se concretiza por meio do Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE), que tem por objetivo geral acompanhar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação da FACSUR na sua vida profissional, facilitando a troca de experiências e a integração Escola / Aluno / Empresa / Instituição.

Parágrafo único: O programa avaliará as habilidades e competências previstas nas matrizes curriculares efetivamente acumuladas pelos egressos da FACSUR, bem como identificar o grau de aprendizagem técnico-profissional dos mesmos durante os cursos e posteriormente como egressos; tudo a partir da perspectiva de criar mecanismos que permitam a contínua melhoria de todo o planejamento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 3º São objetivos específicos do Programa:

- I- Avaliar as adequações entre a oferta e a qualidade dos Cursos Superiores oferecidos pela FACSUR e as demandas quantitativa e qualitativa geradas pela sociedade e pelo mercado;
- II- Identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada;
- III- Avaliar o desempenho institucional, por meio do acompanhamento da situação profissional dos ex-alunos;
- IV- Incentivar a formação continuada dos egressos, por meio de cursos de pós-graduação e extensão, bem como participação em palestras, seminários, workshops e demais



ações desenvolvidas pela FACSUR e seus parceiros;

- V- Articular as competências desenvolvidas pelo discente com as necessidades locais e regionais;
- VI- Manter registros atualizados de alunos egressos.
- VII- Articular as competências desenvolvidas pelo discente com as necessidades locais e regionais;
- VIII- Divulgar a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho;
- IX- Ampliar as competências dos discentes em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho
- X- Avaliar o desempenho da instituição, através da pesquisa de satisfação do formando e do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex- alunos.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Art. 4º O Programa de Acompanhamento de Egressos terá estrutura de funcionamento regular, vinculado ao Núcleo de Ensino (NUEN), por meio das Coordenações dos Cursos de Graduação.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 5º É de competência do Coordenador do Curso:

- I- Mobilizar egressos para participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais promovidos pela FACSUR, especialmente no âmbito do curso;
- II- Organizar as informações referentes aos eventos com participação de egressos e encaminhar para publicação na página da IES;
- III- Repassar ao respectivo Núcleo Docente Estruturante os dados coletados nas pesquisas promovidas junto aos egressos;
- IV- Propor ao ordenamento de Pós-Graduação, Coordenação de Pesquisa e Extensão e ao Núcleo de Ensino (NUEN), a criação de cursos de Pós-Graduação, Cursos de Extensão



e Aprimoriamento promovendo formação continuada aos egressos dos cursos da FACSUR.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

Art. 6º É de competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA):

- I- Acompanhar o trabalho desenvolvido pelo NUEN, referente aos Egressos;
- II- Contribuir na elaboração do formulário a ser utilizado nas pesquisas junto aos egressos;
- III- Incluir nos Relatórios Anuais de Autoavaliação os resultados das pesquisas realizadas junto aos egressos.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Art. 7º É de competência do Setor de Comunicação e Marketing:

- I- Promover pesquisa junto aos egressos formados, mediante a utilização de formulário padronizado elaborado pelo Setor de Comunicação e Marketing;
- II- Compilar os dados obtidos junto aos egressos e encaminhá-los ao Coordenador do Curso;
- III- Encaminhar à Comissão Própria de Avaliação (CPA), relatório com os dados coletados junto aos egressos;
- IV- Divulgar para base de dados dos cadastros, os convites para participação em eventos promovidos pela FACSUR e/ou pelos seus cursos;
- V- Disponibilizar, no site da FACSUR, espaço com dados de interesse do egresso;
- VI- Divulgar possibilidades de formação e capacitação continuada aos egressos, por meio dos cursos de pós-graduação ou extensão, palestras, seminários, workshops, dentre outros;
- VII- Possibilitar a captação de informações, por meio de ferramenta própria, para divulgação de indicadores que irão subsidiar o Programa de Acompanhamento do Egresso;



VIII- Divulgar notícias dos egressos no site institucional.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pelo Núcleo de Ensino e pela Coordenação de Pós-Graduação. Coordenação de Pesquisa e Extensão, ouvida as coordrnações de Curso.

Art. 9º Além das determinações contidas neste Regulamento, deverão ser observadas as normas dispostas no Regimento Geral da FACSUR.

Art. 10. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Pinheiro - MA, ____ de _____ de _____.

Luzinete Pontes Brandão

Diretora Geral da FACSUR



8.7 REGULAMENTO DO NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL E NIVELAMENTO

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais.

Esta variabilidade, certamente, constitui-se em dificuldade para a permanência e adaptação dos alunos que recém ingressam no Ensino Superior.

Assim, ciente desse cenário, o CAE – Centro de Apoio ao Estudante através do NUEN (Núcleo de Ensino), propõe que seja estabelecido um suporte de ensino-aprendizagem, visando acompanhar, avaliar e fornecer subsídios aos conhecimentos necessários como pré-requisitos nas diversas áreas do conhecimento nos cursos de graduação da FACSUR.

Deste modo, o processo de nivelamento da FACSUR consiste em subsidiar os discentes de elementos básicos da Língua Portuguesa, Matemática, Informática de forma que consigam prosseguir em seus estudos.

Para tal, constituiu este regimento que dá norte aos núcleos envolvidos, professores e discentes na efetivação desse processo que, destaque-se, de modo algum pode ser estanque.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - É finalidade do presente Regimento normatizar as atividades de Nivelamento da FACSUR.

Art. 2º - O nivelamento acadêmico consiste em subsidiar os alunos de elementos básicos da matemática, leitura, interpretação e escrita, física, química e biologia de forma que o aluno consiga prosseguir em seus estudos específicos. As aulas de Nivelamento serão estabelecidas de acordo com as especificidades e necessidades curriculares de cada Curso de Graduação e Áreas de Conhecimento, respeitadas as normas estabelecidas para sua proposição, desenvolvimento e avaliação.



Art. 3º - O nivelamento é um subsídio curricular, na forma de crédito complementar, obrigatório, oferecido gratuitamente pela FACSUR. O curso é composto pelas seguintes disciplinas:

- a) Língua Portuguesa=> Ofertada para todos os cursos de graduação da FACSUR.
- b) Matemática=> Ofertada para os cursos de graduação da FACSUR.
- c) Informática=> Ofertada para os cursos de graduação da FACSUR.

Art. 4º - O curso de Nivelamento é obrigatório para todas as turmas de graduação ingressantes na instituição.

Parágrafo Único: O aluno devidamente matriculado pode optar por fazer prova de proficiência nas disciplinas de nivelamento e, no caso de atingir a nota mínima 7,0 (sete), ser dispensado das aulas e receber automaticamente os créditos em seu histórico.

CAPÍTULO II

DOS COMPROMISSOS

Art. 5º - A FACSUR proporcionará aulas de Nivelamento conforme estabelecido no Artigo 3º sempre que houver turmas ingressantes na instituição.

Parágrafo Único - O curso de Nivelamento é de natureza extracurricular, mas não pode ser computado como atividade complementar, dadas as necessidades ampliadas de conhecimentos de todos os cursos.

Art. 6º - O programa de Nivelamento também poderá ser cursado por alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, a partir das análises de avaliações estabelecidas pelas coordenações de curso, em diálogo com o CAE.

Art. 7º - Os professores e os alunos dos cursos de graduação são agentes vitais das atividades do Curso de Nivelamento.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 8 - São Objetivos do Programa de Nivelamento em Língua Portuguesa:

I – Objetivo Geral: Capacitar os alunos para o desenvolvimento da proficiência na produção de texto, provendo-os de conhecimentos gramaticais, textuais e pragmáticos, a fim de que possam aplicá-los na escrita voltada para redação acadêmica.

II – Objetivos específicos:



- Reconhecer os tipos de variações linguísticas, registro e norma;
- Empregar determinadas expressões de acordo com a norma padrão da linguagem;
- Identificar os referentes e os tipos de referência nos textos;
- Interpretar textos e exercitar os níveis de compreensão leitora;
- Utilizar a acentuação gráfica e o uso do hífen segundo o novo acordo ortográfico da língua portuguesa;
- Reconhecer e produzir um artigo de opinião.

Art. 9º - São Objetivos do Programa de Nivelamento em Matemática:

- Proporcionar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares;
- Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações;
- Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões e proporções; Compreender os conceitos e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

Art. 10 - São Objetivos do Programa de Nivelamento em Informática:

- Dar suporte para as disciplinas que envolvem os conhecimentos de informática.
- Enfatizar a compreensão de conceitos de tecnologia e sua aplicabilidade nos contextos diários.
- Revisar conteúdos iniciais.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES DO CURSO DE NIVELAMENTO

Art. 11 - O nivelamento terá a duração e a carga horária dimensionada conforme as necessidades estabelecidas pelo CAE, após análise e avaliação dos resultados do vestibular.

§1º - O nivelamento poderá ser dividido em mais de um semestre, conforme as necessidades vislumbradas.

§2º - As horas do nivelamento não poderão ser aproveitadas como atividade complementar.

§3º - As aulas presenciais acontecerão aos sábados e em horários contratuais e através de cartazes e no canal do aluno.

Art. 12 - O aluno será submetido a uma prova no final de cada semestre, a fim de verificar o nível de aprendizagem e determinar ou não o aproveitamento do crédito.



CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO DO NIVELAMENTO

Art. 13 – As atividades do Curso de Nivelamento serão supervisionadas em conjunto, pela Direção Acadêmica, Coordenação de Curso e Nucleo de Ensino.

§1º- Compete a Coordenação Acadêmica:

- Aprovar o calendário de aulas sugerido pela Coordenação do Nivelamento.
- Disponibilizar as salas de aulas com recursos audiovisuais para as aulas presenciais do Curso de Nivelamento.
- Divulgar as datas e horários das aulas presenciais.
- Fornecer as listas de frequência para os professores do Nivelamento.
- Divulgar as notas das avaliações do Nivelamento para os alunos no final de cada semestre.

§2º- Compete ao Núcleo de Ensino:

- Divulgar o Curso de Nivelamento e incentivar a participação dos alunos.
- Organizar as notas das avaliações fornecidas pelos professores.
- Encaminhar as notas para as Coordenações de Cursos, e Secretaria Acadêmica.

§3º - Compete a Coordenação de Cursos:

- Divulgar o Curso de Nivelamento e incentivar a participação dos alunos.
- Acompanhar a participação dos alunos de cada curso específico.
- Analisar o Relatório do resultado no Nivelamento a fim de acompanhar o desempenho de cada aluno, encontrar as carências e dificuldades sentidas por estes e procurar ajudá-los da melhor forma possível.

CAPÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Art. 14 - As condições de participação no Curso de Nivelamento obedecerão aos seguintes requisitos:



I O Aluno deve estar regularmente matriculado em curso superior de graduação da FACSUR modalidade bacharelado, Licenciatura ou tecnológico;

II Deve estar cursando o primeiro ou o segundo semestre curricular do seu curso;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Aplicam-se subsidiariamente ao presente as normas gerais pertinentes, dispostas no Regimento Geral da FACSUR.

Art. 16 - O presente Regulamento entra em vigor após sua aprovação pela Direção Geral da FACSUR.



8.8 REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO E CARREIRA

REGULAMENTO GERAL DO NÚCLEO DE ESTÁGIO DA FACULDADE SUPREMO REDENTOR – FACSUR.

Simone da Silva Gomes Cardoso, Diretora da **FACULDADE SUPREMO REDENTOR - FACSUR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e atendendo as disposições legais em vigor, regulamenta as normas relativas ao Núcleo de Estágio – NUEST a fim de implementar, orientar e controlar as atividades de Extensão e Ação Comunitária desenvolvidas pelos discentes, em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

I – DO ESTÁGIO

Art. 1º O Estágio caracteriza-se como um componente do processo de formação do estudante, com objetivos educacionais-formativos e como fator de interesse curricular e procedimento didático-pedagógico.

Art. 2º O desenvolvimento das atividades de Estágio dá-se de duas formas:

- I- Estágio Curricular
- II- Estágio Extracurricular

II – DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 3º O estágio curricular é considerado como atividade de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionado ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, sob o acompanhamento da instituição de ensino.

§1º O estágio é um procedimento didático-pedagógico e caracteriza-se como um componente do processo de formação do estudante, com objetivos educacionais-formativos e como fator de interesse curricular.

§ 2º É atividade de competência da Instituição de ensino, que dispõe sobre as condições e requisitos para a realização do mesmo.

Art. 4º Os estagiários deverão ser alunos regularmente matriculados e que frequentem, efetivamente, os cursos vinculados a FACSUR.

Art.5º A regulamentação do Estágio Curricular é de responsabilidade da Coordenação de cada curso que seguirá as respectivas diretrizes curriculares.

III – DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR



Art. 6º O estágio extracurricular é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, caracterizada como atividade complementar à formação acadêmico-profissional do estudante, realizada por sua livre escolha, mediante bolsa ou contraprestação a ser acordada nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 7º os estágios extracurriculares poderão ser registrados como Atividades de complementação profissional, para integralização curricular, conforme previsão nos Regulamentos de Estágios dos Cursos de Graduação da FACSUR, observados os seguintes requisitos:

I - Estabelecimento prévio das atividades desenvolvidas no estágio extracurricular que serão válidas para o cômputo de horas como Atividades de complementação profissional na modalidade de Ensino;

II - Estabelecimento do limite de horas para validação das atividades de estágio como Atividades de complementação profissional, proporcionalmente às demais modalidades previstas na regulamentação pertinente;

III - Validação das atividades mediante a emissão de declaração de estágio extracurricular, expedido pela parte concedente de estágio.

Art. 8º A regulamentação do Estágio Extracurricular é de responsabilidade da Coordenação de cada curso que seguirá as respectivas diretrizes curriculares.

IV – DO NÚCLEO DE ESTÁGIO

Art. 9º O Núcleo de Estágio tem como meta captar oportunidades de estágios curriculares e supervisionados, encaminhando os alunos da FACSUR para as melhores empresas de diversos portes e segmentos do mercado.

Art. 10 O Núcleo mantém parcerias com empresas do setor público, privado e entidades que disponibilizará, frequentemente, oportunidades de estágios para os alunos da FACSUR.

Art. 11 Compõe a estrutura do Núcleo de Estágio:

I- Coordenação geral

II- Sub-coordenação

Art. 12 Compete ao Núcleo de Estágio:

I-Prover a infra-estrutura necessária para o atendimento aos alunos em fase de estágio supervisionado;

II-Disponibilizar ao aluno os documentos: Modelo de Relatório e Modelo de Termo de Compromisso;

III-Protocolar todos os documentos entregues ao NUEST, através de formulário específico;

IV-Orientar o aluno na elaboração do relatório de estágio que deverá ser entregue ao Professor Supervisor semestralmente;

V-Checar condições dos acadêmicos nas entidades que realizam estágio;



VI-Cadastrar e conveniar empresas para a prática de estágio curricular e supervisionado;

VII-Informar ao Coordenador do curso, as irregularidades que porventura forem verificadas durante o estágio, para estudo de caso e correção, se necessário.

V- DA COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO

Art. 13 As atividades do Núcleo de Estágio são coordenadas pelo Coordenador, sob a direção/supervisão do Diretor.

Art. 14 O Diretor da Faculdade nomeará um professor para coordenar as atividades do Núcleo de Extensão e Ação Comunitária.

§ 1º A escolha dar-se-á por meio de seleção, com critérios de conveniência e oportunidade.

§ 3º A Coordenadoria é avaliada pelo Diretor da Faculdade, periodicamente, a cada 2 (dois) anos.

Art. 15 Compete ao Coordenador do Núcleo de Estágio:

I- coordenar e supervisionar todas as atividades do Núcleo de Estágio na forma deste Regulamento e demais legislação vigente;

II- indicar ao Diretor da Faculdade, no âmbito de sua competência, convênios com órgãos e empresas públicas ou privadas, visando à implementação de programas de estágio;

III- convocar e presidir reuniões dos coordenadores de curso, visando a avaliações globais e implementação de ações comuns;

IV- disciplinar o uso espaços físicos destinados às atividades do Estágio;

V- propor ao Diretor da Faculdade modificações neste Regulamento, aprovadas pelo Núcleo de Estágio;

VI- implementar as decisões do Núcleo de Estágio e da Direção da Faculdade, referentes aos estágios;

VII- assinar as correspondências, certidões e declarações referentes ao Núcleo de Estágio;

VIII- propor, semestralmente, à deliberação do Diretor da Faculdade, a distribuição das atividades dos professores orientadores das atividades atinentes ao estágio;

IX- encaminhar aos órgãos competentes da Faculdade, na forma da legislação vigente, as propostas de convênios de estágio aprovados pelo Núcleo de Estágio;

X- dar parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos de extensão para fins de estágio encaminhados ao Núcleo de Estágio;

XI- autorizar a participação em projetos de extensão, para fins de estágio, devidamente aprovados;

XII- cumprir e fazer cumprir este Regulamento.



VI- DA SUB-COORDENAÇÃO

Art. 16 A Sub-coordenação é composta pelos coordenadores estágio de cada curso.

Art. 17 Compete à sub-coordenação:

I-Atender o aluno em fase de estágio curricular em horário agendado, orientando o acadêmico sobre a estruturação e fundamentação legal dos Estágios Curricular Supervisionado;

II-Regular os estágios curriculares e extracurriculares dos respectivos cursos de graduação;

III- Coordenar, supervisionar e dirigir as ações nas áreas de extensão;

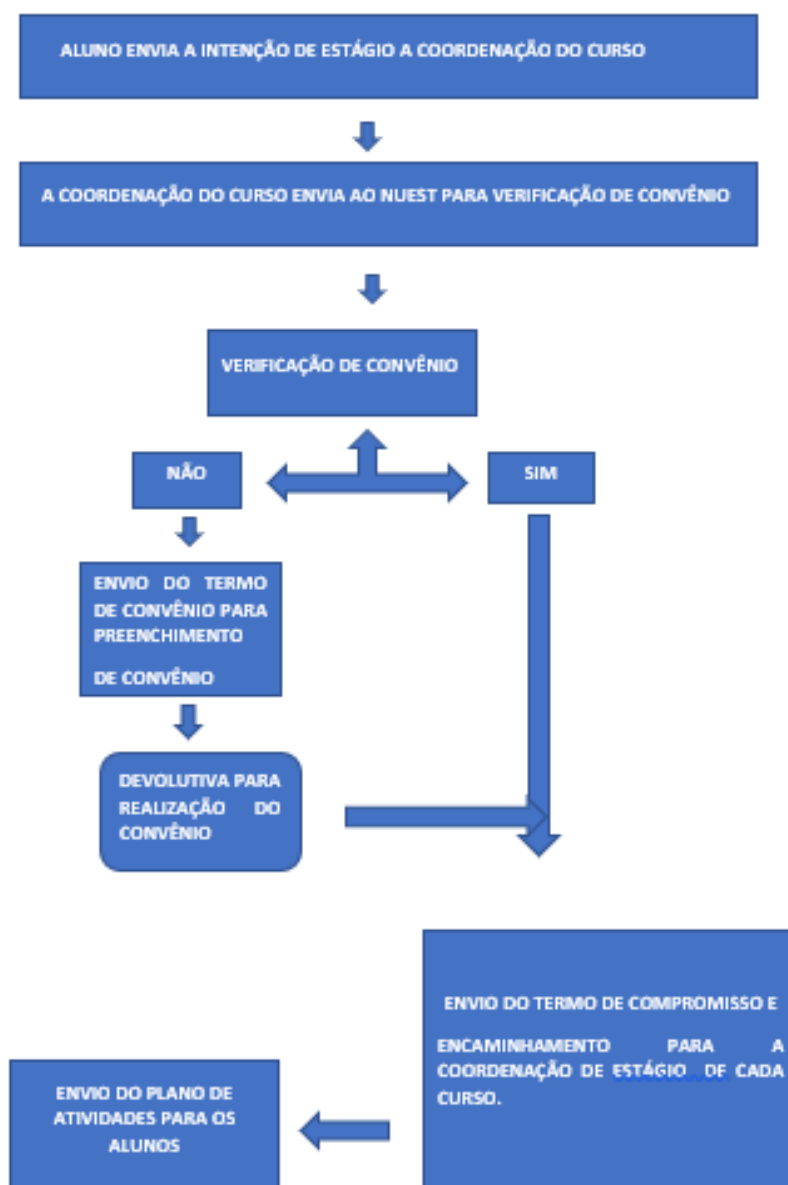
IV- zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos contidos neste Regulamento.

VII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 18 Este Regulamento, aprovado pela Direção da Faculdade Supremo Redentor - FACSUR, pela Coordenadoria do Núcleo de Estágio, entra em vigor a partir de 01 de Fevereiro de 2024, revogada demais disposições em contrário.



FLUXOGRAMA NUEST





8.9 REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

O Estágio Curricular Supervisionado é parte importante e imprescindível da formação do profissional em Educação Física. Compreende-se que é o momento que o aluno dispõe para refletir e intervir no seu campo de atuação profissional com a supervisão didática de outros profissionais já formados e com experiência suficiente para a discussão e orientação.

Entende-se por Estágio Curricular Supervisionado o conjunto de atividades de formação, pesquisa e prestação de serviços à comunidade que propicia ao aluno a compreensão da realidade acadêmica, a aquisição de competências para a intervenção adequada, a investigação e a vivência de projetos pedagógicos sustentados. Sendo assim, a prática do estágio supervisionado demanda uma série de atividades que, em conjunto, permitem ao aluno construir experiências significativas de aprendizagens e relacionar teoria e prática em situações reais de ensino.

Nesse sentido, os estágios do Curso de Educação Física da FACSUR estão baseados na lei nº 11788, de 25 de novembro de 2008 e devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com o currículo, programas e calendários escolares.

Para auxiliar na organização destas atividades, a FACSUR disponibiliza a Coordenação de Estágio que tem como objetivo principal informar, orientar e acompanhar os alunos, junto com a Coordenação de Curso, quanto à consecução dos estágios. Junto com a coordenação de curso, a coordenação de estágio se constitui por professores orientadores (professores do curso de Educação Física que ministram disciplinas específicas e têm formação na área), auxiliares gerais da Coordenação de Estágio, professores supervisores (professores do curso DE Bacharelado em Educação Física responsáveis por ir a campo supervisionar as atividades dos estagiários) e o coordenador geral de estágio (responsável pelos convênios e contato com instituições de ensino).

Dada as suas singularidades, este regulamento deve ser utilizado complementando-se pelo Regulamento Geral de Estágio da IES, a fim de se constituir o estágio curricular com maior clareza e otimização, validando-se e constituindo-se todas as suas ações.

Desejamos que todos os nossos alunos realizem um estágio produtivo, rico em reflexões e experiências, construindo, assim, um profissional sério e qualificado para atender as

demandas sociais do século XXI e as necessidades regionais na área da educação e necessidade humana.



– OBJETIVOS

- O estágio supervisionado tem os seguintes objetivos gerais para os alunos:
- vivenciar na prática atividades teóricas que foram contempladas em sala de aula e com isso possibilitar uma maior reflexão do contexto teórico com a realidade prática nos diversos segmentos da Educação Física;
- formar profissionais com domínio sobre sua prática, com autonomia e capacidade de construir conhecimento pedagógico e tomar decisões;
- adquirir competências básicas para o exercício da profissão;
- observar e refletir sobre situações acadêmicas para compreender e atuar em situações contextualizadas;
- construir, colocar em uso e avaliar as competências essenciais ao seu exercício.

Para alcançar esses objetivos gerais, os alunos deverão, de acordo com o programa de estágio e prática no complexo esportivo do curso:

- Vivenciar na prática as técnicas inerentes à execução de procedimentos necessários à formação profissional;
- Legitimar o papel do profissional na equipe de docentes de Educação Física;
- Contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade;
- Formar um profissional com concepção ampliada na educação, com princípios que contemplam as dimensões biológicas, psicológicas e sociais do processo educacional;
- Participar das atividades de estágio propostas pela Instituição formadora.

– COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E MONITORIA

O estágio supervisionado do Curso de Bacharelado em Educação Física da FACSUR possui uma coordenação geral e docentes supervisores (professores do curso) para cada etapa de estágio.

A supervisão é parte integrante do estágio e tem o objetivo de organizar com os alunos os conhecimentos adquiridos; promover discussões sobre a prática vivenciada nas instituições de ensino e orientar os trabalhos desenvolvidos. Por estas características, é atividade imprescindível e sua carga horária deverá ser cumprida integralmente. Os horários de supervisão serão determinados pela Coordenação de Curso em acordo com a Coordenação de Estágio.



Cada turma poderá, a critério do supervisor, ter um monitor que deverá responsabilizar-se por: reunir-se periodicamente com o professor supervisor, bem como com o auxiliar geral de estágio; orientar os alunos sobre documentos e relatórios de estágio e conferir documentos. No final do semestre, o monitor que cumpriu com as atividades previstas para a função terá direito a um certificado de 25 horas.

Os alunos sempre devem se reportar ao supervisor de estágio para sanar quaisquer dúvidas ou problemas que vierem a ocorrer durante a realização do estágio.

– O ESTAGIÁRIO

Serão considerados estagiários, os alunos que estiverem regularmente matriculados no curso de graduação em Bacharelado em Educação Física. Compete aos estagiários:

- ter pleno conhecimento do projeto do estágio, das normas para sua realização e dos prazos estabelecidos;
- cumprir os prazos determinados no regulamento para a entrega de relatórios e documentos;
- cumprir o plano de estágio;
- ser assíduo às supervisões;
- respeitar os horários do estágio na Instituição Concedente;
- comportar-se adequadamente durante a realização do estágio;
- vestir-se adequadamente para a realização do estágio;
- respeitar os horários e as normas estabelecidas na Instituição Concedente;
- participar, na Instituição Concedente, das atividades determinadas pelo supervisor de estágio;
- participar dos Fóruns, debates e seminários de Estágio;

– O ESTÁGIO

O estágio supervisionado e as atividades práticas serão realizados em instituições de ensino e afins conveniadas com a FACSUR.

Compreendendo que o estágio supervisionado e a prática são atividades que envolvem teoria, prática e reflexão, as horas de estágio foram divididas em três tipos de atividades: supervisão, pesquisa orientada e atividades na Instituição Concedente. Os alunos que não cumprirem quaisquer dessas atividades no semestre previsto serão automaticamente reprovados e deverão refazê-las num semestre posterior.



O estágio consiste em uma atividade insubstituível, por isso as solicitações de licença de qualquer natureza não se estendem ao estágio e o aluno deverá realizá-los posteriormente, observando as etapas definidas neste manual. Por sua vez, o professor supervisor de estágio, deverá avaliar o aluno estagiário utilizando-se de critérios definidos e emitir conceito APTO ou NÃO APTO, fazendo-lhe corresponder uma nota que variará de 0 (zero) a 10 (dez), conforme estabelece o regimento da FACSUR.

A avaliação de desempenho desse aluno é realizada no decorrer de todo estágio de aprendizagem supervisionado, de forma processual, gradativa e contínua, em função da complexidade das atividades oferecidas no campo de atuação.

6. PLANO DE ESTÁGIO

6º Semestre: Estágio supervisionado I- Esportes

7º Semestre: Estágio supervisionado II- Atividade Física e Saúde

8º Semestre: Estágio supervisionado III- Cultura e lazer

– RELATÓRIO

O estagiário deverá apresentar, em cada semestre de estágio, relatos sobre as atividades desenvolvidas na Instituição Concedente. O Relatório de Estágio seguirá modelo padronizado, atendendo as demandas institucionais, podendo ser adaptado para melhor apresentar as particularidades do Curso de Educação Física, se devidamente aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso.

– DOCUMENTOS

- Toda etapa de estágio deve ser devidamente documentada para ser considerada legal. Ao iniciar o estágio o aluno deverá apresentar:
- Termo de compromisso (3 vias – fornecidas pela faculdade e assinadas pela instituição concedente);
- Projeto de Estágio Supervisionado;
- Plano de Atividades de Estágio Supervisionado; Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:
- Fichas de frequência (disponível na fotocopiadora da faculdade, na coordenação do curso, com o supervisor de estágio e no Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Declaração de realização de estágio e prática fornecida pela instituição concedente, quando necessário;



- Fichas de frequência assinadas pelo aluno, pelo preceptor no campo de estágio supervisionado e devidamente validadas pelo Supervisor de Estágio.

– AVALIAÇÃO

Em cada etapa de estágio, a avaliação do aluno será feita pelo professor supervisor que atribuirá notas expressas em escalas de 0 (zero) a 10 (dez) inteiros e refletirá, após a análise global, o desenvolvimento de aprendizagens, de competências e habilidades necessárias à formação do profissional. Será promovido o aluno que obtiver média igual ou superior a 7 (sete) inteiros.

O aluno que, por qualquer motivo, não concluir o Estágio Supervisionado ou obtiver nota inferior a 7 (sete) inteiros na avaliação, estará obrigado a realizá-lo novamente num semestre posterior, estando assim, impedido de obter a graduação em Bacharelado em Educação Física.

Os quesitos levados em consideração para a aprovação do aluno no Estágio Supervisionado são:

- Participação efetiva em todas as atividades individuais e de grupo propostas para o estágio;
- Realizar o trabalho dentro dos padrões recomendados e aprovados pela FACSUR;
- Realizar o trabalho utilizando os postulados técnicos adquiridos na FACSUR durante o curso de Educação Física;
- Entregar todos os materiais e relatórios nos períodos e prazos determinados;
 - Comportar-se em total conformidade com os princípios éticos profissionais recomendados ao Profissional em Educação Física

DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes às respectivas profissões, realizadas por alunos na Clínica Escola FACSUR, nos órgãos direcionados a Saúde Física. As atividades deverão ser acompanhadas pela faculdade, correspondendo ao curso que contemple em sua estrutura curricular o Estágio Supervisionado a que o aluno estiver regularmente matriculado, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Educação Física e definir atribuições, normas e procedimentos.



PARÁGRAFO ÚNICO: A PARTIR DA AUTORIZAÇÃO DO CURSO, DADA A EXPECTATIVA DE SER UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE, A IES DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, FIRMAR CONVÊNIO COM OS SISTEMAS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SAÚDE, EM ESPECIAL O SUS

– Sistema único de Saúde.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art.

3º São seus objetivos:

I - Oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas na área de Educação Física, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula e demais formas de estudo, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão;

II - Incentivar a análise de casos e situações reais;

III - Proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias no que concerne à saúde em instituições públicas e privadas e, principalmente, na região de inserção do curso de Educação Física da FACSUR.

CAPÍTULO III

Das Condições para Realização do Estágio



Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que: I - O aluno esteja regularmente matriculado;

II - A organização escolhida pelo aluno atenda aos requisitos exigidos pelo curso; III - A organização esteja apta à realização do Estágio Supervisionado, tenha um responsável técnico que será a ligação entre a organização e a faculdade. O responsável técnico deve ser da área de formação profissional do curso;

IV - Não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;

V - Não possa exceder a 30 (Trinta) horas semanais, ou 06 (seis) horas diárias; Ressalva o parágrafo 1 da lei 11788 de 25 de setembro de 2008: § 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino;

VI – Tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

Art. 5º - O Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física deverá ser constituído com carga horária mínima de 20% de sobre o total de horas-aulas estabelecidas para o curso e deverá ser iniciado no terceiro semestre do curso, dividida conforme segue:

I – 260 horas realizadas no âmbito da Clínica Escola.

II – 600 horas realizadas no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde. **Parágrafo Único:** Todas as áreas especificadas no Art. 5º, I, deverão ser realizadas no SUS – Sistema Único de Saúde em seus diversos níveis de complexidade.

Art. 6º - Parte do Estágio poderá ser realizado na Clínica Escola da IES que deverá estar disponibilizada aos alunos até o 5º semestre do curso, no ingresso da primeira turma.

CAPÍTULO IV

Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 7º O acompanhamento terá como responsáveis: I – O Coordenador do curso.

II – O responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio;

III – Um professor orientador;

IV – Um professor supervisor/preceptor;

V – Supervisor técnico da instituição concedente.



§ 1º- Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador e o supervisor/preceptor, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, colimitado a 04 (quatro) orientandos para 1 (um) orientador e o máximo de 04 (quatro) estagiários por supervisor/preceptor.

§ 2º- O professor orientador poderá exercer os papéis de orientador e de supervisor/preceptor, porém o dimensionamento máximo de vagas de orientação e de supervisão devem ser limitadas conforme o § 1º.

Art. 8º Compete ao responsável pelo núcleo de estágio da IES:

I - Observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008;

II - Assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado;

III - Oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso;

IV – Administrar as relações entre as IES e os concedentes, informando à Direção Acadêmica sobre todas as expectativas de ambas as partes, através de relatórios periódicos;

V - Manter o canal de comunicação efetiva com os órgãos/instituições que compõem os locais de oferta de estágio, mediante a realização de programa de parcerias, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos;

VI - Prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade;

VII- Aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 9º Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – Apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados e obedecer o horário e o local estabelecido em pauta;

III - Preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;



IV- Utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V - Receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Art. 10º Compete ao supervisor/preceptor:

I – Supervisionar o aluno na realização do estágio, informando a partir de relatório orientador e a concedente para ações de melhoria da eficácia do estágio;

II – Acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio;

III – Acompanhar o preenchimento do relatório de estágio para a IES.

Art. 11º Compete ao supervisor técnico da concedente:

I - Observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, decreto nº87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008;

II – Acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio;

III – Acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

Art. 12º Compete ao aluno:

I - Estar devidamente matriculado;

II - Escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III - Elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;

IV - Providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a instituição prestadora de serviços em saúde. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V - Comprovar condição de acesso à instituição, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da organização e do Núcleo de Estágio em até 15 dias após o início do estágio;



VII - Elaborar projeto relacionado com a área de conhecimento do curso de Educação Física.

Parágrafo Único: É necessário que a instituição prestadora de serviços em saúde com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 13º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema e será supervisionado por um supervisor/preceptor, bem como será supervisionado por um supervisor indicado pela concedente.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer ao manual de normas para a elaboração formal de trabalhos científicos, disponível para alunos e professores respectivamente na biblioteca da instituição.

CAPÍTULO V

Do Seguro Obrigatório

Art. 14º É responsabilidade da faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto nº87.497, de 1982 e na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais.

Art. 15º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISOR TÉCNICO
/ORIENTADOR / COORDENADOR DE ESTÁGIO



Esta ficha deverá ser preenchida pelo Supervisor Técnico do Estágio na Empresa, Instituição Pública ou outra Concedente, na primeira metade do estágio e/ ou concluído, devendo ser avaliado por ocasião da supervisão do estágio feita pelo Professor Orientador e Coordenador de Estágios da FACSUR.

	CONCEDENTE		
	SUPERVISOR DO ESTÁGIO		
	CARGO/FUNÇÃO		
	TELEFONE P/CONTATO		
	CPF:	E-MAIL:	
	ESTAGIÁRIO:		
	CURSO:		
	TELEFONE P/CONTATO:		
	ENDEREÇO COMPLETO		
	Nº		BAIRRO: CEP:

	CIDADE:	 E-MAIL:
	C.I.:	ORGÃO EMISSOR:
	CPF:	

3 - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE
O(A)ALUNO(A)_____,RG_____,
CUMPRIU

_____ horas de estágio supervisionado nesta Instituição no período de_
_____.

PINHEIRO-MA,_____DE_____DE_____.

Instituição Concedente



4 - ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO:

4.1 – O estagiário ajustou-se às condições de estágio?

☐ MUITO BEM ☐ BEM ☐ EM ☐ COM DIFICULDADE ☐ NÃO

4.2 – A CONCEDENTE FEZ ACOMPANHAMENTO SUPERVISIONADO/ORIENTADO DO ESTAGIÁRIO?

☐ FREQUENTEMENTE ☐ ALGUMAS VEZES ☐ NUNCA

4.3 – NO ENCERRAMENTO DO ESTÁGIO, O ESTAGIÁRIO SERÁ ADMITIDO PELA EMPRESA/ INSTITUIÇÃO? SE AFIRMATIVO, EM QUE FUNÇÃO?

☐ NÃO ☐ SIM ☐ NÃO ☐ SIM

FUNÇÃO:

.....

5 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

.....



6 - AVALIAÇÃO:(EXC) EXCELENTE; (BOM) BOM; (REG) REGULAR =;
(INS)
INSUFICIENTE.

(8 a 10) (7 a 8) (5 a 7) (abaixo de 5)

ASPECTOS

		X C	O M	E G	N S
1 - ASSIDUIDADE	Cumprimento do horário de trabalho determinado pela concedente				



2 DISCIPLINA	-	Observância das normas e regulamentos internos da concedente	
3 SOCIABILIDADE	-	Predisposição para se integrar, cooperar e se relacionar com supervisores, chefes e colegas.	
4 RESPONSABILIDADE	-	Eficiência e eficácia na execução de tarefas e zelo pelos equipamentos e bens da concedente que lhe são confiados no trabalho	
5 SEGURANÇA DO TRABALHO	-	Cumprimento das normas de biossegurança	
6 INTERESSE	-	Empenho em realizar as tarefas solicitadas e em aprimorar a vida profissional	
ASPECTOS PROFISSIONAIS			X O E N C M G S
1- RENDIMENTO		Qualidade de trabalho, tendo em vista o padrão exigido do estagiário.	



DE TRABALHO		
2 - CONHECIMENTO	• Domínio demonstrado no desempenho das atividades pela concedente	
3- CUMPRIMENTO DAS TAREFAS	• Segurança, precisão e diligência na execução dos atendimentos	
4 - APRENDIZAGEM	• Capacidade para assimilar novos conhecimentos, necessários ao desempenhados atendimentos	

5 - INICIATIVA	• Facilidade para encontrar soluções necessárias ao bom desenvolvimento dos atendimentos	
---------------------------	--	--

**CONCEDENTE
DO ESTÁGIO**

Local / Data: ____ / ____ / ____



ASSINATURA DO SUPERVISOR TÉCNICO CARIMBO DA
EMPRESA/INSTITUIÇÃO

INTERVENIENTE
DO
ESTÁGIO

AVALIAMOS O PRESENTE
ESTÁGIO

☐ RAZOÁVEL ☐ BOM

☐ REGULAR ☐ EXCELENTE

☐ INCOMPLETO

Local / Data: __/__/____

ATESTA
MOS O
PRESENTE
ESTÁGIO

CURRIC
ULAR

Local / Data:

____/____/____

Assinatura do Professor
Orientador

Assinatura do
Coordenador
do Curso

AUTORIZAMOS A EMISSÃO DO ATESTADO DE ESTÁGIO
CURRICULAR, DEPOIS DE ATENDIDAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, CONFORME
AVALIAÇÕES CONTIDAS NA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO



Local / Data: / / _ -----

PINHEIRO – MA

20_____



8.10 REGULAMENTO DO NÚCLEO DE APOIO FINANCEIRO E MONITORIA

REGULAMENTO DE MONITORIA

A Diretora Geral, em consonância com o que determina o Regimento Interno da Faculdade Supremo Redentor (FACSUR), institui o Regulamento de Monitoria dessa instituição.

Art. 1º – O Faculdade Supremo Redentor (FACSUR) admitirá, sem vínculo empregatício, discentes do curso de graduação nas funções de Monitor, tendo como finalidade a formação de futuros profissionais.

Art. 2º – A Monitoria acadêmica está direcionada em dois aspectos:

- I – Auxílio ao docente como apoio didático;
- II – Auxílio às atividades de caráter administrativo.

Art. 3º – São objetivos da Monitoria no que tange ao auxílio docente como apoio didático:

- I – Oportunizar ao discente que apresente rendimento escolar geral satisfatório e manifeste interesse em aprimorar os conhecimentos acadêmicos nas áreas específicas e na investigação científica, consolidando teoria e prática;
- II - Assegurar a cooperação do corpo discente ao corpo docente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III - Oferecer ao discente a oportunidade de desenvolver-se e aperfeiçoar-se no processo acadêmico, consolidando seu progresso científico.

Art. 4º – São objetivos da Monitoria no que tange ao auxílio às atividades de caráter administrativo:

- I – Oportunizar ao discente adquirir conhecimentos para a elaboração de relatórios;
- II – Colaborar com a organização dos eventos institucionais;
- III – Permitir ao discente acompanhar as ações desenvolvidas pela Coordenação onde exerce a função de monitor;
- IV – Colaborar com a aquisição de conhecimentos sobre a realização de atividades práticas do meio acadêmico;



Art. 5º – São atribuições do Monitor:

I – Colaborar com os professores no planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão, bem como auxiliar nas tarefas didáticas e/ou atividades de pesquisa e extensão, compatíveis com sua área de conhecimento;

II – Cooperar com a Instituição, participando das atividades acadêmicas e administrativas.

Art. 6º – A distribuição das vagas para monitor será feita pelo CAE (Centro de Apoio ao Estudante através do Núcleo de Ensino (NUEN) da Faculdade Supremo Redetor a partir da demanda de vagas encaminhada pelo Coordenador de Curso.

Art. 7º – A seleção deverá ser realizada por meio de edital lançado semestralmente divulgado amplamente na Instituição, em período pre-estabelecido pelo NUEN da Faculdade podendo submeter-se a seleção o discente que satisfizer os seguintes requisitos:

I – Estar regularmente matriculado;

II – Não estar em dependência em nenhuma disciplina do Curso;

III – Não ter sofrido sanção disciplinar.

IV – Estar apto a concorrer as vagas respeitando as prerrogativas do edital.

Art. 8º – A seleção será realizada por uma comissão composta pelo professor titular da Disciplina pleiteada e pelo Coordenador de Curso e abrangerá:

I – Pré-Inscrição;

II – Redação com tema pertinente à disciplina pleiteada;

III – Entrevista com análise do currículo para avaliar expectativas do(a) candidato(a).

§ 1º – As etapas de Pré-Inscrição e de Redação são eliminatórias;

§ 2º – A Entrevista é classificatória;

§ 3º – Serão aprovados os candidatos que obtiverem média mínima de 07 (sete) na Redação;

§ 4º – Em caso de empate a classificação obedecerá a verificação dos critérios a seguir:

I – Maior média na disciplina pleiteada;



II – Maior média no curso.

Art. 9º – Caso haja desistência do discente aprovado, automaticamente assumirá o candidato classificado.

Art. 10º – O exercício da Monitoria será de 01 (um) semestre letivo, podendo ser renovado desde que o discente submeta-se e seja aprovado em nova seleção.

Art. 11 – O Monitor que atua no auxílio docente exercerá suas atividades em regime semanal de 04 (quatro) horas, ficando vinculado ao professor da respectiva disciplina.

Art. 12 – O Monitor que atua no auxílio às atividades acadêmicas e administrativas exercerá suas atividades em regime semanal de até 12 (doze) horas semanais, em horário diferente daquele em que esteja matriculado.

Parágrafo Único – O controle de frequência do Monitor será feito pelo professor.

Art. 13 – As atividades da Monitoria obedecerão a um plano de trabalho elaborado conjuntamente com o professor e/ou coordenador e o monitor.

§ 1º – O plano de trabalho deverá ser elaborado de forma a não causar prejuízo as atividades regulares do discente;

§ 2º – Na distribuição da carga horária deverá ser observado a flexibilidade das horas.

Art. 14 – Ao final do semestre letivo o professor e/ou apresentará às Coordenações de Pesquisa e Extensão e de Curso o Relatório de suas atividades, destacando os pontos cumpridos no plano de trabalho e o desempenho geral do monitor.

Parágrafo Único – O Professor e/ou Coordenador deverá emitir parecer sobre o relatório e emitir conceito sobre o Monitor.

Art. 15 – Visando a melhoria do Sistema de Monitoria, semestralmente será procedida avaliação da atuação dos Monitores pela Coordenadoria do Curso e Professores com quem desenvolveram suas funções.

Art. 16 – Será expedida declaração de exercício de Monitoria por disciplina junto a qual o Monitor desenvolveu suas atividades, firmado pelo Coordenador do Curso e Diretor Geral do Instituto.



Parágrafo Único – Terá direito a Declaração, o Monitor cuja frequência em suas atividades tenha sido igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 17 – Os casos não previstos nestas normas serão resolvidos pela Administração Superior.



8.11 REGULAMENTO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CAPÍTULO I

Da Conceituação

Art. 1º A iniciação científica é uma atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, orientado por profissional qualificado, e que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da iniciação científica.

Art. 2º O Programa de Iniciação Científica da FACSUR, consiste num instrumento de financiamento da investigação científica, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 3º O Programa é um instrumento que permite introduzir os estudantes dos cursos de graduação à iniciação científica, configurando-se como poderoso fator de apoio às atividades de ensino.

Art. 4º O programa tem como objetivos:

- I) iniciar e apoiar o aluno na prática da iniciação científica;
- II) desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa;
- III) Estimular o professor orientador a formar equipes;
- IV) Identificar e estimular os alunos com vocação para iniciação científica.

CAPÍTULO III

Administração, Monitoramento e Avaliação

Art. 5º O gerenciamento do programa fica a cargo do Núcleo de Pesquisa e Extensão da FACSUR que nos termos do presente regulamento, baixará todos os atos necessários à sua execução.



Art. 6º O programa contará com uma comissão, com o objetivo de fornecer as diretrizes acadêmicas do programa, acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, além de analisar e dar parecer sobre os pedidos de bolsas e sobre os relatórios dos bolsistas nos casos de renovação.

§ 1º A comissão do programa será constituída por dois professores designados por atos da NUPEX.

CAPÍTULO IV

Bolsas de Iniciação Científica

Art. 7º A quota dos bolsistas de Iniciação Científica será fixada anualmente por ato da Diretoria Acadêmica.

Art. 8º As bolsas de Iniciação Científica serão distribuídas conforme plano aprovado pela Diretoria Acadêmica, ouvido o Conselho Superior, em base proporcional à densidade educacional dos recursos de graduação e consiste em remuneração de até 50% do valor da mensalidade na forma de desconto na mensalidade.

Art. 9º As bolsas de Iniciação Científica serão concebidas, no âmbito de projetos de pesquisa de docentes da FACSUR, que sejam preferencialmente, doutores ou mestres com maior carga horária na Instituição e com produção científica relevante.

Parágrafo único. Cada solicitante poderá pleitear, no máximo, uma bolsa do PIC, independentemente do número de projetos apresentados.

Art. 10º. O professor orientador é pessoalmente responsável pelo acompanhamento da atividade do bolsista, devendo comunicar à Diretoria qualquer irregularidade.

Parágrafo único. O professor orientador deverá consagrar um mínimo de 1 hora para o bolsista a título de orientação acadêmica.

Art. 11º. A solicitação de Bolsa de Iniciação Científica deverá ser feita em formulário próprio acompanhado de projeto apresentado no padrão exigido conforme o roteiro para apresentação de projetos, além dos seguintes itens:

- I. Currículum vitae do professor orientador
- II. Histórico escolar do bolsista



III. Plano de trabalho para o bolsista

§ 1º O Plano de Trabalho para o Bolsista deverá conter os seguintes itens:

- I. Natureza do trabalho a ser executado;
- II. Carga horária semanal;
- III. Metodologia a ser empregada;
- IV. Resultados esperados.

§ 2º Os projetos deverão ser encaminhados ao Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX), com a chancela da coordenação de curso.

Art. 12º. Serão considerados, para a concessão das Bolsas de Iniciação Científica, os seguintes critérios:

- I. Titulação do professor orientador;
- II. Regime de trabalho do professor orientador;
- III. Consistência teórico-metodológica do projeto;
- IV. Plano de trabalho proposto para o bolsista.

Art. 13º. Somente poderá ser indicados para as bolsas de iniciação científica os estudantes da FACSUR, regularmente matriculados nas seguintes condições:

- I. Estejam em dia com as mensalidades escolares;
- II. Estejam cursando entre o segundo e o penúltimo período letivo;
- III. Possuam médias gerais iguais ou superiores a 7,0 (sete);

Paragrafo único: o aluno só poderá ser indicado por um único orientador e para um único projeto.

Art. 14º. O desenvolvimento do trabalho dos bolsistas será acompanhado por meio de relatórios parciais (semestrais) e finais (anuais), elaborados pelos próprios bolsistas, sob a supervisão do professor orientador.

§ 1º Os relatórios devem conter os seguintes itens:

- I. Identificação (título, bolsista (s), orientador, curso);
- II. Descrição das etapas desenvolvidas pelo aluno;
- III. Metodologia utilizada;
- IV. Resultados alcançados;
- V. Conclusões;



VI. Referências bibliográficas.

§ 2º São obrigações do bolsista:

- I. Cumprir o programa e a carga horária de trabalho;
- II. Apresentar relatórios parciais e finais das atividades desenvolvidas;
- III. Apresentar seminário em evento de Iniciação Científica promovido pela Faculdade;
- IV. Comparecer às atividades propostas pelo NUPEX, no âmbito da formação geral para a investigação;
- V. Assistir palestras, encontros ou cursos, por determinação do professor-orientador, desde que relevantes para o trabalho desenvolvido.

Art. 15º. A duração das Bolsas de Iniciação Científica será delimitada conforme edital publicado a cada ano, e a carga horária mínima semanal também, aprovado pela Diretoria Acadêmica, admitindo-se a renovação por igual período, consoante solicitação do professor- orientador e parecer da Comissão.

Art. 16º. Os bolsistas deverão ser substituídos nos seguintes casos:

- I. Cancelamento ou trancamento de matrícula;
- II. A pedido;
- III. Por solicitação do orientador, devidamente justificada.

Art. 17º. O cancelamento da bolsa poderá ser feito a qualquer momento, devendo o órgão competente da Faculdade comunicar ao bolsista com, pelo menos, trinta dias de antecedência. **Art. 18º.** Somente farão jus ao Certificado de Bolsista de Iniciação Científica os alunos que, além do cumprimento de suas obrigações, tiverem seus relatórios e trabalhos apresentados no evento de Iniciação Científica promovido pela Faculdade e aprovados pela Comissão.

Pinheiro-MA, ____ de ____ de

Núcleo de Pesquisa e Extensão
NUPEX - FACSUR

Luzinete Pontes Brandão



Diretora Geral da FACSUR



8.12 PROGRAMA PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS DA FACSUR

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Faculdade Supremo Redentor FACSUR – sediada no município de Pinheiro, na rua Floriano Peixoto 604, realizará o **PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS**, para alunos ingressantes no **PROCESSO SELETIVO/2024.1**.

Parágrafo Único: O programa de concessão de bolsas de estudos para o **PROCESSO SELETIVO/2024.1**, é um projeto que faz parte do Programa de Responsabilidade Social da Instituição.

Art. 2º O Projeto tem por objetivo promover inclusão social, através do programa “O Ensino Superior ao Alcance de Todos”, cuja finalidade principal é proporcionar aos alunos e sociedade como um todo, assistência ao ingresso e permanência no ensino superior, ofertando oportunidade de qualificação profissional e ensino de qualidade.

Art. 3º Poderão participar do programa de bolsas de estudos, apenas candidatos ingressantes no **PROCESSO SELETIVO/2024.1** que venham a se matricular, sendo vedada participação de alunos já matriculados nesta IES.



REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS FACSUR 2024.1 VESTIBULAR OU NOTA ENEM

TÍTULO I DAS INSCRIÇÕES

Art. 1º Poderá se inscrever no programa de bolsas de estudos **PROCESSO SELETIVO/2024.1** qualquer candidato que atenda aos critérios estabelecidos no Art.1º do PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DA FACSUR 2024.1.

TÍTULO II

DA BOLSA DE ESTUDO

Art. 2º Será ofertada aos candidatos aprovados no **VESTIBULAR/PROCESSO SELETIVO/2024.1 OU INGRESSANTES POR NOTA DO ENEM**, 2 (duas) modalidades

de bolsas de estudos, denominadas: Bolsas Institucionais e Bolsas até o FIES, válidas somente para pagamento pontual, conforme tabela abaixo:

Parágrafo Único: Para ingresso é necessário que o aluno apresente nota do ENEM igual ou superior a 400 pontos dos últimos 5 anos.

Art. 3º As bolsas serão distribuídas de acordo com os seus cursos, com percentagens específicas para cada um deles

I. CURSO GRADUAÇÃO EM DIREITO:

- a) Bolsa de 50% de desconto durante o curso todo;
- b) Bolsa de 70% até o FIES, será contemplada já a partir da matrícula ou rematrícula que já é a 1ª mensalidade do semestre, até a contemplação do FIES, para os alunos que obtiveram no mínimo 450 pontos no FIES e não



zeraram na redação, de acordo o TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ATÉ O FIES

– 2024, anexo I.

II. CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA:

- a) Bolsa de 60% de desconto durante o curso todo;
- b) Bolsa de 70% até o FIES, será contemplada já a partir da matrícula ou rematrícula que já é a 1ª mensalidade do semestre, até a contemplação do FIES, para os alunos que obtiveram no mínimo 450 pontos no FIES e não zeraram na redação, de acordo TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ATÉ O FIES – 2024, anexo I.

III. CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM:

- a) Bolsa de 60% de desconto durante o curso todo;
- b) Bolsa de 70% até o FIES, será contemplada já a partir da matrícula ou rematrícula que já é a 1ª mensalidade do semestre, até a contemplação do FIES, para os alunos que obtiveram no mínimo 450 pontos no FIES e não zeraram na redação, de acordo com TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ATÉ O FIES – 2024, anexo I

IV. CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA:

- a) Bolsa de 50% de desconto durante o curso todo;
- b) Bolsa de 70% até o FIES, será contemplada já a partir da matrícula ou rematrícula que já é a 1ª mensalidade do semestre, até a contemplação do FIES, para os alunos que obtiveram no mínimo 450 pontos no FIES e não zeraram na redação, de acordo com TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ATÉ O FIES – 2024, anexo I.

V. CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA:



- a) Bolsa de 40% de desconto durante o curso todo;
- b) Bolsa de 70% até o FIES, será contemplada já a partir da matrícula ou rematrícula que já é a 1ª mensalidade do semestre, até a contemplação do FIES, para os alunos que obtiveram no mínimo 450 pontos no FIES e não zeraram na redação, de acordo com TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ATÉ O FIES – 2024, anexo I

Art. 4º A Bolsa de Estudos só terá validade em mensalidades pagas, **IMPRETERIVELMENTE**, até os dias dos vencimentos informados no contrato assinado no ato da matrícula, caso haja pagamento após as datas indicadas, o alunobolsista perderá o desconto.

Parágrafo único: Em nenhuma hipótese haverá mudança nas datas de vencimento acima elencadas, cabendo exclusivamente ao aluno beneficiário se programar para gozar dos benefícios ofertados neste programa. Qualquer pedido neste sentido será sumariamente desconsiderado e indeferido.

TÍTULO III

DA PERDA DA BOLSA DE ESTUDOS

Art. 5º O aluno perderá o direito à bolsa concedida se:

- a) Não realizar matrícula e rematrícula nos prazos estabelecidos;
- b) Trancar ou cancelar a matrícula;
- c) Atrasar o pagamento de duas ou mais mensalidades;
- d) Estiver no programa de parcelamento de dívida da Instituição;
- e) Infringir qualquer Cláusula do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, bem como do Regimento Interno da Instituição;
- f) Estiver cadastrado em outro programa de bolsa de estudos, descontos ou financiamentos.

TÍTULO IV CONSIDERAÇÕES FINAIS



Art. 6º A Faculdade Supremo Redentor FACSUR, cumprirá todos os artigos desderegulamento.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Equipe de Direção e Comissão Organizadora.

Pinheiro 25 de OUTUBRO de 2023.

Luzinete Pontes Brandão

Diretora Geral

ANEXO II

TERMO DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ATÉ O FIES – 2024

Faculdade Supremo Redentor LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF: sob nº 22.026.526/0001-83, com sede na cidade de Pinheiro – MA, Rua Floriano Peixoto, nº 604, Centro, CEP:

65.200.000 Tel. (98) 3381-3205, doravante denominada FACSUR – FACULDADE SUPREMO REDENTOR, concede através deste Instrumento, Bolsa de Estudos até o FIES, ao (à) ALUNO (A), RA:, portador (a) do RG nº. e do CPF/MF nº, residente e domiciliado a, Bairro Cidade Estado, CEP, regularmente matriculado (a) no Curso de, doravante denominado aluno (a), nas seguintes condições:

- 1)PREENCHER.....
- 2) A Bolsa de Estudos ATÉ O FIES será contemplada já a partir da matrícula ou rematrícula que já é a 1ª mensalidade do semestre, até a contemplação do FIES, para os alunos que obtiveram no mínimo 450 pontos no FIES e não zeraram na redação.
- 3) A partir do aceite deste Termo, o (a) ALUNO (A) receberá o boleto para pagamento da mensalidade já com o desconto relativo à Bolsa de Estudos conforme descrito no item 1.
- 4) A presente Bolsa de Estudos fica condicionada ao pagamento da mensalidade até o devido vencimento.
- 5) **O não pagamento da mesma até a data firmada acarretará no pagamento integral da mensalidade, acrescido de multa e juros.**
- 6) **HAVENDO O ATRASO NO PAGAMENTO DA MENSALIDADE POR 3 VEZES DENTRO DO SEMESTRE OU PERMANECENDO A INADIMPLÊNCIA POR 3 MESES CONSECUTIVOS, A BOLSA DE ESTUDOS SERÁ CANCELADA, NÃO PODENDO SER RENOVADA, OU NOVAMENTE CONCEDIDA.**
- 7) A manutenção da Bolsa de Estudos objeto do presente Termo para os semestres subsequentes está condicionada à renovação da matrícula.



8) Para a renovação da bolsa de estudos, com descontos nos moldes do item 1, estará condicionada a performance acadêmica do aluno, devendo o ALUNO(A) ter média mínima de 7,0(sete) em todas as disciplinas cursadas no semestre e o cumprimento de todas as atividades acadêmicas.

9) O presente Termo de Concessão de Bolsa de Estudos vigora conjuntamente com o Requerimento de Matrícula, o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, as políticas adotadas pela Instituição de Ensino e a legislação vigente, não sendo permitido o acúmulo da Bolsa de Estudos objeto do presente, com quaisquer outras eventualmente concedidas pela Instituição de Ensino, exceto se expressamente por ela autorizado.

10) A manutenção da Bolsa de Estudos do (a) ALUNO (A) que tenha descumprido o pactuado nos itens 4, 5 e 6 do presente instrumento poderá ocorrer por mera liberalidade da Instituição de Ensino e não será entendida como novação ou renúncia, dos termos aqui compactuados podendo a Instituição de Ensino efetuar o cancelamento em caso de

~~- novo descumprimento.-----~~

11) A Bolsa de Estudos concedida é válida apenas para o curso especificado no Requerimento de Matrícula.

12) O presente instrumento cancela e substitui eventual termo assinado/aceito anteriormente.

~~- 13) Apenas no caso de não abertura de turma do curso escolhido, o aluno poderá solicitar a transferência do benefício para outro curso com abertura confirmada.~~

E, por estarem justos e acordados, Faculdade Supremo Redentor e Aluno (a) aceitam, o acima pactuado, a partir da assinatura.

Pinheiro-MA, 25/10/2023

Assinatura do Discente	Representante Legal
Ass:	Ass:
Secretário(a)	----- -----
Ass:	

8.12 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE BOLSAS TRABALHO DA FACSUR

1. DO PROGRAMA BOLSA TRABALHO DA FACULDADE SUPREMO REDENTOR



1.1 O Programa Bolsa Trabalho da FACSUR tem como objetivo apoiar o desenvolvimento técnico-científico, oportunizando aos acadêmicos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação a concessão de bolsas que viabilizem a permanência dos alunos na Faculdade e contribuam para sua formação intelectual, acadêmica e profissional.

1.2 A Bolsa Trabalho da FACSUR é um auxílio financeiro concedido ao aluno de graduação que atenda aos requisitos previstos na legislação aplicável (Legislação de Estágio), **com fins de aprendizagem acadêmica** nos setores internos dos Campus da FACSUR.

2. DA BOLSA

1.1 O valor mensal da bolsa será referente a um desconto no valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.

1.2 A bolsa concedida terá a duração de 06 meses, de acordo com o período de vigência previsto no Termo de Compromisso de Bolsista, podendo ser renovada tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.

3. DO BOLSISTA

3.1 Cumprir as Normas do Programa, bem como o plano de atividades a ele designado;

3.2 Assinar Termo de Compromisso com a FACSUR, quando convocado;

3.3 Seguir orientações do supervisor no local de trabalho;

3.4 Apresentar a chefia da unidade, com antecedência de 30 (trinta) dias, proposta de seu desligamento do Programa.

3.5 Ter disponibilidade de 20 horas semanais no turno da manhã ou tarde (conforme escolha de turno no formulário de inscrição) para exercício das atividades.

4. DO CANCELAMENTO DA BOLSA

4.1 A bolsa concedida poderá ser cancelada, em qualquer época, nas seguintes situações:

a. Por solicitação do supervisor de atividades, face ao não cumprimento das obrigações do bolsista;



- b. Pelo desaparecimento das condições regulamentares que determinaram a concessão;
- c. Abandono do Curso, reprovação ou trancamento da matrícula;
- d. O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.
- e. Aplicação de qualquer pena disciplinar conforme dispõe o Regimento Geral da FACSUR.

5.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. Será desligado a qualquer tempo do Programa Bolsa Trabalho o bolsista que apresentar informações e cópias de documentos falsos, sem prejuízo de processo administrativo e/ou judicial cabível.
- b. A Secretária Acadêmica realizará entrevista (caso necessário) com a finalidade de identificar o perfil do acadêmico para designar em qual Campus o bolsista irá atuar.
- c. Os casos omissos serão deliberados pela Secretaria Acadêmica.

Pinheiro, MA, ____ de ____ de ____.

Luzinete Pontes Brandão

Diretora Geral da FACSUR



FICHA DE INSCRIÇÃO BOLSA DO PROGRAMA BOLSA TRABALHO

Dados Pessoais e Acadêmicos:

Nome: _____

Curso: _____

Nº de Matrícula: _____

Qual semestre está cursando atualmente: _____ Turno: _____

Carteira de Identidade: _____ Órgão expedidor: _____

CPF: _____ Data de Nascimento: _____ Estado

Civil: _____

Endereço: _____ Nº _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Marcar suas habilidades:

- **Tecnologia:** Recursos básicos do Windows e/ou LibreOffice: () processador de texto; () planilha de cálculo e gráficos; () apresentação gráfica entre outros; () operar funções da Internet. Outros:

- **Organizacional:** () Organização de arquivo; () Controle patrimonial e de estoque; () Priorizar e hierarquizar tarefas. Outros:

- **Comunicação:** () Redação técnica clara e eficaz (Ofício, Declaração, Documentos Oficiais); () Atendimento ao público de maneira cortês; () Capacidade de atitudes flexíveis e de adaptá-las a terceiros e a situações diversas; () Capacidade de aprendizado com rapidez. Outros:

- **Social:** () Bom relacionamento interpessoal; () Capacidade de trabalhar em equipe, gerenciando conflitos e interesses. Outros:

- **Comportamental:** () Iniciativa; () Criatividade; () Adaptabilidade; () Consciência da Qualidade; () Ética; () Coerência. Conhecimento em Língua Estrangeira: _Nível: () Básico () Intermediário () Proficiente. Outros: _____

- Horário disponível para atuar nas unidades administrativas da FACSUR:

- () 8h as 12h () 14 as 18h () 16 as 20h () 18 as 22h Outros:



Pinheiro, MA, ____ de ____ de 20 ____

Assinatura do(a) Candidato(a)



8.13 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA FACSUR

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 1. As atividades de extensão na FACSUR se constituem sob a égide da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Meta 12, estratégia

12.7 do Plano Nacional de Educação e do artigo 207 da Constituição da República Federal do Brasil de 1988.

Art. 2. Na FACSUR as atividades de extensão se estabelecem como [...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

Art. 3. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação da FACSUR e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

Parágrafo único. Entende-se por carga horária total a soma das horas dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, Atividades de complementação profissional ou de complementação profissional, estágio obrigatório e outras atividades práticas e teóricas que compõem a matriz curricular de cada curso de graduação.

Art. 4. São consideradas atividades de extensão as ações que envolvam diretamente a comunidade externa com a FACSUR e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Art. 5. Para efeito deste regulamento são consideradas práticas de extensão:



I – A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II – A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III – A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV – A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;

V – O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VI – A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VII – A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

VIII – O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

IX – O apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

X – A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

Art. 6 As atividades de extensão podem ser constituídas nas seguintes modalidades:



I -Programas;

II - Projetos;

III -Cursos e oficinas;IV - Eventos;

V - Prestação de serviços.

CAPÍTULO II

DA INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 7. Os PPCs deverão definir as atividades de extensão que serão reconhecidas para fins de creditação curricular, dentro das seguintes unidades curriculares:

I – Como disciplina específica da matriz curricular, que dedicará toda a carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão;

II – Como atividade de extensão em parte da carga horária de uma disciplina do currículo, constituída de ações de extensão em projetos, cursos e eventos;

III –Como composição dos itens I e II.

§ 1º Não é objetivo aumentar a carga horária total dos cursos de graduação. Entretanto, se o Colegiado de Curso, julgar necessário, deverá justificar a necessidade de aumento da carga horária e submeter à apreciação do CONSUP.

§ 2º. As disciplinas referentes ao Inciso I serão registradas no histórico como disciplinas curriculares nomeadas Práticas de Extensão.

§ 3º. As disciplinas referentes ao Inciso II serão registradas no histórico tendo parte de sua carga horária como extensão.

§ 4º. As atividades de extensão deverão ter um professor orientador e supervisor sob sua égide, o qual determinará os temas, os conhecimentos desenvolvidos e aplicados, o público interno e externo atingido e o *modus operandi* de cada uma das atividades desenvolvidas.



§ 5º. As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupos de alunos, sendo tal dimensionamento estabelecido pelo professor orientador/supervisor.

§ 6º. Em qualquer que seja a modalidade, o aluno deverá ser avaliado a partir do seu relatório de execução da atividade e o professor, por sua vez, deverá enviar o arquivo digital para repositório de comprovação das atividades desenvolvidas à coordenação de Atividades de complementação profissional e Extensão.

§ 7º. A constituição da carga horária das Práticas de Extensão deverá ser estabelecida, considerando:

- a) Mínimo de 10 (dez) horas para planejamento;
- b) Mínimo de 10 (dez) horas para execução da atividade:
 - i - Quando evento, curso ou projeto, a carga horária em prevê todos os aspectos organizacionais até a execução;
 - ii - Quando prestação de serviços à comunidade, a carga horária prevê desde a interação com a comunidade até a efetivação do serviço.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL E EXTENSÃO

SEÇÃO 1

DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL E EXTENSÃO

Art. 8. Fica desde já constituída a Coordenação de Atividades de complementação profissional e Extensão para constituir a gestão das atividades de extensão na FACSUR.



§ 1º. A coordenação de Atividades de complementação profissional e extensão deverá manter pasta de cada aluno com as atividades desenvolvidas e portfólio das ações no formato digital em nuvens e backup.

§ 2º. A coordenação de Atividades de complementação profissional e extensão deverá se reunir antes de cada semestre do curso para o planejamento das atividades de extensão para o semestre e constituir cronograma das atividades para cada curso, mantendo a organização de arquivos, certificados e outros aspectos necessários ao pleito.

§ 3º. Toda a gestão de arquivos, emissão de certificados e outras necessidades da coordenação de Atividades de complementação profissional e extensão deverá ser feita única e exclusiva na forma digital.

SEÇÃO 2

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NA MATRIZ CURRICULAR

Art. 9. As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina específica da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais conhecimentos que constituem os conteúdos do curso e deverão estar registradas no sistema de registro de ações de extensão da FACSUR, no formato digital, sob a égide da coordenação de Atividades de complementação profissional e Extensão.

Parágrafo único: As atividades desenvolvidas como extensão devem envolver a comunidade externa e estar articuladas aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

Art. 10. O plano de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente à cada atividade.



Parágrafo único: A incorporação de atividades de extensão em parte da carga horária de disciplina da matriz curricular não implica necessariamente alteração na ementa da disciplina.

Art. 11. A participação dos estudantes em ações de extensão em projetos, eventos e cursos que envolvam a comunidade interna e externa PODERÁ ser reconhecida para fins de integralização curricular e poderá ser registrada em disciplinas denominadas “Práticas de Extensão”, ou:

I – “Práticas de Extensão – Projetos”; II – “Práticas de Extensão – Evento”;

III – “Práticas de Extensão – Cursos”.

IV – “Práticas de Extensão – Programas”.

V – “Práticas de Extensão – Prestação de Serviços”.

§ 1º O PPC deverá especificar as características das ações de extensão que desempenham papel formativo para os estudantes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos por esta resolução normativa.

§ 2º O PPC poderá definir a carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante em cada uma das modalidades mencionadas nos incisos de I a V.

§ 3º Preferencialmente, as atividades de extensão devem ser oferecidas ao estudante no seu turno de estudo.

§ 4º Horas de estágio não podem ser contabilizadas como extensão.

§ 5º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas na Secretaria Acadêmica da FACSUR, e será considerada a carga horária total do estudante no semestre incluída no sistema pelo professor orientador/supervisor.

SEÇÃO 3

DA ORIENTAÇÃO/SUPERVISÃO DE EXTENSÃO DO CURSO

Art. 12. O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos por um professor orientador/supervisor de extensão de curso.



Art. 13. No início do semestre, a coordenação de curso deverá indicar os docentes para exercer a função de orientador/supervisor de extensão de curso, com as seguintes atribuições:

I – Coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do curso nos termos da curricularização da extensão;

II – Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

III – Constituir o Plano de Ensino da Disciplina, cadastrando e organizando o cronograma de ações, de modo a enviar o relatório final à Coordenação de Atividades de complementação profissional e Extensão para fins de registro e emissão de certificados digitais.

Art. 14. Para o exercício das funções de orientador/supervisor de extensão de curso serão alocados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho em cada uma das disciplinas Práticas de Extensão que possuem a carga horária total como extensão.

Parágrafo único. As Práticas de Extensão que se constituem de parte da carga horária da disciplina ou componente curricular, deverão ser orientadas e supervisionadas pelo mesmo docente da carga horária teórica e prática da disciplina, ficando as suas obrigações estabelecidas conforme o art. 13 desta Resolução e disponibilizados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho na disciplina, no que cabe à carga horária de extensão.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Esta resolução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Caberá ao CONSUP criar programas de apoio financeiro, programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.